

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Dissertação de mestrado:

Entrevistas e visitas: perspectivas sobre o CadÚnico em São Carlos

Daniel Ramos

2015

Daniel Ramos da Silva Melo

Entrevistas e visitas: perspectivas do Cadastro Único em São Carlos

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo

São Carlos

2015

Ramos, Daniel

Entrevistas e visitas: perspectivas sobre o CadÚnico em São Carlos /
Daniel Ramos. -- 2015.
130 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São
Carlos, São Carlos

Orientador: Luiz Henrique de Toledo

Banca examinadora: Piero de Camargo Leirner, José Renato de Campos
Araújo

Bibliografia

1. Cadastro Único. 2. Políticas Públicas. 3. Estado. I. Orientador. II.
Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Daniel Ramos da Silva Melo

10/09/2015

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner
Universidade Federal de São Carlos/ UFSCar

Prof. Dr. José Renato de Campos Araújo
Universidade de São Paulo / USP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 10/09/2015.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner
Prof. Dr. José Renato de Campos Araújo

Homologado na CPG-PPGAS na
_____ª Reunião no dia ___/___/_____.

Prof. Dr. Geraldo Luciano Andrello
Coordenador do PPGAS



antropologia social
UFSCAR

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Antropologia Social

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o aluno **Daniel Ramos da Silva Melo**, tendo cumprido todos os requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social, realizou Defesa Pública de sua Dissertação de Mestrado sob o título: "*Entrevistas e Visitas: Perspectivas do Cadastro Único em São Carlos.*", no dia 10/09/2015, às 14.00h, perante banca examinadora constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo, orientador e presidente, Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner (UFSCar) e Prof. Dr. José Renato de Campos Araújo (USP). O candidato foi considerado aprovado com o conceito "A".

Declaramos também que o processo de homologação junto à Comissão de Pós-Graduação deste Programa e junto ao Conselho de Pós-Graduação da UFSCar, está condicionado à elaboração da versão definitiva da referida Dissertação, com as modificações propostas pela banca examinadora, que deverá ser entregue no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar dessa data.

São Carlos, 10 de setembro de 2015.

Prof. Dr. Geraldo Luciano Andrello
Coordenador do PPGAS

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Via Washington Luís, Km. 235, São Carlos, SP. 13565-905 cx. Postal 676
Tel. 16-3351-8371 ppgas.coordenacao@ufscar.br

Resumo

O Cadastro Único do Governo Federal é uma ferramenta criada no ano de 2001, a partir da junção de bancos de dados de diversos programas sociais com o objetivo de subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para a população em situação de *pobreza e extrema pobreza*. Uma de suas principais características é ser um instrumento utilizado pelo Governo Federal que possui gestão municipalizada, o que significa que dinâmicas e conflitos locais passam a fazer parte e interferir na maneira como o CadÚnico é implementado. Esta dissertação é fruto de uma pesquisa de campo realizada entre 2011 e 2013 no município de São Carlos, SP e apresenta alguns desdobramentos, continuidades e rupturas após uma alteração no quadro político da cidade, resultado das eleições de 2012. Acompanhei a rotina de *entrevistadores*, entrevistei gestores e pessoas que trabalharam diretamente nos processos de criação e implementação do *cadastro* localmente e no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em Brasília. O argumento desta dissertação é que o *balcão (ou baias de atendimento)* funciona como uma atualização dos “grandes divisores” já amplamente discutidos pela Antropologia. A partir da interação entre *beneficiárias* e *entrevistadores* e da análise dos Manuais de Cadastramento, pode-se perceber de maneira privilegiada os modos pelos quais se (re)produzem concepções a respeito de raça, papéis de gênero e a própria definição das fronteiras de setores estatais a partir dos diferentes recortes e possibilidades de se estar posicionado de um lado ou de outro do balcão.

Palavras chave:

Cadastro Único; Políticas Públicas; Pobreza; Raça; Estado

Abstract

The single register is a program created in 2001 to the union databases of a serials of social programs with the target to support the formulation and implementation of public policies to the poor population and extreme poverty. In other hands a key features is being a program used by the federal government that has been municipalized management, which means dynamics, conflicts and changes local become part and affect way the single register has been operated locally. This work is the result of wilde field research conducted between from 2011 to 2013 at São Carlos - SP and presents some developments continuities and ruptures after a change in the political framework to city after the result of municipal election to 2012. I have followed the routine of interviewers, interviewed managers and people who has worked directly in the creation and implementation processes of the register locally and the Ministry of Social Development and Hunger Alleviation (MDS) in Brasilia. The idea of this essay is that the counter (or bays service) functions is like an update of the "great divider" widely discussed by Anthropology. To the interaction between beneficiaries and interviewers and analysis of Registration of Books can perceive a privileged way the ways in which (re) produce thoughts about race, gender roles and the very definition of state sectors borders from the different possibilities of cutouts and is positioned on one side or the other of the counter

Key words:

Single Register ; Public policy; poverty; Race; State

E o que que é ascensão da Classe C? É tipo o leite que a gente comprava? Leite tipo C, aí tinha o tipo A da fazenda. E a gente já ficou numa caixinha de novo, entendeu? É dinheiro, ascensão da classe C é dinheiro? Classe C de que, de nota C? Porque você não tirou nem A nem B? Tem que dar um ou dois passinhos atrás pra entender: a alma flutua, o corpo precisa de alimento, se não tem leite a criança chora. Dependendo do livro, uma arma você compra pelo décimo do preço desse livro. E que ascensão é essa? Alguém nos ajude, Lázaro, a entender, porque senão a gente só vai reproduzir o que andam dizendo por aí. Mas a gente vê o rosto do nosso povo e o nosso povo é nota A, A+. Criolo, , em entrevista para Lázaro Ramos¹

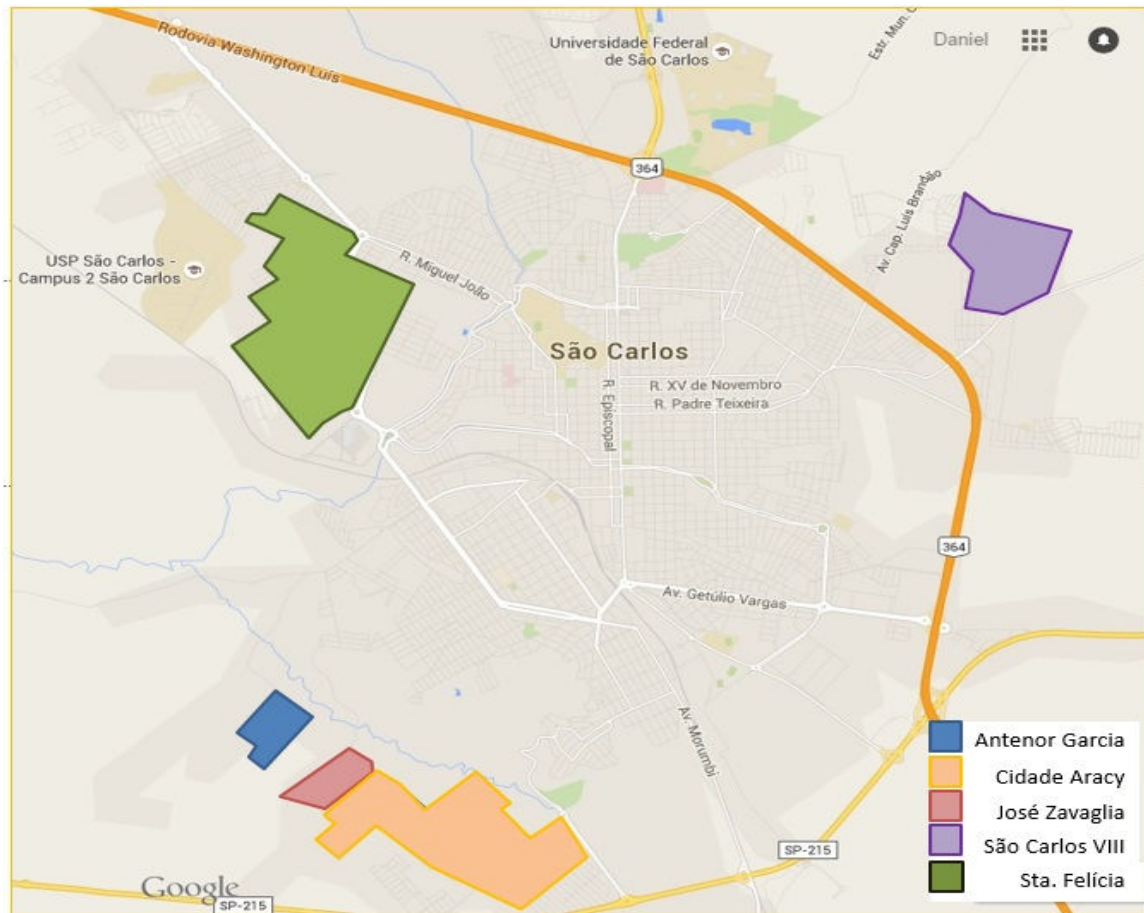
¹ <https://www.youtube.com/watch?v=eP86LuPwUYk>

Agradecimentos

Agradeço toda minha família que sempre me apoiou e permitiu que eu contrariasse diversas estatísticas. Dedico à memória da “vó Bisa”. E também Vó Maria Helena, Tia Anna Vera e meu irmão Leo. Tio Macel, Tia Rachel e meus primos Rapahel, Gustavo, Adriano e a pequena Alice. Anna, que tem me acompanhando na saúde e na doença, espero que minha presença seja tão preciosa quanto a sua tem sido para mim nestes últimos anos <3. O sempre generoso, Kike, que me orientou por estes caminhos tortuosos da pós-graduação. Gabriel Feltran e todos os pesquisadores do NaMargem (Henrique, Rose, Matheus, Liniker, Filipe, Luana, Domila, Déborah, Luizão, Luciano, Mari, Douglas e Evandro) que contribuíram muito para minha formação intelectual e pessoal. Aos educadores e educandos do CPV-UFSCar, este projeto mudou minha vida, com certeza. Um salve pro Sarau Preto (Railane, Ietunde, Marcelo, Gisela, Leser e todo mundo que tem somado nos corres! Coletivo Abayomi (Roberto, Eduardo e mais uma rapa) Coletivo Negro da USP, Sarau na XV, é nós. Toda galera das gerações da Barravento. Todo o pessoal do Coletivo Malick, em especial pras irmãs Tamires e Larissa. E toda a rapa aí das parcerias, trabalhos e militâncias on-line e off-line. Ao grande mestre Carlos de Assumpção pelos poemas inspiradores. E mais um monte de gente que não botei o nome aqui pra não esquecer de ninguém, mas quem fez parte da caminhada tá ligado, que é tudo nosso!!

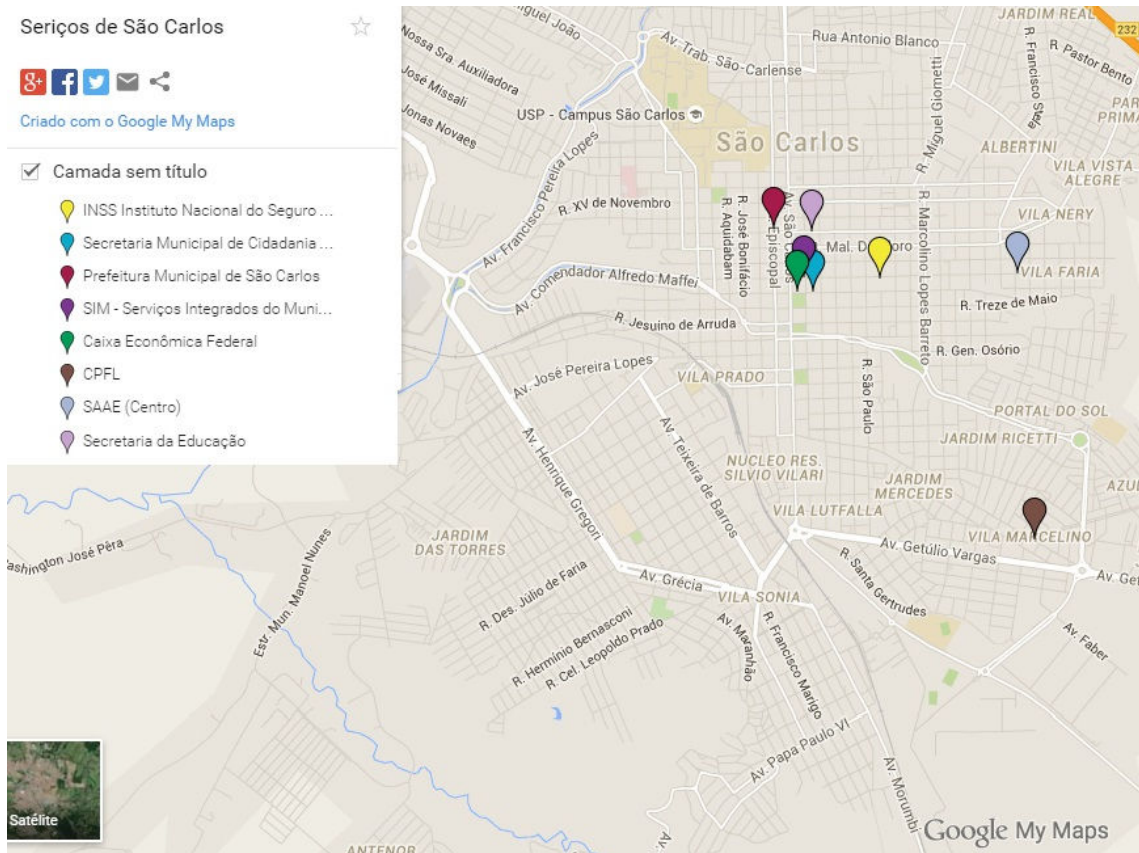
Sumário	
Mapas.....	08
Apresentação.....	11
Os caminhos da dissertação.....	16
Introdução:	
Trajetórias da pesquisa.....	19
Abordagens e escolhas.....	31
História e Políticas.....	32
Outros olhares.....	34
Capítulo 1: O cotidiano do CadÚnico em São Carlos	39
<i>Pra quem não tem nada tá bom.....</i>	<i>39</i>
<i>E você, já foi vida loka ?.....</i>	<i>44</i>
<i>Lembra ano passado? Isso aqui tava “bombando”.....</i>	<i>49</i>
<i>Vem avisar a gente!.....</i>	<i>55</i>
<i>Fazer cadastro é a parte mais chata.....</i>	<i>58</i>
<i>Ah, põe pardo, né?</i>	<i>62</i>
<i>A redenção da Família</i>	<i>65</i>
Capítulo2: Os manuais de cadastramento.....	70
<i>Transferência de Renda e condicionalidades</i>	<i>71</i>
<i>Manual do entrevistador.....</i>	<i>75</i>
<i>Cadastro Único para programas sociais.....</i>	<i>76</i>
<i>Contato com os entrevistados.....</i>	<i>80</i>
<i>Como preencher os formulários.....</i>	<i>83</i>
<i>Guia de cadastramento de famílias indígenas.....</i>	<i>86</i>
<i>Guia de cadastramento de famílias quilombolas.....</i>	<i>96</i>
<i>Sobre os manuais.....</i>	<i>100</i>
Capítulo 3: Entrevistando os Entrevistadores.....	103
Implantação em São Carlos.....	107
Entrevistas.....	113
Considerações Finais.....	123
Referências Bibliográficas.....	126

Mapas



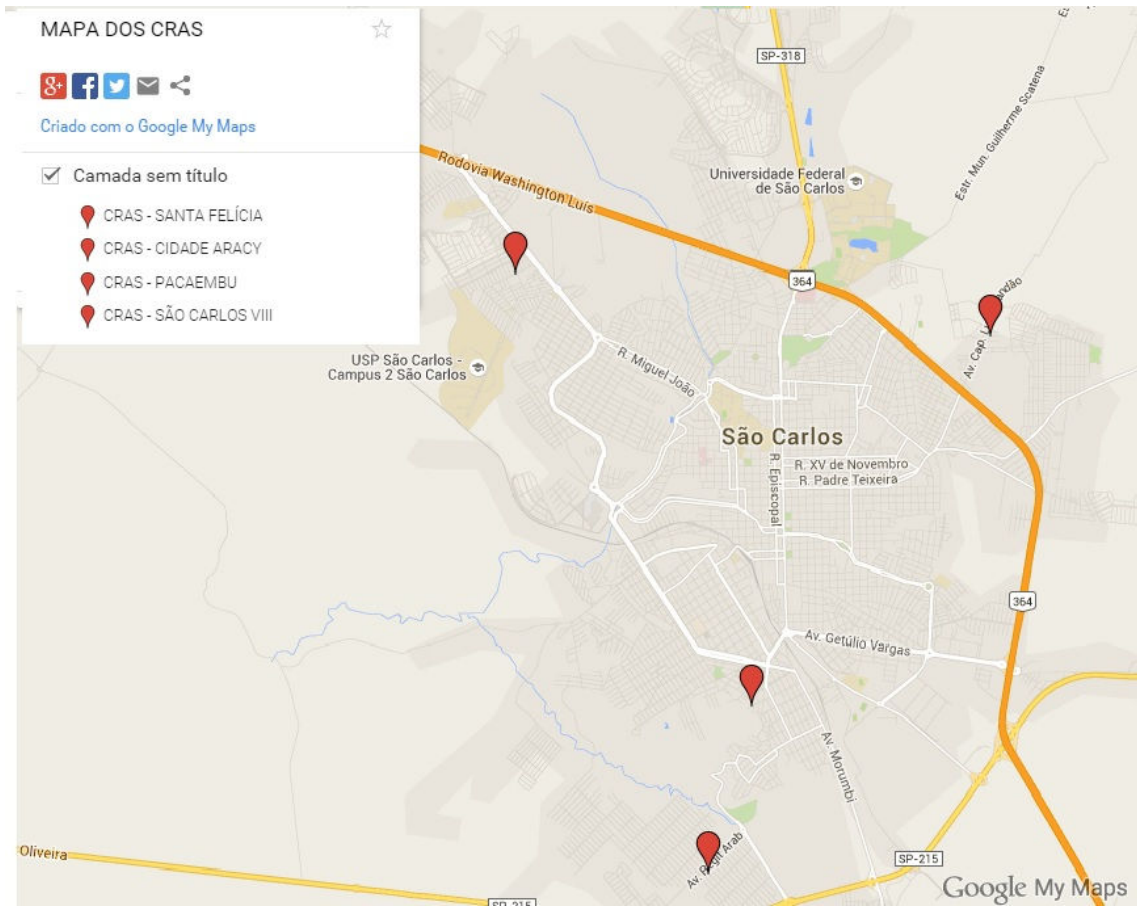
Mapa 01. Bairros da periferia de São Carlos com maior recorrência ao Cadastro Único.

Fonte: Google maps.



Mapa 02. Instalações do Serviço Público de São Carlos.

Fonte: Google maps.



Mapa 03. Instalações dos CRAS em São Carlos.

Fonte: Google maps.

Apresentação

São Carlos, 21 de dezembro de 2012

Cheguei um pouco atrasado, perto das 8 horas da manhã. Apanhei o uniforme. Neste dia estava vestido como os *entrevistadores*, como se ainda trabalhasse lá e o evento era na prática uma despedida. As mulheres estavam todas maquiadas, foi pedido para que todos fossem de calças. A inauguração da nova sede do Cadastro Único de São Carlos acabara de passar por uma reforma. Também ocorreu a entrega de cestas básicas e como de costume em algumas ocasiões especiais as famílias foram avisadas por carta ou telefonema pelas assistentes sociais e que deveriam comparecer na sede do cadastro único para a cerimônia.

O recém adquirido carro para o *CadÚnico* devidamente adesivado com os logos do *cadastro* e do *bolsa família* (doravante *bolsa*, como dizem as pessoas *beneficiárias* do programa) estavam no centro da garagem da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). Algumas famílias sentadas outras pessoas em pé, estagiários e funcionários da secretaria enfileirados. Todos aguardando a chegada do futuro ex-prefeito e da primeira dama.

Quando começa a cerimônia, a primeira a falar, muito emocionada, foi a chefe de divisão do cadastro único. Agradeceu o desafio de trabalhar nesta área, pois “Todo mundo é cidadão”, e continuou com lágrimas nos olhos: “O maior programa de transferência de renda do mundo. Nós somos referência...” O discurso seguiu com alegria. O sonhado carro havia chegado, no último dia de gestão de Oswaldo Barba, do PT, que perdera sua tentativa de reeleição para Paulo Altomani do PSDB e dizia “espero que [o carro] seja bem aproveitado”. A importância deste carro é que com ele o cadastro ganhava autonomia para fazer *busca ativa* para o cadastramento de novas famílias e também facilitar a mobilidade de visitas nas casas das famílias cadastradas, não dependendo mais de acordos com outros setores da prefeitura para realizar estas ações. O carro e a reforma eram a contrapartida do aumento de recursos alocados pelo governo federal naquela cidade, até então governada pelo PT há três mandatos consecutivos e que apresentava bons índices em relação aos cadastramentos realizados². Muitos

² Há no site do MDS

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=153#>) uma ferramenta que permite o acompanhamento e a qualidade das informações constantes no cadastro único de todos

agradecimentos a todos, fotos com os estagiários. A chefe, seguiu contando a história de como foi a ampliação das instalações, antes eram apenas 4 baias de atendimento agora contava com 8. Localizadas em outro setor do prédio completamente reformado, painel eletrônico para organização das senhas e o mais comentado “Agora pobre é atendido no ar condicionado” parecia ser a frase do dia. Também há algum tempo os cadastramentos estavam sendo realizados ali na secretaria e não nos bairros, por questões de infraestrutura .

O prefeito que não conseguiu se reeleger, perguntou: “Quem aqui ainda não tem casa? Fizemos mais de mil casas, mil só no Zavaglia” e ainda disse que deixou acordo assinado para a construção de mais 1800 casas para os próximos anos. Seguiu afirmando que havia aprendido muito sobre as questões sociais tendo a oportunidade de vivenciar junto com o povo durante aqueles últimos anos. Em sua fala, incentivou as pessoas a buscarem novos direitos para não deixar que ninguém mexesse no que eles conquistaram. Alertou as famílias presentes para tomarem cuidado, pois o governo “deles”, ou seja, do PSDB, poderia ser muito ruim para a população pobre da cidade. “O ar condicionado é pra vocês, antes pobre ficava jogado. Agora tem ar condicionado”.

os municípios brasileiros, No Município SÃO CARLOS/SP, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em junho de 2015 era de 15.994 dentre as quais:

- 4.599 com renda per capita familiar de até R\$77,00;
- 3.525 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00;
- 5.257 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo;
- 2.613 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de agosto de 2015, 5.567 famílias, representando uma cobertura de 113,8 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 147,56 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 821.449,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de maio de 2015, atingiu o percentual de 95,8%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 5.707 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 5.958. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 78,1%, resultando em 775 jovens acompanhados de um total de 992.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2014, atingiu 37,8 %, percentual equivale a 1.715 famílias de um total de 4.536 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Todas as falas estavam sendo gravadas e exaustivamente fotografadas pelos veículos oficiais de imprensa³ e mídias locais⁴.

Enquanto transcorria a cerimônia, Rodrigo que até pouco tempo trabalhara ali num cargo de confiança herdado de seu falecido pai, que fora por muitos anos motorista da prefeitura, passou todo cheio de tinta em direção a sede de campanha do candidato a prefeito que venceu as eleições. Alguns dias antes ele passou rapidamente por lá, conversei com ele que disse estar muito feliz, pois como pintor ele trabalhava mais, porém ganha mais do que nos tempos de prefeitura. Era uma das poucas pessoas que morava na periferia de São Carlos e trabalhava naquela secretária sem ser no setor de limpeza e manutenção do prédio.

A primeira dama também faz seu discurso e falou sobre suas realizações, ao final, se aproximando de onde estavam os estagiários repisou o tema do ar condicionado: “É vocês que vão trabalhar aí? Ar condicionado..” . “A gente já trabalha, já conhece o serviço”, respondeu Anelise, uma das estagiárias responsáveis por realizar as entrevistas com a população.

Reparei que do lado de dentro a placa de inauguração foi descoberta sem ninguém do público estar presente, apenas a foto oficial foi feita com as pessoas politicamente importantes que estavam na cerimônia. Todos foram convidados para tomar café da manhã, que trazia suco natural de laranja, pão de queijo, café e bolachas de uma conhecida lanchonete da cidade. Uma das estagiárias explicou o quão caro foi comprar as coisas naquela lanchonete, dizendo “Isso que é bonito na chefe de divisão, ela põe as coisas de qualidade, não dá “migué” porque é pobre”. “Filha repõe o suco” a chefe grita para uma das estagiárias.

Todo mundo comendo e bebendo, funcionários da prefeitura, *beneficiárias*, *entrevistadores* era uma festa de despedida. Por conta de outros compromissos o prefeito não pode ficar para o café da manhã. Todas aquelas pessoas passam por ali, todos os dias, mas nunca todas ao mesmo tempo. A mãe e a filha que disse ter “cor de

³ <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/2012/163015-prefeitura-entrega-novo-espaco-e-veiculo-para-a-divisao-de-cadastro-unico-.html>

⁴ <http://www.portalk3.com.br/Artigo/cidade/cadastro-unico-de-sao-carlos-recebe-veiculo-do-mds>

papelão molhado” me cumprimentaram, fiz alguma piada sobre este termo, rimos. O Breno, *entrevistador*, disse que o discurso do prefeito era muito bom para pensar a política. Amanda, outra *entrevistadora*, à época cursando pedagogia, uma das poucas estagiárias que não fazia ciências sociais me falou que pretendia estudar a obrigatoriedade da escolarização. Os estagiários eram contratados por meio de um processo seletivo feito pela prefeitura municipal.

Há uma predominância de estudantes de ciências sociais trabalhando nesta função na cidade, pois o Cadastro Único foi implementado na cidade de São Carlos a partir de uma pesquisa encomendada para a construção de um “Mapa da Pobreza.” da cidade. O projeto “Cadastramento Único para programas sociais de famílias abaixo do limiar de pobreza em São Carlos” foi realizado pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação “Prof. Dr. José Albertino R. Rodrigues” – NPD, a pedido da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social da cidade, em parceria com a Caixa Econômica Federal. Tratarei melhor esta questão da implementação do *cadastro* no terceiro capítulo da dissertação.

Maria Izabel, uma das assistentes sociais num gesto intempestivo chegou dando uma barrigada na Flávia, outra assistente social. Para as pessoas que estavam próximas ela disse que não era louca, mas revolucionária. Troquei olhares com Breno, um dos *entrevistadores* após ver aquela cena pouco usual. Logo depois chegou uma travesti falando que precisava tomar anticoncepcional (por conta dos hormônios), imitando um sotaque francês, afirmava que gostava de homem forte, pedreiro, “aqueles que têm a pegada mesmo”. Dirigiu-se a Maria Isabel, que estava ao meu lado e disse a mesma coisa. Breno riu muito neste momento, digo para ele que não iria anotar isso.

Resolvi me afastar para pensar um pouco e tomar algumas notas. Saí de dentro do prédio e fui ao pátio onde estava o dito carro, tomei um café e escrevi algumas coisas. Todos apreensivos com a mudança de chefia no cadastro. Algumas mulheres *beneficiárias* também estiveram ali discutindo sobre seus votos. Uma delas disse: “Voto no Cotrim porque o Cotrim é meu amigo” ao que outra responde “Pode levantar daí, nós sabe que você é Altomani”⁵. Ou seja, votou na oposição que era ainda naquele momento aliada ao prefeito atual. Por volta de 10h30 da manhã a confraternização já

⁵ Cotrim é um ex-aliado do PT e de Oswaldo Barba, também saiu derrotado deste pleito que concorreu pelo PMDB.

havia praticamente acabado, poucos atendimentos estavam por fazer naquele dia. Entre *entrevistadores* especulações sobre como seria o cadastro a partir de janeiro, início da próxima gestão e sinceras dúvidas sobre o destino do ar condicionado.

Os caminhos da dissertação

Esta narrativa escolhida para apresentar o tema e a problemática dessa dissertação é, na verdade, um dos últimos registros etnográficos que realizei no decorrer da pesquisa. Escolhi começar deste modo, pois acredito que uma das principais características do Cadastro Único seja a descentralização de sua gestão e, desse modo, trata-se de uma política nacional posta em funcionamento considerando as características e configurações locais, o que traz relevância aos pormenores, falas, fofocas, jocosidades e apreciações cotidianas recolhidos na dinâmica da etnografia. É a política no cotidiano que podemos entrever em todas essas falas.

A despeito das preocupações “eleitorais” e discursos para angariar votos, mudanças de gestão trazem transformações no modo como uma determinada política pública é colocada em movimento. Mudam as pessoas, permanecem os escritos, muda-se a “política”. Perfis de ocupantes de cargos, redes de relações, acúmulos de experiências em outros cargos, embasamento teórico e uma infinidade de motivações alteram o modo como se dão as relações entre a “política” e as pessoas que fazem parte dela.

Em relação à pesquisa esta alteração no quadro partidário da cidade também produziu efeitos bastante práticos. O trabalho de campo realizado na sede do *CadÚnico* de São Carlos, que estava previsto para ocorrer em 2013, foi adiantado em pelo menos seis meses e ocorreu no ano de 2012 quando eu ainda cursava as disciplinas obrigatórias do mestrado.

Isto ocorreu pelo fato de que muito provavelmente eu não conseguiria obter acesso ao “campo” da maneira como ele foi feito e o fato de ter usado mais uma vez o uniforme de entrevistador podia vivenciar a rotina do mesmo modo que os “nativos” em questão. Tudo isso porque já tinha trabalhado lá como estagiário exercendo aquela função e pelas relações que mantive por conta de ter realizado a minha monografia de graduação também sobre aquele local.

Durante o período em que eu estava em campo, surgiu uma pesquisadora pedindo para realizar uma entrevista com a chefe do Cadastro Único da cidade, sem

sucesso⁶. Segue trecho de um diário de campo no qual descrevo esta cena:

- Carol, vai lá fala que eu to ocupada to aqui fazendo o relatório, qualquer pergunta estranha me chama

A Carol volta revoltada, falando que o projeto era bastante ruim. “as coisas que ela queria saber tinham no site”⁷. Pensei, enquanto isso, estou aqui dentro, posso ficar onde quiser, mexer nos computadores, perguntar, participar de reuniões e etc. Condições muito favoráveis para o desenrolar da pesquisa.

Como veremos bem mais adiante no terceiro capítulo desta dissertação ocorreram mudanças no modo como o *cadastro* é gerido por conta dessas alterações no quadro político da cidade, não tão drásticas quanto as “previsões traiçoeiras”⁸ dos que perderam as eleições, mas mudanças.

Nesse capítulo, intitulado “Respostas dos perguntadores”, construído com base no material proveniente de entrevistas com pessoas relacionadas ao Cadastro Único em São Carlos, o objetivo é reconstruir parte do processo de implementação, expansão e consolidação do cadastro único na cidade.

O exercício de entrevistar os *entrevistadores* foi bastante interessante para refletir sobre as formas com que o grande divisor (mencionarei na introdução essa questão) se manifesta cotidianamente, ou para pensarmos como cristalizamos algumas possibilidades de interação social num contexto em que aparentemente quem está dentro e fora do serviço público não é algo imediatamente questionável, pois sua dinâmica mostra que há aqueles que sempre são perguntadores e há aqueles que (quase) sempre estão em posição de responder as perguntas constantes nos longos questionários que avaliam a vida de quem recorre aos benefícios.

⁶ No trabalho de Ávila (2006) sobre a “Favela Gonzaga” ela menciona ter tentado “entrar” em campo via Secretaria de Cidadania, porém, não conseguiu. A deixaram 3 meses esperando até que desistiu. Como menciona na página 35.

⁷ O site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) recebe atualizações bastante frequentes e disponibiliza informações sobre regras de funcionamento dos programas sociais, dados estatísticos e alguns dados sobre os perfis de *beneficiários*.

⁸ Fazendo referência ao texto “Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco” de Lilia Moritz Schwarcz

Além de pessoas que atualmente ainda trabalham no CadÚnico , entrei em contato com ex-funcionários que atualmente estão em outras secretarias da prefeitura e com a responsável pela gestão de uma das *condicionalidades* do Programa Bolsa Família, mas não consegui conversar com a pessoa responsável pelo *cadastro* em São Carlos iniciada a próxima gestão, por diversos motivos, inclusive três trocas de Chefia e alguns meses sem alguém ocupando este posto durante o período em que realizei as entrevistas.

O capítulo 2 terá como objetivo analisar os manuais do cadastro único. “Manual de cadastramento de cidadão”, “Manual de cadastramento de famílias indígenas”, “Manual de cadastramento de famílias quilombolas” e outros materiais encontrados no site. Além desses documentos utilizarei as narrativas de Amélia Cohn, socióloga que fez parte da equipe de formulação do *cadastro* na sua configuração atual e também de Marina Novo pesquisadora que atuou no setor de pesquisa e avaliação dos programas sociais do MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome).

No primeiro capítulo exploro de maneira mais detida o cotidiano dos atendimentos em São Carlos, baseado em diários de campo do período em que fiquei na instituição. O intuito deste capítulo é evidenciar como no dia a dia do *cadastro* estão postas as diversas assimetrias raciais, de classe, de gênero, entre outras. E problematizar como as pessoas lidam com essas assimetrias cotidianamente.

Na introdução que segue explicitarei algumas informações relativas ao surgimento e funcionamento do Cadastro Único de Programas Sociais e como serão investigados ao longo da dissertação as temáticas e problemáticas que surgiram ao longo do trabalho.

Introdução: Trajetórias da pesquisa

Quem somos nós, antropólogos brasileiros? Por que estamos indignados com os critérios de definição racial? Será porque não queremos que nossa brancura social seja finalmente exposta e os inúmeros benefícios dela advindos finalmente questionados? E se somos brancos, que posição tomamos sobre a inclusão dos negros e dos índios no nosso meio altamente privilegiado? (José Jorge de Carvalho, 2005)

Minha pesquisa de campo ocorreu durante 6 meses no ano de 2011 quando eu ainda trabalhava na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de São Carlos como *entrevistador* e escrevi minha monografia sobre o tema. No ano de 2012 fiz algumas visitas e nos meses de novembro e dezembro frequentei de maneira sistemática a Secretaria, pois, por conta de eleições municipais e a derrota do Partido dos Trabalhadores (PT) para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) poderia ser prejudicial para a pesquisa pois, como disse acima, com a troca de governo municipal os “cargos de chefia” e os “de confiança” iriam ser ocupados por outras pessoas e eu não saberia se conseguiria obter o mesmo acesso de antes ao cotidiano da instituição.

A partir de 2013 e no início de 2014 a pesquisa deu prosseguimento através de conversas em encontros fora da secretaria e posteriormente a realização de diversas entrevistas com pessoas ligadas de alguma maneira ao Cadastro Único. Sendo assim entrevistei estagiários e ex-estagiários que trabalharam cobrindo o período de 2007 a 2014, a Professora Amélia Cohn que trabalhou no ano de 2004 no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) durante o processo de formulação do CadÚnico, uma ex-funcionária do Departamento de Gestão e Avaliação da Informação, que avalia o desempenho das políticas alocadas no ministério e que atuou entre 2009 e 2012, um funcionário da Prefeitura de São Carlos que atuou de 2002 a 2012, tendo passado por quase todas as funções do Cadastro, desde auxiliar de informática até Chefe da Divisão.

Além disso, vou apontar algumas questões relativas ao próprio método etnográfico no sentido de evidenciar “como procedi em campo” e quais os “limites da etnografia” estiveram colocados, questões que não repõem simplesmente o legado da chamada “antropologia pós-moderna” e para refletir também acerca do fazer etnográfico levando em consideração questões “nacionais”.

De acordo com o Censo Nacional realizado em 2010 a população do município de São Carlos era de 221.936 habitantes, sendo que em janeiro de 2013 de acordo com o site do MDS, 13.447 famílias ou um total de 43.835 pessoas constavam no *cadastro* do município. Deste total de famílias, 5.896 estavam dentro do perfil do Programa Bolsa Família, ou seja, cumprindo suas *condicionalidades*, nome que se empresta as contrapartidas exigidas pelo estado em troca da transferência financeira.

Porém, é preciso ressaltar que não é para toda e qualquer pessoa que estas políticas são válidas ou aplicáveis, existem diferentes modos de se encarar e viver em situação de pobreza, para aqueles que não se adequam aos valores do “sistema” são colocadas em prática outras políticas estatais:

“a fórmula “bandido tem que morrer” parece tender ao centro de irradiação das “políticas de segurança”, que a executam por outros meios via encarceramento e internações, mas também via assistência social, cadastro único e até nas transferências de renda, na medida em que as condicionalidades destes programas identificam, entre os pobres, aqueles que podem ser “reintegrados” e os apartam dos que devem ser contidos.” (Feltran, 2013, p.70)

Todas estas informações são públicas e estão disponibilizadas no site do MDS, que cobre todos os municípios do país. Comparando o número de inscritos com o total da população percebe-se que uma grande parte da cidade possui suas informações contidas no *CadÚnico*.

O objetivo desta dissertação é pensar sobre o processo de criação e o funcionamento do Cadastro Único do governo federal e das políticas correlatas, sendo a mais visível delas, de transferência condicionada de renda, o PBF (Programa Bolsa Família) em uma cidade média do interior paulista⁹. Política que arrisco dizer que se

⁹ No capítulo 3 da dissertação de Milene Peixoto Ávila (2006), há uma discussão conceitual sobre a caracterização de periferias de cidades médias. A autora também utiliza outros trabalhos realizados no interior de São Paulo, em cidades como Araraquara e São Carlos.

trata de uma política racial à brasileira e uso a expressão “á brasileira” me remetendo à bibliografia que critica a noção de uma cordialidade existente nas relações entre pessoas de diferentes origens raciais no Brasil, e também por dialogar com a ideia de um racismo “a brasileira”, ou seja, com características próprias e afirmações típicas de que vivemos em uma “democracia racial”¹⁰.

Esta formulação de que há uma política racial não assumida é parte do repertório sistemático de negação do racismo no país, pois a partir de meus diários de campo, da observação das imagens que propagandeiam o programa e que constam dos manuais do cadastro único, os vídeos do MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e da leitura de textos constato tal fato e começaremos a discutir na seção “História e Políticas”, ainda nessa introdução. Para quem observa e logo de início vê-se uma predominância de pessoas com descendência africana entre os beneficiários e o contrário em relação àqueles que estão do outro lado das baias de atendimento. Atribuo a este fato razões históricas que produziram um tipo de formação social na qual os termos “raça” e “classe” em muitos momentos se confundem em nosso país.

Dados do “Retrato das desigualdades de gênero e raça” publicado em 2011 pelo IPEA, com dados relativos ao ano de 2009, mostram os diferentes aspectos de uma disparidade nos índices de educação, habitação, acesso ao mercado de trabalho existentes entre homens e mulheres e negros e brancos. Um dos dados que mais chamam atenção para o propósito desta pesquisa é o de que 70% das famílias que recebem o bolsa família são chefiadas por pessoas negras.

Informações que eram conhecidas e foram levadas em consideração durante a formulação da política, como diz uma de minhas entrevistadas que participou deste processo, foi uma alternativa, partindo da resolução de uma urgência econômica, outras questões seriam trabalhadas neste processo: *“Veja! Todo mundo que estava envolvido em pensar o Bolsa-Família e no Cadastro sabia da alta correlação entre raça e renda e*

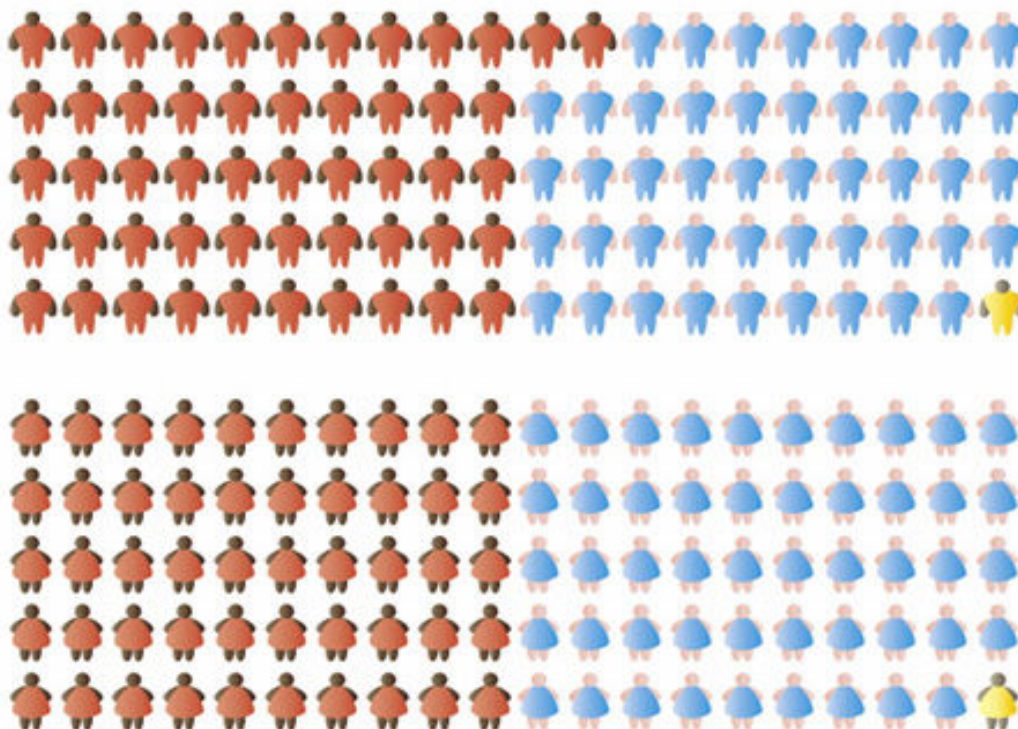
¹⁰ Ver BICUDO, Virginia Leone. Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo – São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010; SANTOS, Geovanilda. Relações Raciais e desigualdade no Brasil- São Paulo: Selo Negro, 2009; DOS SANTOS, Joel Rufino. O que é Racismo? - São Paulo: Editora Brasiliense 1980; IBGE, O Lugar do negro na força de trabalho – Rio de Janeiro IBGE, 1981; COROSSACZ, Valeria Ribeiro. O corpo da nação: classificação racial e gestão social da reprodução em hospitais da rede pública do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro editora UFRJ, 2009 (Coleção etnologia, v.6); SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira – São Paulo: Claro Enigma, 2012

gênero e renda. Isso era um pré-requisito. Mas qual era a coisa principal? Era combate à pobreza. Ponto! Que vai ter as consequências, em diminuir as desigualdades de raça e de gênero. Gênero muito menos. Via transferência de renda.”

A seguir, reproduzo o citado e mais alguns outros gráficos, que junto com a etnografia balizam a constatação de que esta política beneficia principalmente famílias negras, chefiadas por mulheres.

População

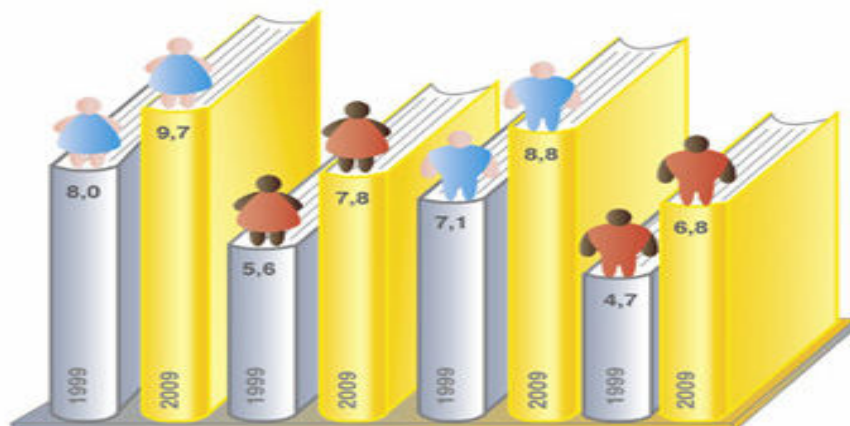
Distribuição percentual da população segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.



Fonte: Retrato das desigualdades de gênero e raça – 4ª edição

Educação

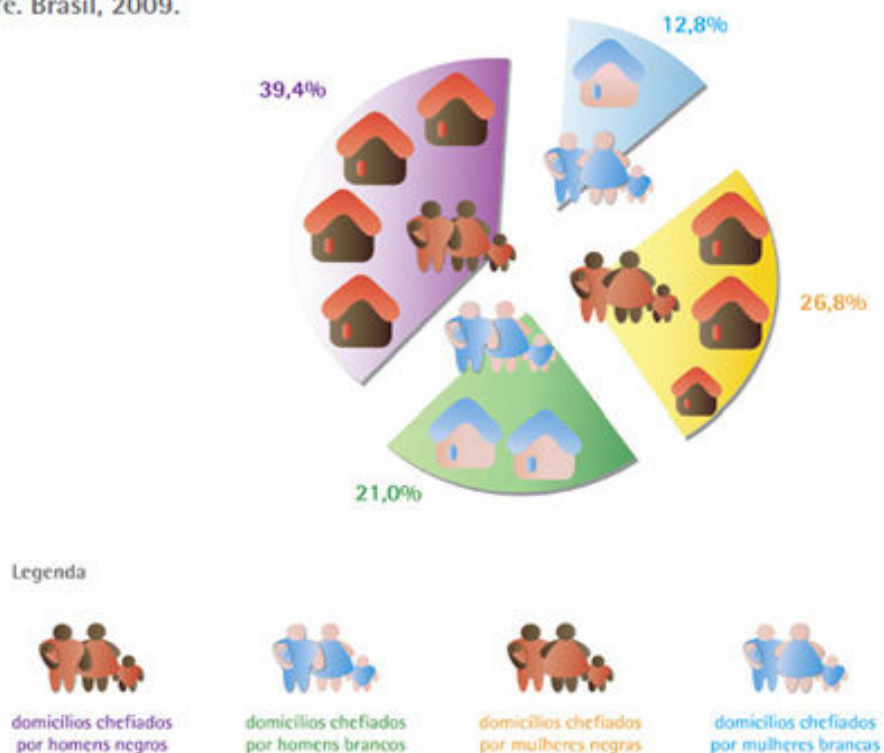
Média de anos de estudo da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 1999 e 2009.



Fonte: Retrato das desigualdades de gênero e raça – 4ª edição

Habitação e saneamento

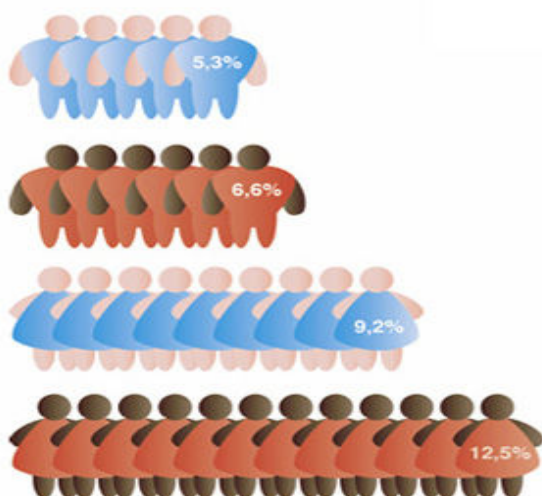
Distribuição de domicílios urbanos em favelas, segundo sexo e cor/raça do/da chefe. Brasil, 2009.



Fonte: Retrato das desigualdades de gênero e raça – 4ª edição

Mercado de trabalho

Taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.



Fonte: Retrato das desigualdades de gênero e raça – 4ª edição

Pobreza, distribuição e desigualdade de renda

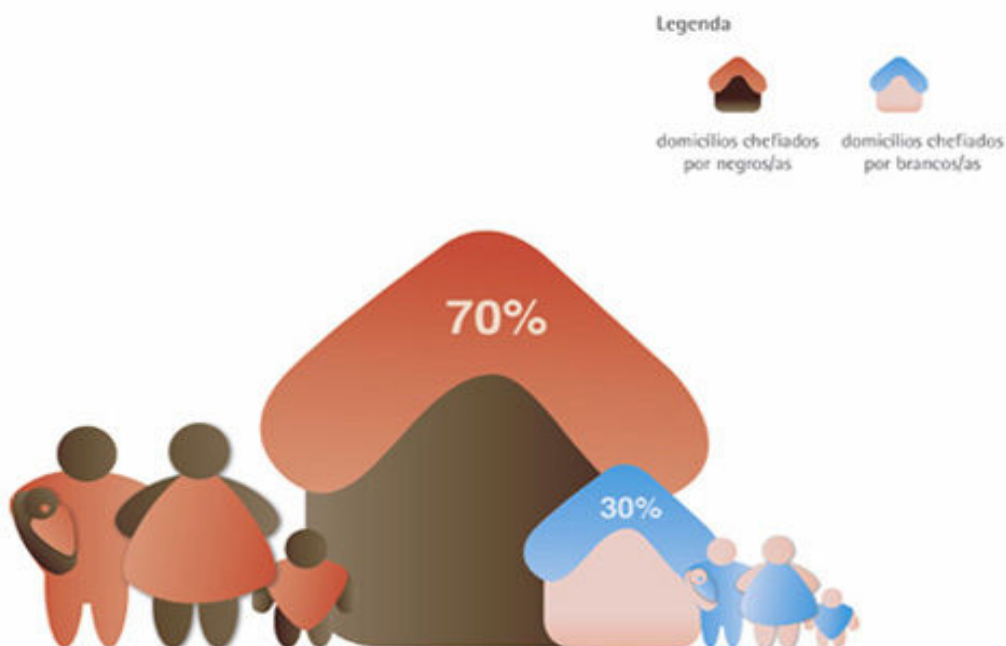
Renda média da população, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.



Fonte: Retrato das desigualdades de gênero e raça – 4ª edição

Previdência e assistência social

Distribuição dos domicílios que recebem Bolsa Família, segundo cor/raça do/da chefe. Brasil, 2006.



Fonte: Retrato das desigualdades de gênero e raça – 4ª edição

Trabalho doméstico remunerado

Proporção de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada, segundo cor/raça. Brasil, 1999 e 2009.



Fonte: Retrato das desigualdades de gênero e raça – 4ª edição

Ao longo do texto discutirei diversos eventos e as formas pelas quais me deixei “ser afetado” Favret-Saada (2005[1990]) pelo campo, por espaços acadêmicos e espaços de militância no movimento social negro. Tomando aqui de empréstimo considerações feitas por Goldman (2003) ao comentar o conceito de Favret-Saada, os “afetos” não seriam sentimentos ou emoções mas o sentido de “afecção”:

Nos termos de Favret-Saada, trata-se assim de ser afetado pelas mesmas forças que afetam o nativo, não de pôr-se em seu lugar ou de desenvolver em relação a ele algum tipo de empatia. Não se trata, portanto, da apreensão emocional ou cognitiva dos afetos dos outros, mas de ser afetado por algo que os afeta e assim poder estabelecer com eles uma certa modalidade de relação, concedendo "um estatuto epistemológico a essas situações de comunicação involuntária e não intencional" (Favret-Saada, 1990, p. 9). E é justamente por não conceder "estatuto epistemológico" a essas situações que a "observação

participante" é, como vimos, duramente criticada por Favret-Saada.

Seja durante a prática de educador, seja pela própria antropologia que influenciou e permitiu a existência deste recorte de pesquisa tenho consciência que essa linearidade/lógica construída em forma de narrativa constitui não “a verdade” acerca dos caminhos que me levaram à proposição deste recorte mas, ao contrário, considero que textos antropológicos (bem como qualquer outro) são sempre constituídos de posicionamentos políticos.

A pesquisa de Britto (2007), através do contato com 17 famílias beneficiárias buscou apreender os significados e sentidos da “pobreza”. Eger (2013) realizou uma etnografia com as beneficiárias de Porto Alegre, buscando dar visibilidade às concepções delas a cerca do dinheiro recebido através do bolsa família. Romero (2011) busca apreender a aplicação do cadastro único na cidade de Londrina, no Paraná, a partir das ascepções de pessoas da cidade que trabalham no “alto escalão” da hierarquia política da cidade. Estas são alguns exemplos de trabalhos e abordagens que possuem como foco políticas sociais relativas à *população pobre*¹¹² trabalharam o Programa Bolsa Família (PBF), que é uma *política de transferência condicionada de renda*, ou seja, transfere renda a um determinado *público-alvo* a partir do cumprimento de determinadas contrapartidas que as famílias *beneficiárias* se somam às *condicionalidades* relativas à saúde e educação que efetivam o controle da frequência desses pobres em postos de saúde e salas de aula.

No meu caso há uma diferença, pois tomo com sujeitos de pesquisa aqueles que estão atrás do balcão, das mesas e da formulação/implementação e definições destas políticas públicas; porém a maior diferença se dá pela maneira que trato seus enunciados e os dos “gestores”. Levarei em consideração a ideia já clássica de um “grande divisor” como estabelece Latour (1994), operando como algo que separa os que tem “cultura”, “língua”, “estado”, “religião”, “branquitude”, “masculinidade”, “erudição”, “renda” e etc, daqueles que são despossuídos de alguns desses atributos. Neste trabalho e nesse contexto de pensar políticas públicas, a **materialidade** do grande

¹¹ Que de acordo com os termos do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome) se caracterizam por receberem renda familiar *per capita* de até um quarto de salário mínimo.

¹² Os termos em itálico são relativos a categorias e definições utilizadas pelo MDS/governo federal.

divisor se evidencia através da imagem de um **balcão ou das baias de atendimento** local, no qual se efetiva a partilha de um mundo sensível entre aqueles que estão contextualmente em lados opostos, posições que, no entanto, podem se alterar.

Se um desenho esperado para uma etnografia sobre o *bolsa* seria frequentar “quebradas”, “favelas”, “periferias” e “margens”, aqui o campo é feito em “repúblicas” “secretarias municipais”, “campus universitário”, “cafés” e “centros”. Perturbar o “grande divisor” e a relação entre o que está, pelo menos em tese “dentro e o que está fora”, “o centro e a margem”, “o exótico e o familiar”, “quem pergunta e quem responde”, “quem etnografa e quem é etnografado” formam o pano de fundo metodológico de todo o trabalho. Assim como Bevilaqua & Leirner (2000) ponderam que os “divisores” têm sido prejudiciais para a antropologia aponto como um desses prejuízos possíveis o ato de destinar determinados temas, abordagens e teorias somente para pensarmos o que ocorre com algumas realidades, deixando outras menos permeáveis à etnografia.

Sei que escolher apenas “um dos lados” do balcão acarreta em perdas e ganhos, porém, do mesmo modo como estou aqui falando sobre não fixidez nestes posicionamentos, há entre meus interlocutores pelo menos uma pessoa que já recebeu bolsa família e hoje em dia trabalha do outro lado do balcão no atendimento aos *pobres*, para usar a terminologia do próprio *cadastro*. Quero dizer que os elementos que discuto aqui são baseados apenas no momento em que realizei a pesquisa de campo, não servindo para descrever o que ocorrerá daqui para frente, seja com esta política, seja com os interlocutores da pesquisa.

É preciso salientar que considerando a história da antropologia brasileira, somente nas últimas décadas é que se tem tentado trabalhar com os processos que analiso nesta dissertação, como afirma Bevilaqua (2003:51) “Ao se voltar ao estudo de sua própria sociedade, porém, dedicaram-se preferencialmente a processos mais ou menos circunscritos, pequenos grupos étnicos e religiosos, movimentos sociais minoritários ou condutas desviantes.”. Este tipo de recorte carrega alguns problemas bastante específicos, diz Bevilaqua (2003) ao se referir a discussão sobre a identificação ou não dos sujeitos de pesquisa. No caso deste trabalho, os nomes de pessoas que ocupam funções públicas facilmente identificáveis não estão trocados, os demais estão com nomes fictícios, embora boa parte das pessoas tenha concordado com a publicização de seus nomes numa dissertação.

Alguns trabalhos contemporâneos dialogam com essa dissertação, por exemplo a

coletânea Vozes do Bolsa Família (2013) possui como foco principal “dar voz” as famílias e principalmente as mulheres beneficiárias e o Cartas ao Presidente Lula (2012), que evidência através da análise de mais de mil cartas enviadas para o ex-presidente da república o quanto a população de todas as regiões do Brasil conseguiu se apropriar desta política pública ao longo dos anos. Evidenciando com esta intenção a existência, ou melhor a não-existência de narrativas autorrepresentativas deste universo por muitos denominado de popular na esfera política.

De acordo com Rancière (2005) a política só pode existir em contextos em que há o dissenso, onde há significados diferentes para termos em disputa. Levando em consideração as duas obras citadas no parágrafo anterior podemos inferir que há por conseguinte um grande abismo entre uma “comunidade política” mais ampla e estas vozes que ainda estão por ser ouvidas nos polos produtores de políticas públicas e outros discursos com maior capilaridade social.

Abordagens e Escolhas

Na introdução do volume 79 da revista Lua Nova, Feltran pondera: “Na leitura das provas do volume, aos poucos dei-me conta de que os contingentes "marginais" da população têm estado no centro da tradição e, mais do que isso, da renovação do pensamento político moderno” (Feltran, 2010:10). De minha leitura digo que do ponto de vista **metodológico** as pesquisas em Ciências Sociais possuem uma vasta tradição em fixar quem serão os “nativos”: indígenas, pretos, homossexuais, “povo de santo”, pobres, putas, ladrões e loucos tem ocupado o centro das formulações teóricas sempre como pessoas observadas que alimentam o *corpus* teórico da disciplina.

Destacarei dois fatores – para que tal configuração, a manutenção de certos temas e abordagens, se perpetue há um predomínio “ocidental” ou basicamente europeu/estadunidense/branco no cânone das Ciências Sociais. Esta configuração produz mesmo que indiretamente e sem uma intencionalidade programada, o que é possível “pensar”, “teorizar” e “antropologizar”. Em relação à chamada “antropologia urbana” também há alguns pressupostos temáticos, “Não por acaso, mesmo quando se admite que a chamada “antropologia urbana” possa apresentar uma contribuição original, espera-se que ela decorra do estudo de grupos e processos “marginais” e “minoritários.” (BEVILAQUA& LEIRNER, 2000, p.107)

Outros aspectos são estratégias de ocultamento/silenciamento de autores e autoras que produziram trabalhos que apontaram para caminhos diferentes do que os colocados pelo “senso comum acadêmico”. A tese de Janaína Damasceno a respeito da trajetória de pesquisadoras e pesquisadores negros “esquecidos” busca “desvelar quais foram os processos de fabricação do esquecimento e da memória em relação a determinados sujeitos” com ressonâncias que se fazem notar ainda hoje (Damasceno, 2012:18). Processos estes que passaram até mesmo pela conservação indevida de determinados trabalhos (documentos, dissertações e teses) nas bibliotecas de universidades renomadas mesmo com produção e prestígios relevantes como no caso de Du Bois nos Estados Unidos¹³. A autora ainda aponta casos em que intelectuais negros estrangeiros passaram por constrangimentos cotidianos em visita ao Brasil, tal como foi o caso das antropólogas estadunidenses Ellen Irene Diggs barrada no Hotel Serrador no Rio de Janeiro em 1947¹⁴ e Katherine Dunham em 1950: “Em Julho de 1950, durante uma viagem ao Brasil, Dunham foi barrada na recepção do Hotel Esplanada, em São Paulo, o mesmo que abrigou Claude Lévi-Strauss e sua mulher Dina Lévi-Strauss entre 1935-1936(...)” (Damasceno, 2012:35).

Foi através deste trabalho que tomei conhecimento da pioneira tese defendida em 1945 na Escola de Sociologia e Política, da autora Virginia Leone Bicudo e publicada apenas em 2010 intitulada *Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo*. O estudo pioneiro que chegou a ter forte repercussão por constatar por meio de um “estudo de atitudes” a existência de “preconceito de cor” em São Paulo:

Em 1949, Emilio Willems num pequeno artigo para *The American Journal of Sociology*, intitulado *Racial Attitudes*, reconhece a importância dos primeiros textos de Nogueira e Bicudo para se constatar a existência de preconceito racial no Brasil, ampliando um modelo que tinha a Bahia como paradigma de análise, sem levar em

¹³ De acordo com Hubiner (2010:125) Durante sua viagem para os Estados Unidos, “Weber conseguiu de Du Bois, para publicação em sua revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* [Arquivo para a Ciência social e Política social], o artigo “A questão dos negros nos Estados Unidos”. Este seria o primeiro de diversos artigos com vistas a concretizar um diálogo e promover a criação de um Fórum que discutisse os trabalhos de pesquisadores negros americanos, este foi o único artigo publicado e com o nome de Du Bois redigido de maneira errada. Para mais ver mais sobre a trajetória intelectual de Du Bois, ver o primeiro capítulo de Damasceno (2012).

¹⁴ Disponível <http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,801828,00.html>

consideração as diferenças regionais existentes no país. É a primeira vez que ela tem seu trabalho reconhecido. (Damaceno,2012, p.114)

Eis que para minha surpresa durante a leitura do compêndio encomendado pela ONU em 1960, intitulado “Raça e Ciência” composto por 5 artigos de diferentes autores, entre eles o onipresente “Raça e História” de Claude Lévi-Strauss, encontro a seguinte passagem na página 80 do texto “Raça e Sociedade” de Kenneth L. Little:

Uma pesquisa universitária feita no Estado de São Paulo, constatou que os negros de classe média tinham atitudes ambivalentes com respeito a brancos. Julgavam-se desfavorecidos, primeiramente no plano profissional – segundo eles, em iguais condições um negro tem mais dificuldade em encontrar um emprego ou uma situação que um branco – e depois, embora tivessem a mesma categoria social que os brancos de classe média e muitos deles possuíssem amigos entre os brancos, tinham a impressão bem clara de que não eram considerados iguais. Constatou-se também que grande número de sociedades formadas de membros de famílias mais respeitadas de fato segregam os negros, ainda que seus estatutos não o indiquem expressamente. Por outro lado, alguns clubes muito fechados admitem negros e mulatos de pele escura e àqueles que se surpreendem com esse comportamento contraditório se justificam costumeiramente dizendo que essas pessoas não são consideradas negras. Em outros termos, a influência exercida pela classe social, enquanto fator de integração, parece sobrepujar a tendência a estabelecer entre os indivíduos divisões baseadas nas características étnicas.

O trecho se encerra com uma nota de rodapé que indica a referência bibliográfica de Emilio Willems, “Race attitus in Brazil”: In *American Journal of Sociology* 1948-1949, vol 54, p.402-408. O trabalho de Virginia Leone Bicudo, portanto anterior ao Projeto Unesco¹⁵ já apontava para os meandros do “preconceito de cor” no Brasil.

Antes mesmo de Florestan Fernandes, Otavio Iani e Oracy Nogueira entre outros, apenas o último, atribui o problema das pessoas “de cor” a questões que vão além da tese da integração econômica. Bicudo (2010) chamava atenção que na década de 40 ao se estudar pessoas de classes sociais distintas problemas econômicos não

¹⁵ MAIO, Marcos Chor. **O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50.** *Rev. bras. Ci. Soc.*[online]. 1999, vol.14, n.41, pp. 141-158. ISSN 0102-6909.

podiam dar conta das especificidades apresentadas por outra ordem de fenômenos, tais como aqueles atinentes à raça. Mesmo que recentemente exista um ingresso em massa de populações não-brancas e não de classe média/alta nas instituições de ensino superior públicas brasileiras, ainda permanecem posturas pouco inclusivas e plurais em ambientes acadêmicos.

Em consonância com o professor José Jorge de Carvalho em um artigo sobre o “caso Ari”, o primeiro estudante negro em vinte anos de doutorado em antropologia na Universidade de Brasília - ainda há entre aqueles quem cursam antropologia certo incômodo no empreendimento de certas discussões - pois elas dizem respeito a privilégios construídos historicamente: “As cotas incidem sobre o nosso universo, onde mantemos nossos privilégios de brancos, e o que está em questão é decidir se vamos finalmente aceitar dividi-los com os negros ou se vamos permanecer controlando o acesso a 99% dos recursos de que dispõem as nossas instituições acadêmicas.” (CARVALHO, 2005, p243.).

Além disso, mesmo quando estes estudantes que ingressaram nestas últimas décadas – e, no caso, eu mesmo – partilham dos “referenciais teóricos” e titulações acadêmicas, a **materialidade** do “grande divisor” emerge a partir de atos discriminatórios, discursos, jocosidades no cotidiano da sociabilidade universitária. Portanto, falar a partir das baias e dos balcões de atendimento do CadÚnico numa cidade interiorana é testar e alcançar problemas históricos e sociais de fundo que se espraiam na sociedade brasileira.

História e Políticas

Para que seja possível compreender minimamente o argumento de que grande parte da população atendida pelas políticas de transferência de renda seja negra – de acordo com o IBGE pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas são parte desta população - é necessário pensar sobre algumas políticas que ocorreram no final do século XIX e início do século XX, no período que antecede o fim da escravidão e o subsequente. Falo aqui da lei de terras de 1850 que limitou fortemente o acesso a posse das terras¹⁶ à compra e a venda e também a adoção de mão de obra imigrante¹⁷ que veio

16. “O trabalho escravo, núcleo do sistema produtivo do Brasil Colônia, vai sendo gradativamente substituído pelo trabalho livre no decorrer dos anos 1800. Essa substituição, no entanto, dá-se de uma

a cumprir duas demandas: o embranquecimento da população cujas políticas neste sentido duraram até a década de 1930, que vieram a ser substituídas pelo ideário de democracia racial que teve um forte apelo até a década de 1980 e a substituição do trabalho escravo pelo assalariado¹⁸.

O texto de Theodoro (2008) visa discutir o mercado de trabalho no Brasil tendo como referência a questão racial. Fazendo uma análise histórica a partir do século XIX o autor recoloca a questão racial no centro da discussão atual sobre o mercado trabalho brasileiro a partir deste recorte histórico e pontua que a população liberta ficou restrita a fazer pequenas tarefas e serviços pouco remunerados, não tendo acesso nem às suas antigas ocupações por conta de sua “incapacidade” de se comportar como trabalhador livre nesta nova ordem estabelecida.

Esta transição teve papel decisivo no âmbito do estado ao implementar políticas favoráveis a importação de estrangeiros europeus e dar a eles condições de acessarem diversos espaços que foram negados à população negra no pós-abolição. Em minha iniciação científica sobre as origens étnicas e raciais da população de uma escola pública do ano de 1907 no município de São Carlos, fiz notar, quando se compara os dados do Censo realizado em 1909, a discrepância existente entre o tamanho da população e a composição das classes na escola, ao contrário da configuração social da cidade composta quase que meio a meio por ex-escravizados negros e não negros. A população escolar era de mais de 95% de estudantes não negros, contando aí tanto

forma particularmente excludente. Mecanismos legais, como a Lei de Terras, de 1850, a Lei da Abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração, forjaram um cenário no qual a mão-de-obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, sobrevivem do em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência” (Theodoro,2008:15).

17. A substituição da mão-de-obra escrava pela dos imigrantes começou, assim, mais de 30 anos antes da abolição. De acordo com os dados disponíveis, entre 1864 e 1887, o número de escravos no país diminuiu de 1,7 milhões para 720 mil, enquanto entre 1872 e 1881, 218 mil imigrantes entraram no Brasil (cf. KOWARIK *apud* Theodoro, 1994:46-47, p. 71).

18. Impregnada como estava de matizes racistas, essa política resultou não apenas na marginalização de negros e mulatos no Sudeste, mas também reforçou o padrão de distribuição regional de brancos e não-brancos que se desenvolvera durante o regime escravista. Como consequência, uma maioria de população não-branca permaneceu fora do Sudeste, na região economicamente mais atrasada do país, onde as oportunidades educacionais e ocupacionais eram muito limitadas (HASENBALG,1979:167 *apud* Theodoro).

imigrantes europeus quanto brasileiros não negros.

O texto de Soares (2008) traz um comparativo da distribuição de renda entre brasileiros negros e não negros ao longo das últimas décadas e aponta para uma redução nas diferenças entre os rendimentos destes dois segmentos da população. Além disso demonstra que as pessoas com as menores rendas estão menos distantes das demais na última década do que na anterior. Segundo o autor, estas reduções são frutos direto de políticas de transferência de renda que atingem a população mais pobre que é composta em sua maioria por pretos e pardos, como se existissem “políticas raciais à brasileira” que a despeito de possuírem tal recorte, fazem em sua implementação esta divisão:

Os números demonstram que, a partir desta década, houve uma sensível melhoria no padrão distributivo brasileiro, quando comparadas às populações negras e brancas. A razão entre as rendas de negros e brancos sofreu uma redução da ordem de 25% entre 2001 e 2007. Esse movimento também pode ser observado pela queda da desigualdade da distribuição de renda em geral. Mas essa melhora foi maior para a população negra. A principal razão se deve aos efeitos das políticas de proteção social e dos mecanismos de transferência de renda. (Soares, p.128)

No primeiro capítulo trabalharei com mais alguns índices históricos de empregabilidade e alguns parâmetros relativos a classificação de cor/raça utilizados ao longo do tempo em pesquisas brasileiras.

Entendo e matizo os problemas e limites decorrentes de relacionar diretamente “raça”, tomado aqui como um índice totalizante de pertencimento, às problemáticas centralizadas na questão do fenótipo, porém, repetidas ações discriminatórias são realizadas e efetivamente conduzidas pelas experiências fenotípicas, ainda mais quando se discute racismo no Brasil, onde definir quem é negro é uma “difícil tarefa” (MUNANGA, 2004). Além disto, considera-se um dos efeitos da modalidade brasileira de discriminação racial a negação da existência da discriminação por conta da “mestiçagem”.

De acordo com Oracy Nogueira (2006) no Brasil prevalece o “preconceito de marca” e não “de origem”: “Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem” (2006, p.292).

Em outros termos, para o autor no Brasil a intensidade da discriminação varia de acordo com a quantidade de características “negroides”, quanto mais características, mais discriminada é a pessoa: “ Os traços negróides, especialmente numa pessoa por quem se tem amizade, simpatia ou deferência, causam pesar, do mesmo modo que causaria um “defeito” físico” (p.296, 2006). Sendo assim, a questão de determinar a negritude a partir de características fenotípicas para discutir as relações raciais no Brasil serve para tornar “essencialismo” apenas uma categoria acusatória oriunda de uma discussão teórica que, intuo, não caber completamente na “realidade empírica” brasileira.

Outros olhares

Os argumentos expostos até aqui servem para fornecer embasamento para compreender a prevalência de determinadas abordagens em relação ao Programa Bolsa Família. Aponto como exemplo¹⁹ o “Dossiê 10 anos de Programa Bolsa Família”, e na bibliografia em geral sobre o tema que trata de estudos quantitativos sobre o *bolsa* que completou 10 anos em 2013.

Logo na introdução do dossiê, aponta-se para uma prevalência de estudos qualitativos sobre o PBF nesse período. Segundo Aducci (2008) este é um problema que ocorre não apenas no Brasil, pois quando se trata de discutir a respeito de políticas de transferência condicionada de renda, levando este fato em consideração, os artigos do dossiê priorizam abordagens qualitativas: (i) o papel, a relevância e a necessidade das condicionalidades; (ii) avanços ou problemas colocados particularmente para a situação política das mulheres receptoras, tendo em vista o recorte de gênero implementado; (iii) possíveis efeitos do programa no cotidiano das famílias, concernentes às crianças e aos homens; (iv) avanços ou retrocessos na constituição de uma política de cidadania e, por fim, (v) possíveis resultados ou tendências já observados no que se refere ao objetivo último do programa, a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

Pinto (2013) discute o que ela chama de "baralhamento" existente nas famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa família) no sentido de verificar os limites entre público e privado, bem como as redes de solidariedade atuando nas vidas das famílias

¹⁹ É um exemplo do argumento dado, porém, tenho consciência de que este dossiê não representa a totalidade das pesquisas relacionadas com a temática.

beneficiárias, pois o Estado – com letra maiúscula - não consegue suprir todas as necessidades das famílias. Em relação a separação entre “público” e “privado”, a autora remete a uma clássica divisão entre um centro político, um mundo onde as decisões políticas são efetuadas e outro mundo, o doméstico onde fatos não políticos estariam ocorrendo, o baralhamento seria uma decorrência desse processo que tem origem no período colonial.

Já o texto de Ávila (2010) é escrito a partir de uma etnografia realizada em São Carlos e São Paulo no sentido de comparar o que “pensam as beneficiárias” em relação ao PBF. Um dos apontamentos do texto é o do que a categoria *beneficiária* só é utilizada pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), já que as pessoas que recebem os benefícios simplesmente dizem que “tem o *bolsa*”. O autor atribui este fato, além de outras coisas, a dificuldade de se obter informações do ministério, embora exista um grande volume de informações no site, estas são expressadas numa linguagem técnica que dificulta a apreensão para quem não está familiarizado com esse léxico burocrático.

Outro ponto destacado em quase a totalidade dos textos é a ideia de que o dinheiro obtido a partir do programa é pra ser usado pelos filhos. A principal referência sobre este tema é o trabalho de Flávia Pires (2010) sobre o consumo de “brebotos” e “burigangas”, “as besteiras que criança gosta”.

Nesta coletânea Pires (2013) apresenta um texto sobre “comida de criança” discutindo justamente a questão do uso do benefício em favor das crianças e de como este uso em alguns casos se converte no consumo de “guloseimas” no semiárido da Paraíba, o que remete a uma questão que diferencia o PBF do vale-gás por exemplo, no qual o *beneficiário* não tinha autonomia para gastar esta renda de acordo com sua intencionalidade, pois apenas alguns produtos poderiam ser adquiridos a partir destes benefícios. Tema central do texto de Rego (2013) é a da “autonomia” em relação ao dinheiro do PBF.

Milena Cassal (2013), cuja pesquisa foi realizada em um Quilombo urbano em Porto Alegre, é a única entre os autores que discute a “questão racial” no dossiê, e a despeito de publicações do IPEA apontarem que 70% das famílias beneficiárias serem chefiadas por pessoas pretas/pardas não há espaço para este tipo de discussão na maior parte dos trabalhos sobre o tema. A autora observa que ocupar a posição de *responsável familiar*, no “Areal das Mulheres” não serve, como em outros contextos, como um índice de autonomia ou posição de chefia das mulheres, neste caso, elas já ocupavam as

principais posições de “mando” nas organizações do quilombo urbano e também dentro de suas casas.

O texto de Brandão, Pereira & Dalt (2013) discute os impactos do PBF na frequência escolar, o interessante na abordagem é que há entrevistas com aqueles que não são *beneficiários*: diretores, professores, regentes, coordenadores e técnicos responsáveis pelo preenchimento do censo escolar. De modo geral, o texto aponta que há um aumento na frequência escolar, uma vez que o PBF exige uma frequência de 85% ao passo que o Ministério da Educação exige 75%. Porém este aumento na frequência não significa uma melhora dos processos de ensino aprendizagem ou dos equipamentos escolares.

Os autores Lui & Molina (2013) trazem o universo dos aposentados rurais e pequenos produtores no município de Santarém, no Pará, observando uma variabilidade muito grande nos significados atribuídos pelas pessoas e nos efeitos produzidos pelo recebimento de *benefícios sociais*. Marina Ahlert (2013), em trabalho realizado com as quebradeiras de coco no município de Codó, discute a “precisão” e o “luxo” a partir de uma etnografia junto com estas mulheres, problematizando algumas formulações do “senso comum” como assistencialismo, divisão entre público e privado e a operação de categorias como gênero e família no contexto maranhense.

Nota-se assim que entre as pesquisas quantitativas ou qualitativas o público-alvo das pesquisas sobre o PBF ganha uma dimensão tradicionalmente dita “antropológica” a partir de estudos de caso específicos, trazendo temas consagrados como populações rurais, família, mulheres e crianças, sobretudo.

Neste trabalho busco evidenciar de maneira etnográfica e através de entrevistas, portanto, numa abordagem qualitativa, verificar de que maneira a política é implementada; como ela funciona; o que pensam as pessoas que trabalham com ela; o que estas pessoas entendem da própria política e como estas pessoas se classificam de acordo com as categorias de classificação de cor/raça. Meu público alvo será aquele que está atrás do balcão, nas *baias de atendimento*, que são pessoas que colocam essa política em movimento, pois além de leis, normativas, ministérios e secretarias, existe “gente” operando tais mecanismos e fazendo com que as determinações da política cheguem até as famílias beneficiárias.

A importância dessa pesquisa está em focar parte da cadeia de execução da política, geralmente tomada como algo instrumental e “automático” como se o postulante a beneficiário chegasse ao balcão, fizesse uma entrevista e

“milagrosamente/automaticamente” um cartão magnético chegasse em sua residência e dessa mesma maneira o benefício passasse a existir em sua vida, colocando em evidência aí a operação de um “grande divisor” representado pelo balcão.

O esforço empreendido é o de tentar preencher a lacuna existente tanto num plano “político”, tomando o sentido de que os trabalhos de campo em geral são feitos em territórios “exóticos”, quanto do ponto de vista teórico, pois as reflexões e algumas tomadas de posição “políticas” fizeram com que o campo se construísse desta maneira e não de outra.

Capítulo I: O Cotidiano do *CadÚnico* em São Carlos

Pra quem não tem nada tá bom

Durante o período da manhã muito tédio. A equipe de *entrevistadores* quase completa e ninguém da população para atender. A., *entrevistadora*, dirigindo-se a mim dispara: “Quando você trabalhava aqui não era isso que você queria? Ficar sem fazer nada”. Talvez seja verdade, mas, respondi que o bom mesmo era o meio termo na quantidade de atendimentos, bom para o andamento da pesquisa, mas também para cumprir a carga horária do estágio.

Porém, pouco tempo depois, o dia passou a ficar mais movimentado. Em um dos atendimentos passei por uma situação bastante inusitada no atendimento de uma mulher que anunciava desavenças com a sogra. O marido estava preso, porém logo sairia e a mulher me dizia que por algum motivo estava sumindo dinheiro de uma de suas contas bancárias. Na verdade desconfiava da sogra que estaria usando esse dinheiro para pagar a fiança do filho detento.

Durante o processo de atualização do cadastro da referida mulher o sistema acusou que seus filhos estavam alocados em outra família, quer dizer em outro cadastro, no da sogra que, sendo assim, estava recebendo os valores relativos aos cadastros das crianças.

Falei com o Auxiliar Administrativo²⁰ e ele disse que casos assim seria bom que usássemos o campo “observações”, que consta do cadastro, pra que não houvesse conflito ou emperrasse o atendimento.

Enquanto isso chega uma das assistentes sociais acompanhada de uma senhora que estava passando mal e que fora até o cadastro para pedir que fosse feito para ela o documento que autorizava as empresas de água e luz a cobrarem a “tarifa social”.

Volto para a baia de atendimento, peço os dados daquela primeira mulher que atendia e que estava exasperada com a sogra e sugeri que voltasse outro dia, pois a responsável pelo *cadastro* não estava naquele momento. Após ela sair converso com o Auxiliar Administrativo e decidimos que deveríamos ligar para a sogra dela e obter mais

²⁰ O cargo é concursado e não de confiança porém é permanente, diferente dos estágios que tem duração de até 02 anos. Nos momentos em que a chefe da divisão de cadastro único estava ausente era a pessoa autorizada a tomar algumas decisões a respeito de casos mais complicados.

informações sobre o que estava acontecendo. Ele pediu que após a ligação o informasse sobre o que eu “senti” a respeito da situação.

Liguei no número de telefone que constava no cadastro. Falei que era do *CadÚnico* e estava verificando algumas informações a respeito do seu cadastro por conta do recebimento do *bolsa*. Ela foi confirmando as informações que perguntava. Por fim perguntei qual era a situação das crianças e a resposta que obtive foi a de que ela tinha a guarda legal das crianças, pois a casa da mãe delas, da sua nora que eu acabara de conhecer, vivia cheia de “nóias”, e que havia conquistado a guarda das crianças após denúncia de estupro de um de seus netos. Ainda segundo ela, de tempos em tempos a mãe ia até sua casa e levava os meninos de volta para “tenta virar a cabeça” das crianças, inventando algumas histórias.

A sogra é aposentada e tinha um filho trabalhando com carteira assinada que não estava constando no cadastro. Falei que ela deveria regularizar a situação cadastral da família, o que acarretaria, com os dados devidamente atualizados na perda do direito ao bolsa família que estava recebendo.

Novamente converso com o Auxiliar Administrativo, desta vez ele me pediu que anotasse todas as informações de contato e localização destas pessoas e disse que seria bom passar esse caso diretamente para o Conselho Tutelar, pois eles estão aptos a fazer um acompanhamento mais preciso da situação.

Cerca de meia hora depois a responsável pelo cadastro chegou. Aquela outra senhora que passava mal continuava lá esperando o SAMU, que havia sido chamado há algum tempo. Após alguma espera chegou o socorrista do SAMU, de motocicleta. Aquela era a segunda vez que via atendentes do Samu por ali, a outra tinha sido porque um morador de rua havia passado mal.

Outra mulher com a filha, ambas com tranças nos cabelos, há tempos estavam na sala da chefe. Nem haviam pegado senha pois já estavam sendo atendidas há mais tempo. Atualizavam o cadastro comigo. Nesse caso, tudo parecia normal, as duas eram bem humoradas e mesmo antes de chegar ao campo que discrimina a cor no cadastro já falavam que era “coisa de preto” e etc. Na hora afirmaram enfaticamente que tinham a cor preta. A menina mais nova começou a rir e falou que tinha um amigo que a chamava de “cor de papelão molhado”. Eu nunca tinha ouvido essa, até anotei pois era bastante diferente das respostas usuais, amarela, parda, pardinha, moreninha etc.

Disseram ainda que o atendente anterior havia perguntado até se tinham namorado. Olhei no cadastro quem as havia atendido da última vez e aponte para onde

estava o entrevistador, sem dizer o nome dele. Ficaram constrangidas.

Depois de realizar este atendimento foi pedido para que eu acompanhasse um dos motoristas que iria levar para casa aquela senhora que estava sendo assistida pelo SAMU. Ajudei-a subir com bastante dificuldade na kombi da prefeitura. Ela mal conseguia andar, muito magra, não tinha comido nada, parecia ter problemas crônicos de saúde. Estava difícil entender o que ela dizia, cheirava a urina. Fechei a porta dos assentos traseiros e fui me sentar no banco da frente.

Durante o trajeto perguntei ao motorista se iria mudar alguma coisa na secretaria -vai mudar alguma coisa?

-pra gente não, vai mudar quem manda na gente e só. E ainda vamos ter que trabalhar nessa última semana. Vocês (como se eu fosse estagiário ainda) vão parar já no dia 21, né, perguntou. Falei que sim.

O lugar que estávamos indo era distante do centro da cidade, passava perto do Jardim Zavaglia falei ao motorista que nunca tinha ido lá apesar de “saber de cor” como eram aquelas casas. Dois quartos, acabamento em alvenaria nos quartos e sala, “piso” na cozinha e no banheiro. O Bairro era recém construído, portanto, tempos atrás muitos moradores de lá assim que pegaram as chaves das casas foram ao Cadastro para atualizar seus endereços.

O bairro ainda se formando quase nenhuma casa murada. E um pouco a frente dava para ver o terreno já plano, sendo preparado pra construção do Zavaglia II. Ainda mais longe do centro da cidade.

Reparei que as casas eram muito pequenas, comparadas com a Cohab que morei em Ribeirão Preto, e neste bairro mais antigo os terrenos e casas acabavam tendo uma metragem maior do que os conjuntos habitacionais atuais. Pensei comigo que pelo menos não eram geminadas e aí comentei com o motorista, que disse: “Pra quem não tem nada tá bom.” Silêncio. Decidi ficar quieto e na minha para não discutir.

Chegamos à casa da senhora e desci para acompanhá-la. A casa estava em reforma, haviam pessoas lixando as paredes com aquelas máscaras e pensei que aquilo não faria bem pra saúde dela.

Subindo de volta para o centro reparei na placa que avisava que estávamos no fim do perímetro urbano de São Carlos e avistei uma pixação: “fock police”, lembrei da

música Fuck Tha Police do NWA²¹. Refleti, ficar no ar condicionado interpellando aquelas pessoas lá no Cadúnico era muito diferente. Ouvimos o que as pessoas relatam sobre as casas e dificuldades de acesso, transporte, mas do lado de dentro das baías não temos a dimensão concreta dessa experiência de sofrimento e, muitas vezes, privação. Não imaginava o Zavaglia daquele jeito, longe, com as pessoas que vão a pé até o centro da cidade, caminhada extenuante para receber o atendimento. Entendi por que alguns até pedem passe de ônibus para realizar o trajeto de volta para casa²².

Ao voltar para o *cadastro* sai para almoçar, na rua da secretaria do Cadastro tem um prédio empresarial chamado Condomínio de Empreendimentos Zavaglia. Um lugar todo “chic” no centro da cidade, com o mesmo nome daquele bairro que eu acabara de visitar.

Nos últimos anos, a cidade de São Carlos foi retratada sob diversos aspectos por pesquisas nas três áreas das ciências sociais. Breda (2013) discute a dinâmica de atendimentos nos CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) da cidade de São Carlos, em uma minuciosa etnografia a autora descreve as dinâmicas existentes entre população e funcionárias da rede de assistência social, mostrando as formas pelas quais estas partes conseguem equacionar o “conflito social” existente na cidade através de diversas estratégias, tanto de funcionárias quanto da população que passa a dominar os caminhos para acessar os bens/direitos que lhes são pertinentes.

O trabalho de Oliveira (2012) aborda as relações entre as “bancas” de moradores de rua e as relações dessas bancas com os serviços de assistência social. Pensando desde a “fabricação” do morador de rua e as influências da rede de assistência social que produzem mudanças em relação as dinâmicas de *circulação e fixação* das bancas. Que de acordo com o autor podem ser definidas como “ agrupamentos de moradores de rua que se formam em determinados lugares da cidade, a partir de características específicas, como por exemplo: há bancas de “trecheiros” (itinerantes) ou de moradores de rua que são atendidos regularmente pelas instituições (p.73).

²¹ Música disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=h2YgZX9Thm0> e letra em <http://www.azlyrics.com/lyrics/nwa/fuckthepolice.html>.

²² Sempre tinha uma quantidade limitada de bilhetes de ônibus para fornecer para a população.

A dissertação de Pereira (2013) apresenta as relações do *dispositivo* de assistência social com os “moradores de rua” transformados em *usuários* que frequentam o CREAS-POP e o Albergue Noturno Santa Izabel. Martinez (2011) em intensa convivência com *trecheiros* e *pardais*²³ em São Carlos discute as diversas trajetórias, marcas e saberes que a rua inscreve em seus moradores.

Há trabalhos relacionados mais diretamente ao tema periferia, como Ávila (2006) que toma como objeto de reflexão a construção da periferia, ou melhor, uma reflexão sobre a experiência em viver em periferias fora das grandes metrópoles. De acordo com a autora, as periferias de cidades médias, como São Carlos, ou pequenas se diferenciam das periferias das grandes cidades por conta de um grau menor de pobreza e menor concentração de pessoas nos bairros e favelas.

O trabalho de Begnani (2008) assim como a maioria dos trabalhos contemporâneos sobre periferias se propõe a enxergar o contexto periférico a partir da multiplicidade, da pluralidade e da heterogeneidade de vivências consideradas periféricas. No caso desta dissertação ela possui como foco o ponto de vista das crianças, tomadas neste trabalho como capazes de produzir e significar mundos e não apenas re-produzir ou re-significar experiências dos adultos na “favela do Gonzaga” em São Carlos, SP. A autora aponta que principalmente para as meninas da favela do Gonzaga não havia muitos momentos para estudo e lazer, pois tinham que ajudar nos afazeres domésticos periodicamente: “as famílias no Gonzaga são muito numerosas e não são compostas apenas por pais e filhos. Refiro-me a esta unidade como “família nuclear”. No bairro, as famílias são compostas por pais, mães, avós, tios, tias, sobrinhos e parentes distantes co-residindo” (p.52).

Em comum estes trabalhos dialogam e mesmo avançam abordagens mais “clássicas”²⁴ da antropologia urbana brasileira, porém, na maioria há uma lacuna que apesar de explicitada por Ávila (2006), se mantém como um problema ainda a ser enfrentado. Escreve a autora:

²³ Nas palavras da autora “A diferenciação entre trecheiros e pardais é notada segundo um critério de territorialidade a partir do qual o trecheiro é aquele que está em movimentação constante pelos trechos e o pardal é aquele que se fixa num único trecho.” (p.16)

²⁴ Me refiro aos trabalhos de Eunice Durham, Teresa Caldeira, Alba Zaluar, entre outros.

É mais que notável que nos bairros pobres há uma grande maioria de moradores negros e descendentes afro-brasileiros, mas que não parecem visíveis nos trabalhos antropológicos sobre periferia. Também em minha pesquisa me deparei com esta questão, mas, embora admita a necessidade de se considerar a relação raça/pobreza, não me aprofundo nessa discussão como deveria. (Ávila, 2006, p.21)

Begnami (2008), ao comentar sobre as aproximações e distanciamentos que o termo “tia” lhe oferecia durante sua estadia em campo na relação com as crianças do bairro relata a seguinte cena: “...certa vez as crianças estavam brincando com cal e começaram a passar no rosto. Depois de pintadas disseram que estavam parecidas comigo e ficaram andando pintadas de branco pelo bairro e, evidentemente, os moradores observaram e riram da situação”. (Begnami, 2008:46). E aqui entro em um ponto crucial que levantei na introdução a respeito da superepresentação de algumas abordagens e a subrepresentação de outras.

A compreensão desta cena foi feita pela a autora da seguinte maneira: “Isso tudo transpareceu certa rejeição em relação a minha pessoa pois exibiam em seus corpos e gestos que acompanhavam a máscara os sinais da diferença e, portanto, rejeitavam aquilo que eu representava”. O que dialoga com outra passagem, a respeito de como a “cor” é algo que produz diferentes tipos de relação e integração positiva, ou negativa: “Cor surge assim, a um só tempo como regra de integração, mas como formas de integração (Schawarez, 2007, p.21)”.

E você, já foi vida loka ?

Na sala de atendimentos senta-se diante de mim um homem que exalava forte cheiro que parecia ser de cachaça, tratava-se de um “morador de rua” (em casos assim, tinha que preencher o “formulário suplementar dois”, que inquiri o entrevistado sobre vícios, se tem vínculos familiares, há quanto tempo mora nas ruas, se vai em alguma instituição). Ainda não havia atendido pessoas nessas condições. Nem no dia que foram vários para lá de van a pedido do CREAS-POP (Centro de Referência e Assistência

Social). Lembro que neste dia alguns dos estagiários foram separados para realizar o atendimento deste pessoal e eu fiquei de fora, seguindo com a rotina...

Ao ingressar no recinto foi logo dizendo: “Sou um **negrão** desse tamanho, devia tá ‘trampando’, mas...”. E então ele começou a contar sua história. Disse que havia saído de casa há 32 anos, porque quis e que estava na “vida loka”, bebendo, fumando, às vezes dormindo em albergues, às vezes passava no CREAS. De vez em quando cometia algum assalto. “Nunca tirei cadeia”, disse, e me fez a pergunta: “E você, já foi vida loka?”. Respondi que não, e emendei que aquilo era só para quem era de verdade. O que ele completou: “Mas você tá certo, aí trampando... tem que ser mesmo, se tiver que assaltar, assalta! Esse negócio de cadastro tá dando canseira, já vim 3 vezes aqui! No seu cadastro constava que ele morava junto com o pai e que de vez em quando ia para casa. Mostrou um cartão da empreiteira do pai com o telefone e endereço do local, às vezes ele desaparece e o pai fica preocupado.

As ruas e a casa do pai parecem escolhas deliberadas de vivenciar uma experiência como um *negrão* que se diz *vida loka*²⁵, e que sai por aí cometendo pequenos furtos quando precisa e que nos momentos de maior necessidade ou mesmo de saudade ou por quaisquer outras razões visita o pai. Esta narrativa é representativa porque relativiza o discurso estatal de que as pessoas *em situação de rua* estão nesta condição provisória e que não possuem vínculos com parentes ou familiares que fazem parte do cotidiano daqueles que depois acabam saindo de suas casas.

Além do mais o “morador de rua” em questão mesmo tendo uma casa e do ponto de vista do estado uma “família” (os laços jurídicos e de consanguinidade com o pai) acabara por optar habitar as ruas, o que não impede que do ponto de vista do cadastramento ele se mantenha amparado numa família ou como membro de uma nova

²⁵ ²⁵ “Viver pouco como um rei ou muito como um Zé? “ Trecho da música “Vida Loka II” dos Racionais Mc’s e que sintetizam um pouco este devir. Partilhados por diversos grupos presentes em etnografias das “margens”.

família porque todo aquele que se cadastra, a despeito de morar sozinho ou não, em casa ou na rua, recebe o chamado “código familiar” associado ao NIS (número de identificação social), formando uma família unipessoal, chefiada por ele mesmo.

Concordo com Fonseca (2005) quando diz que em algumas pesquisas sobre organizações familiares das “classes populares” muitas vezes acabam reforçando o modelo hegemônico de família, recalcando a ideia de que os pobres se organizariam em razão de necessidades puramente econômicas e instrumentais, deixando pouco espaço para outras motivações de natureza mais subjetiva. Por outro lado, retomando o exemplo citado mais acima e o entrevero que protagonizavam entre sogra e nora evidencia-se os usos do cadastramento como mecanismo de disputa acirrada no interior das famílias envolvidas. Mãe e avó paterna ficam atualizando seus cadastros e afirmam estarem com as crianças, e ao disputarem entre si nos limites da família disputam as parcelas creditadas do bolsa família. Mas é possível também notar a preocupação da avó com os netos estendendo a seus cuidados e responsabilidades para os filhos de seus filhos.

A presença atual de uma criança que não constava no cadastro anterior, em geral, pode ser por conta das frequentes estratégias adotadas nas entrevistas ou pelo fato do filho que está morando com ela tenha terminado algum relacionamento e regressado para a casa da mãe em momentos de instabilidade²⁶, situações muito corriqueiras. Há que se considerar também que os cuidados não são uma via de mão única, por exemplo, uma avó que cuida de filhos e netos e se firmando nesta posição de provimento será somente em um futuro, as vezes, muito distante retribuída, quando será cuidada por estes filhos e netos no decorrer de sua velhice²⁷:

²⁶ Como aponta Begnami, desde cedo as crianças do Gonzaga já pensam em ter filhos e constituir família, ela aos 23 anos era já considerada forte candidata a “ficar para titia” de acordo com as crianças.

²⁷ Entretanto, a lógica da rede extensa de família – a lógica do dom, como nos ensina Marcel Mauss (1974) implica numa reciprocidade a longo prazo; uma reciprocidade que, contrariamente à lógica do contrato ou até mesmo de amizades fugazes, coloca uma fé difusa em um retorno eventual, em alguma data futura, por algum membro da rede implicada na dádiva original. A ideia de “ciclo de vida” é subsidiária a essa discussão sobre a dimensão temporal das relações familiares. Antropólogos clássicos, como, por exemplo, Fortes (1958), definiram três fases do que consideravam um universal núcleo familiar: formação inicial (em geral, por casamento), expansão (com nascimento dos filhos), e declínio (quando os filhos adultos saem para estabelecer seus próprios núcleos, e a velha geração é deixada com

Entretanto, a lógica da rede extensa de família – a lógica do dom, como nos ensina Marcel Mauss (1974) implica numa reciprocidade a longo prazo; uma reciprocidade que, contrariamente à lógica do contrato ou até mesmo de amizades fugazes, coloca uma fé difusa em um retorno eventual, em alguma data futura, por algum membro da rede implicada na dádiva original. A ideia de “ciclo de vida” é subsidiária a essa discussão sobre a dimensão temporal das relações familiares. Antropólogos clássicos como, por exemplo, Mayer Fortes (1958), definiram três fases do que consideravam um universal núcleo familiar: formação inicial (em geral, por casamento), expansão (com nascimento dos filhos), e declínio (quando os filhos adultos saem para estabelecer seus próprios núcleos, e a velha geração é deixada com “o ninho vazio”). Nas últimas décadas, pesquisadores confirmaram que a trajetória de qualquer família é bem mais complicada do que isso (Bilac, 1978; Barros, 1987).

Mais uma vez aproximo minhas considerações das de Fonseca (2005) quando afirma que, principalmente, entre as classes populares as redes de parentesco se estendem além do grupo consanguíneo e das unidades domésticas, indo para esferas mais amplas. Sendo necessário que para lidar de uma maneira mais fiel com situações e arranjos encontrados no cotidiano pelos gestores municipais da rede de saúde, a autora propõe uma descolonização do olhar técnico daqueles que trabalham com esta população, para que sua abordagem seja mais coerente com os contextos que encontramos *in loco*.

Ainda de acordo com Claudia Fonseca (2005) a noção de família nas classes populares é bastante, podendo ou não incluir “consangüíneos (ascendentes, descendentes, colaterais etc.), parentes por casamento (sogros, cunhados, concunhados, padrastos, enteados etc.), padrinhos e compadres (não devemos esquecer que existem padrinhos em casa, de igreja, na família de santo, etc.)” ou qualquer outra pessoa que enfrentou alguma situação com elevado grau de intimidade. Sendo assim, a definição de família existente no cadastro único, que a delimita como “unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por ela, todas moradoras de um mesmo domicílio”²⁸. muitas vezes não contempla parentes que estão apenas de passagem, ou

“o ninho vazio”). Nas últimas décadas, pesquisadores confirmaram que a trajetória de qualquer família é bem mais complicada do que isso (Bilac, 1978; Barros, 1987).

²⁸ Definição encontrada no “Manual do Entrevistador” os conceitos do Cadastro Único Serão melhor trabalhados no capítulo 2 sobre os manuais utilizados como diretrizes para atendimentos no cadastro único.

que moram em outras residências no momento em que se faz o cadastramento, além disso, nada garante que termos como “mãe” não sejam polissêmicos, mesmo em se tratando de situações etnográficas localizadas em um mesmo país (há diferenças de região, classe, raça, etc.). Inclusive, há casos em que filhos são “emprestados” por um tempo, depois retornam a família de origem, quer dizer há uma dimensão de adequação diante de várias conjunturas que trazem grande mobilidade dessas pessoas, sobretudo se pensarmos família como unidade territorial também. Por outro lado, ao não fixar em laços de sangue ou casamento para que as pessoas sejam consideradas parentes permite uma certa acomodação das configurações existentes no “mundo real” no banco de dados.

Mesmo que recolocada em outros termos e se limitando a “questões de família” o estudo de parentesco na contemporaneidade ainda possui um potencial analítico bastante forte, ainda mais quando se tratam de políticas públicas voltadas para as “classes populares”, que frequentemente colocam a “família” no centro das ações dos poderes públicos.

Neste mesmo artigo, Fonseca cita uma pesquisa realizada nos Estados Unidos pela pesquisadora Rayna Rapp, pautando as diferenças entre famílias brancas de classe média e famílias negras pobres. Entre as famílias abastadas, os parentes são tratados como amigos, por exemplo, os ditos “problemáticos” são afastados e aqueles que não causam problemas são mantidos por perto. Sendo que a primazia é da reduzida família nuclear. Já nas famílias negras e pobres existem extensas redes de convivência e auxílio mútuo que amparam aqueles considerados parentes.

Em que pese à importância de sua análise os exemplos que ela lança mão em sua argumentação não levam em consideração o recorte étnico-racial existente na pesquisa usada como comparativo. Talvez a escolha por este não-recorte seja o modo como questões relativas ao racismo são tratadas no Brasil, pois há uma extensa bibliografia sobre esta temática, fato é que para boa parte dos brasileiros – antropólogos ou não – o racismo não é uma questão relevante a ser debatida, aliás, é muito comum que digam que não existe por aqui o que me remete a uma passagem em Herzfeld (2008):

“As críticas ferem precisamente porque os antropólogos vêem geralmente a sua disciplina como se estivesse comprometida no trabalho contra qualquer forma de preconceito cultural e racial. Isso torna difícil para eles reparar nos preconceitos que seu próprio trabalho inadvertidamente

comunica – preconceitos, além do mais, que muitas vezes partilha com ideologias nacionais. Na verdade, um estudo corajosamente irreverente sobre desventuras de ciganos na burocracia social britânica (Okely 1994) revela afinidades embaraçosas entre o pensamento oficial e o antropológico. Mas em geral os antropólogos têm hesitado em participar neste jogo perigoso com a reputação de sua profissão”

Lembra ano passado? Essa época tava ‘bombando’

Cheguei ao *cadastro* por volta das 13 horas, achando que o dia não seria muito proveitoso porque passaria “pouco tempo”. Mas o que é esse tempo? O tempo em campo se mede em segundos, horas, minutos? Pensei bastante sobre isso na noite anterior, e naquele dia por conta de outros compromissos só poderia estar presente no cadastro apenas no período da tarde. Porém, uma certa imprevisibilidade é constituinte do trabalho de campo, não importa se são 5 minutos ou 5 horas de relógio. O importante é estar por lá e ficar sempre atento. Visão, audição, olfato, tato. É de suma importância mobilizar todos os sentidos para efetuar um bom trabalho, pensei, me lembrando das leituras que estava fazendo do Tim Ingold (2000) a respeito dos usos dos diferentes sentidos e nossa capacidade de percepção sobre o mundo que nos cerca.

Logo em minha chegada, pedi pra Ariane, uma das estagiárias que já estava há mais tempo naquela função e que era uma pessoa em que a chefe do cadastro único tinha muita confiança, criar um usuário pra mim, e autorizar o meu CPF para a realização de cadastros no site da *Caixa* e a manutenção de benefícios no *SIBEC* (Sistema de Benefícios ao Cidadão). No site da Caixa Econômica Federal são efetuadas inclusões e atualizações e no banco de dados do *cadastro* no *SIBEC* é possível realizar a verificações relativas ao recebimento de benefício, ações de pedido de desbloqueio para o gestor municipal entre outras funções. Nos dias anteriores eu estava realizando alguns atendimentos através de login e senha de outras pessoas.

Ainda sobre a relação com o tempo, durante a época em que fui estagiário permanecia no *cadastro* apenas meio período, sempre pela manhã ou tarde, mas nunca o dia inteiro e, definitivamente, o tempo passava mais devagar. Já durante o período do trabalho de campo passava o dia todo por lá, sem obrigação de atender e liberado de qualquer outra tarefa repetitiva, podia conversar com o público, com quem trabalha por

lá, funcionários terceirizados etc. Foram dias leves, apesar de ser um espaço de contato direto com urgências, aflições e necessidades da população que recorre por alguns dos benefícios. O tipo de atenção em relação ao entorno em situação de pesquisa, portanto, era outro, e não mãos me atinha “apenas” à fila de pessoas que aumentava ou diminuía. Enquanto a Ariane criava para mim um nome de usuário, fiz algumas perguntas para ela, segue o breve diálogo:

-Esse fim de ano o movimento tá muito devagar, comentei com a Ariane, está muito vazio.

-Graças a Deus. Lembra ano passado? Essa época tava bombando.

-Porque não posso ser gestor municipal?²⁹

-Só eu e a Sônia³⁰

-Porque você?

-Ah, porque toda vez que ela tenta entrar dá “pau” e trava o login dela, daí tem que ter o meu, por segurança. Eu não vou ensinar nada pra esse povo que vai entrar

-Por que?

-Não estou afim, quem mandou ensinar tudo pra uma estagiária? O auxiliar administrativo já pensa o contrário (o único que certamente vai continuar, pois é concursado) acha que tem que transmitir o conhecimento, e não tem que se meter nessas disputas. Se quiserem aprender vão ter que chamar o Antonio.

-Quem? Perguntei.

-O cara que me ensinou.

-Mas ele é concursado?

-É.

De fato, no ano anterior, 2011, por conta da inclusão das centenas de pessoas que estavam recebendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), os atendimentos no mês de dezembro pelo *CadÚnico* quase que dobraram em relação a quantidade normal para aquela época. De acordo com o MDS, o Benefício de Prestação Continuada é:

O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social –

²⁹ Era um tipo de login que dava acesso direto a manutenção e suspensão de benefícios, criação de logins para outros usuário e outras prerrogativas.

³⁰ Chefe de divisão do cadastro único na época.

SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício **individual, não vitalício e intransferível**, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente.³¹

Nos dias de pouco movimento as pessoas ali se ocupam de diversas tarefas de trabalho ou para passar o tempo conversando, vendo blogs de moda e algumas reflexões sobre o que é ser um cientista social na prática, reclamar sobre futura falta de emprego, perspectivas acadêmicas entre outras coisas.

Aproveitei a tranquilidade para olhar um pouco para o espaço em minha volta. Do ponto de vista de quem entra no espaço onde estão localizadas as baias ou o **balcão**, às costas dos entrevistadores há um quadro com uma foto de um bebe loiro de olhos verdes que todo mundo fala que é lindo, nele tem escrito algumas frases que remetem às estratégias motivacionais em condições de trabalho. Eu nunca havia lido, mas também não era nada demais. Ao lado dele um mapa da cidade de São Carlos, com o nome dos bairros, que contava com alguns contornos mais grossos que correspondem a divisão das áreas de atuação dos CRAS que existem na cidade.

Ao lado do mapa, um banner (que inexistia quando por lá fiz o estágio) explicando sobre as tarifas sociais de água e luz, o que eram e como são, e quais são as regras para usufruir desses benefícios. Do lado desse, um outro banner explicando sobre o processo para obter isenção no pagamento do carne de IPTU.

Além, é claro, de um outro explicando o que é e para que serve o Cadastro Único. Este cartaz contém o logotipo do Bolsa Família, e que trazia estampado um desenho de uma família, a impressão que me passava era de um desenho infantil, daqueles que se pede para as crianças fazerem na escola representando suas famílias.

³¹ Informação disponível em:

(<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc>)

Mas havia no desenho curiosa simetria: o pai, branco, a mãe preta, um filho branco e um bebe preto. O conteúdo mais substantivo para o público que o acessa informa sobre a documentação necessária para o cadastramento das famílias. Há também reproduções de cada um dos documentos necessários, no capítulo posterior no qual analiso os manuais de cadastramento, a questão da documentação será discutida com mais pormenores.

Do ponto de vista dos entrevistadores a sua frente e as costas da pessoa que senta para ser atendida, do outro lado do vidro e da porta que separa a seção do cadastro do resto da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) localiza-se um quadro com informações relativas a campanha do agasalho que traz a seguinte inscrição: “sua doação aquece outro coração”. Por fim, ao lado desse cartaz havia outro alertando sobre a violência contra a mulher com uma imagem e a inscrição: “denuncie”.

Enquanto fazia estas observações, destacava lá dentro do “aquário” uma subdivisão no espaço que separava a sala da chefe e do auxiliar administrativo e do espaço dos entrevistadores. Anelise, outra entrevistadora, falava ao telefone: “Se quiser vim aqui a gente dá o passe”, “mas por telefone não dá [para passar informações]”. Era verdade, notei que o telefone toca muito menos de quando estagiava. Alterara-se também o léxico, pois não se fala mais de benefício ou situação cadastral quando as pessoas ligavam, embora ainda continuem sendo aceitas ligações a cobrar.

O público, para ser atendido tem que se deslocar até lá. O que deixa uma questão, a centralização do cadastro seria melhor para o cadastro funcionar ou para os próprios usuários? Ali naquele prédio havia internet funcionando sem muitas falhas, o ar condicionado e contribuía o fato da proximidade com os locais de moradia das pessoas que ali trabalhavam, diferente de quanto entrevistadores ficavam nos CRAS espalhados pelas regiões periféricas da cidade.

Um dos funcionários de cargo de confiança na prefeitura aparece lá para fazer alguns ajustes, encerramentos e renovações dos contratos de alguns estagiários. Além disso, faz também alguns comentários sobre o que acha que pode ser o futuro do cadastro único na cidade:

-No começo não vai mudar, nada. Na verdade, o Altomani vai demorar uns dois anos pra entender isso aqui. Ele pode até querer fechar isso aqui e contratar outras pessoas. Só que não pode ser qualquer um, tem que abrir concurso, pois não pode contratar qualquer pessoa. Mesmo que ele queira fechar isso aqui, a estrutura prende ele. E se ele fechar, vai ter que aguentar o povo quebrando tudo.

E pergunta em tom jocoso:

-Ué, a Sonia (chefe do cadastro) não trabalha mais aqui?

Ao que a Ariane responde: Pediu demissão.

-Podia ter esperado mais uns 10 dias, diz Marcelo, 10 dias era o tempo que faltava para o fim da gestão atual.

Naquele dia também realizei alguns atendimentos, um deles era a mesma mulher que eu havia atendido na semana anterior e estava pleiteando fazer o cadastro para obter um benefício especial para contribuição de baixa renda para aposentadoria do INSS. Porém, na primeira vez ela não tinha levado documento algum de seu marido, foi quando pedi para que ela retornasse em outra ocasião com toda documentação. Desta vez ela trouxe os documentos do marido, exceto a carteira de trabalho, sem este documento era impossível realizar o cadastro mesmo que na maioria das vezes a carteira esteja sem nenhum registro devido à grande quantidade de bicos e empregos informais que a população se submete. Segue um trecho de nosso diálogo.

- E se o marido da senhora ganha 20 mil por mês, como vou saber?

-Se ele ganhasse tudo isso eu não estaria aqui

-De qualquer jeito, preciso da carteira dele, ainda mais com esse benefício, pode dar problemas muito sérios com o INSS por conta de informações irregulares.

-Eu acho que vou continuar pagando normal mesmo

No início de nossa interação ela perguntou diversas vezes se tinha os mesmos direitos das pessoas que “pagam normal” e no fim das contas foi embora bastante irritada pela situação. Na parte da classificação racial, falou que era branca sem pestanejar. Na maior parte das vezes, os brancos não gaguejam ou ficam divagando sobre qual opção se autodeclarar, são brancos e não tem dúvidas sobre isso.

Em uma das outras baias, Breno estava atendendo duas mulheres, uma com filho há pouco nascido e a outra grávida, a conversa deles era sobre o Auxílio Lactante:

-Quero receber esse benefício aí que eu tô grávida

-O auxílio lactante é direto no posto aqui a gente não faz nada em relação a isso, procura o médico, o gestor de lá, alguém.

Coma resposta do Breno a mulher já estava se retirando quando lhe pergunto:

-Você já recebe o bolsa família? Tem que estar recebendo já para ser incluída neste outro auxílio.

-E como é que eu faço pra receber isso daí?

Na sequência ele explica, entrega os papéis para elas com a lista de documentos necessários, ambas saem satisfeitas. E eu pude aproveitar para dizer que o “antropólogo” estava mais bem informado e fazendo de maneira mais eficiente o trabalho do que os seus “nativos”. Conversamos brevemente sobre estes nomes dos programas sociais que estavam sendo implementados naquele momento: “Auxílio Lactante”, “Brasil Carinhoso” etc. Com poucos atendimentos para realizar, pergunto para Ariane:

-e o Rodrigo?

-Saiu

-Quem? Pergunta Tatiane, uma das entrevistadoras que havia entrado há poucos meses.

-Aquele moreno que trabalhava aqui com a gente, responde Ariane.

-Mas ele era das “sociais”?

-Não, cargo de confiança do Barba.

-Ah, por isso ele saiu

-Ainda não, ele foi trabalhar no almoxarifado, cansou dessa vida que a gente leva.

Neste momento, diante de mim, Juliane interrompe a conversa para fazer alguns questionamentos e queria saber porque eu ficava o dia todo ali anotando e perguntando coisas para eles.

-Qual é o foco da pesquisa?

-Resumidamente, é sobre o cotidiano daqui, a relação de vocês com os *usuários*³².

Breno intervém:

-Usuário? Parece usuário de droga, crack.

-É melhor do que *cliente*³³, alguém diz

-Breno: o seu personagem central deve ser o João Pedro, ele é ortodoxo.

-Como assim? Eu pergunto.

-Fica puto, não gosta que fala “*cliente*”, “*lojinha*”.

Eu digo que eles não existem, é tudo que está acontecendo é apenas uma alucinação

³² Termo que consta nos manuais para designar o público alvo do *cadastro*.

³³ Em períodos anteriores, havia o hábito das pessoas que trabalharam como entrevistadores chamarem as pessoas que iriam até lá de *clientes*. Comentários inclusive da chefia sobre o fato da *lojinha* estar cheia ou vazia eram recorrentes.

“coisa da minha cabeça”. Tatiane concorda e o papo termina. Até que Breno retoma depois de alguns minutos:

-E aí, anotou lá?

-Sim, falei que o senhor é um babaca estilo diário do Malinowski.

Por fim, no meu último atendimento do dia chega uma senhora com o cadastro desatualizado desde 2009, registrando moradia em Ibaté uma cidade com pouco mais de 30 mil habitantes e que fica localizada há 12 quilômetros de São Carlos localizada há e surpreendentemente ainda recebendo benefício. Ela diz que foi atendida por mim no início deste ano e eu não atualizei por falta de documentos. E simplesmente ela voltou em dezembro. Disse que trouxe todos os documentos, mas... Não sabia a escola dos filhos, não trouxe a declaração de matrícula. Eu cheguei a começar a atualizar, mas tive que parar, pois não poderia prosseguir faltando tantas informações assim. Um dos filhos que a acompanhava lembrava o nome da escola, entretanto, sendo mãe de mais outros 4, por fim desisti de realizar a atualização porque ela não sabia passar informações essenciais. Falei para voltar urgentemente ainda naquela semana porque certamente iria perder o benefício. Para descontrair falei, em 2009 você só tinha 4 filhos, ela caiu na risada, foi embora.

Enquanto realizava este último atendimento todos os estagiários foram embora, desliguei os computadores e fui me despedir da Sonia, antes de sair comentei sobre este último atendimento, inconformada, disse-me: ”Como é que cria alguém assim? Em Janeiro o benefício é bloqueado e ela perde o benefício”.

Vem avisar a gente!

Sento na minha baia, pego o controle do painel que controla a sequência das senhas e inicio meu primeiro atendimento. Logo de cara um daqueles impasses, no qual a pessoa apresenta uma informação que contradiz o que está cadastrado no sistema. Diz que a filha estuda em uma escola, mas no sistema estava cadastrada em outra. É fundamental que os documentos relativos as matrículas escolares estejam atualizadas, pois bimestralmente são feitas verificações relativas a frequência escolar.

É preciso lembrar que para famílias com crianças e jovens recebendo o *bolsa* é necessário que haja uma frequência escolar de 85% de presença, índice superior ao

exigido pelo Ministério da Educação que é de 75%. Além disso, todas as pessoas cadastradas recebendo algum tipo de benefício ou não devem atualizar a cada 12 meses suas informações. Lembro-me de repetidas vezes escutar a frase: “Conseguiu emprego vem avisar a gente, mudou de escola, vem avisar a gente”.

Eis que chega o Rodrigo, “eita que diferença esse cadastro aqui do que o que você trabalhava, hein Daniel, ar condicionado...” e entra na sala da Sonia e depois vai pra outra mais ao fundo do prédio para ter mais privacidade. Ele diz que naquele momento trabalhava como pintor, “trampando pra caralho, mas o que você trabalha, você ganha”. Me perguntou o que eu estava fazendo, falei que era parte da minha pesquisa da faculdade, achou desnecessário eu trabalhar lá de graça e que eu estaria “largateando”. Em pesquisa de Biondi (2010: 241) “lagarto” seria aquele que se deixa ser mandado por outro, faz o que o outro manda ou assume crime cometidos por outras pessoas.”

No horário de almoço, no qual há a troca dos turnos dos estagiários, em algumas ocasiões eu ficava sozinho, fazendo os atendimentos por alguns minutos. Ao longo de um destes atendimentos comecei instruir um rapaz com algumas informações que constavam no cadastro quando disparou a pergunta: “veio de São Paulo isso daí?”. Raridade, era homem, morava sozinho e estava nitidamente desesperado.

Chega um casal inter-racial, o que me remeteu parecido ao logotipo do bolsa família: mulher preta e homem branco. Na parte do questionário sobre a autotransclassificação racial constante do quesito “cor” se diz “morena escura”. Fala que o marido “é branco, alemão”, por fim a filha é “morena, normal, pardinha”. Nestas situações sempre tinha que explicar que o *cadastro* adota o padrão de classificação por cor/raça utilizado pelo IBGE, oferecendo 5 opções “preto, branco, pardo, amarelo e indígena” quando se clicava na opção indígena se abria mais um campo para que se escolhesse a etnia, havia também a possibilidade de escolha da opção quilombola e qual seria a comunidade de origem. Após a explicação das categorias a garotinha disse: “sou parda, filha de branco com pardo é pardo.”. Este tipo de diálogo me remete ao levantamento feito por Clóvis Moura na década de 80 sobre as maneiras pelas quais as pessoas se autodeclaravam, cujo senso de 1980 na opção cor era possível de ser preenchido de maneira livremente, Munanga (1999) recupera trecho desta outra pesquisa:

“Acastanhada, agaleda, alva, alva-escura, alvarente, alva-rosada, amarelada,

amarela-queimada, amarelota, amorenada, avermelhada, azul, azul-marinho, baiano, bem-branca, bem-clara, bem-morena, branca, branca-avermelhada, branca-melada, branca-morena, branca-pálida, branca-sardenta, branca-suja, branquiça, branquinha, bronze, bronzeada, bugrezinha-escura, burro-quando-foge, cabocla, cabo-verde, café, café-com-leite, canela, canelada, cardão, castanha, castanha-clara, cobre-corada, cor de café, cor-de-canela, cor-de-cuida, cor-de-leite, cor-de-ouro, cor-de-rosa, cor-firme, crioula, encerada, enxofrada, esbranquecimento, escurinha, fogoió, galega, galegada, jambo, laranja, lilás, loira, loira-clara, loura, lourinha, malaia, marinheira, marron, meio-amarela, meio-branca, meio-morena, meio-preta, melada, mestiça, mista, morena-bem-chegada, morena bronzeada, morena-canelada, morena-castanha, morena-clara, morena-cor-de-canele, morenada, morena-escura, morena-fechada, morenã, morena prata, morena roxa, morena, ruiva, morena-trigueira, moreninha, mulata, mulatinha, negra, negrotta, pálida, Paraíba, parda, parda-clara, polaca, pouco-clara, pouco-morena, preta, pretinha, puxa-para-branca, quase-negra, queimada, quimada-de-praia, queimada-de-so, regular, retinta, rosa, rosada, rosa-queimada, roxa, ruiva, ruço, sapecada, sarará, saraúba, tostada, trigo, trigueira, turva, verde, vermelha, além de outros que não declararam a cor. (Moura, Clóvis. *A sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, Atica, 1988, p.64 apud Munanga (1999) p.120)

O IBGE considera que a soma de indivíduos autodeclarados pretos e pardos formam a chamada população negra. Meu último atendimento neste dia foi com uma senhora que estava em busca da tarifa de baixa renda na conta de luz, o procedimento para a concessão deste benefício era estar incluso em algum programa social do governo federal ou estadual, com esta confirmação redigíamos um documento que era assinado pela responsável pelo cadastro único, a pessoa então deveria se dirigir à empresa responsável pela distribuição de água ou energia elétrica:

- A senhora não quer também desconto na conta de água?

-Não, obrigado.

- E porquê a senhora não quer?

-Porque eu não pago, só pago mesmo a força.

Vou pra sala da Soninha avisar que já estava indo para casa, e o clima é de despedida e uma sensação animadora de dever cumprido da parte dela. Sempre muito

animada, ficou ali conjecturando sobre a “loira dos olhos azuis do PSBD” de “salto alto e com medo de pobres, dos bêbados”, “a *lojinha* bufando e a mulher com cara de nojo”.

Fazer cadastro é a parte mais chata

Na sede do cadastro estavam reunidas Anelise, Ariane e Tatiane. Ariane estava na salinha com a Sonia. Eu não estava fazendo nada e aproveitei para ajeitar o meu Skype, pois agora a comunicação com a recepção é feita através deste software, por causa do placar eletrônico, para saber a hora de apertar o número seguinte. Antigamente, pegávamos os RGs das pessoas na recepção e tínhamos que gritar os nomes das pessoas para que elas fossem atendidas. Apesar de ser um vidro, tem uma parede na frente que não deixa ver completamente o hall de espera.

Anelise, uma das estagiárias, falou que havia saído (ontem) o resultado e tinha sido aprovada no processo seletivo para ingressar no mestrado em Engenharia Ambiental na USP em São Carlos. Comentei: “e você nem tá com cara de ressaca, o que aconteceu?”, o que ela respondeu, “Ah eu num tenho nem amigos pra beber comigo, risos”. O que serviu de pretexto para uma conversa de “pra que servem as Ciências Sociais?” A Tatiane começou a falar que o pai dela é da roça e que a irmã os ajudava no trabalho doméstico para que ela estudasse. E reclama: “devia ter feito direito, num vou ganhar dinheiro”. Comentei sobre uma amiga que havia passado em um concurso de professora em um instituto federal como professora substituta, com salário de 3 mil reais e quando fizesse doutorado esse salário aumentaria “automaticamente”. Tatiane me perguntou: e um professor quando entra ganha uns 6 mil?” –Não sei, respondi.

O movimento estava realmente fraco, a conversa se direciona para este assunto e alguém comentou que “-teve um dia que a Sonia foi na EPTV e veio mais de 300 pessoas no mesmo dia”. De fato, quando aparece alguma coisa na TV ou no rádio as pessoas se mobilizam bastante para resolverem suas pendências e buscar novos benefícios sociais.

“Fazer cadastro é a parte mais chata”, reclamou Tatiane que naquele momento só atendia aqueles que buscavam fazer a inclusão e, neste processo, diferentemente da atualização, todos os campos devem que ser preenchidos, todos os documentos devem

ser apresentados, e todas as perguntas do longo questionário devem ser respondidas. Comento que realmente é bastante trabalhoso, ao que ela emendou: “Ainda mais quando tem um monte de filho”. Concordei.

E surgiu em mim a sensação de tédio, parecia que passava aquela euforia dos primeiros dias em que podia afirmar “eba, tô fazendo campo”. Fiquei sem muita coisa para fazer, ninguém falando nada, só conseguia ouvir os cliques e barulhos dos teclados do computador, quando, finalmente, atendo alguém.

Era uma mulher que estava bastante irritada pelo fato de já ter ido três vezes até lá sem conseguir resolver seu problema, e protestava: “Devia ter no Aracy, ter que vim até aqui é muito ruim”. Mais tarde, comentei esta frase com Sonia, “com essa estrutura aqui?”. De fato, nem a internet funciona direito na Cidade Aracy³⁴. Lembro que logo no meu segundo dia de trabalho como estagiário fui para o Aracy, só havia disponível um computador. Portanto, as entrevistas eram realizadas preenchendo os questionários a caneta, no final do período da manhã os cadernos eram levados para a sede, suas informações eram digitalizadas quando possível, o que atrasava em alguns casos o atendimento das necessidades da população local.

Não sei como eram os outros CRAS em termos de infraestrutura, só visitei Aracy e São Carlos VIII. Enquanto isso ouço a Anelise gritar com uma das mulheres por estar acontecendo “erro sistêmico”. Ela estava olhando no Sicon (Sistema de Condicionalidades do Bolsa Família), eu não conhecia este aplicativo, peço uma explicação e ela diz:

- Lembra que a gente mandava elas (*beneficiárias*) irem à secretaria da educação? Então agora é aqui mesmo, o engraçado é que a gente mesmo faz a solicitação e aprova. Eu entro nesse site aí faço o requerimento, depois abro o SIBEC e aprovo. Mais tarde perguntei pra Sonia e ela disse que era melhor assim, mais fácil.

Questionei, então, sobre qual seria o critério de reverter o benefício? Ela me responde que “o critério é olhar pra cara da pessoa e ver se tá te enrolando, geralmente elas mentem igual essa aí que vocês acabaram de atender. Tem que ver se volta e traz o papel com a frequência escolar. A mulher tava teimando que tava com o papel de frequência sendo que era a matrícula.”

Sai para o intervalo do almoço, na volta do restaurante me deitei em um dos bancos de uma praça próxima ao *cadastro*. Fiquei pensando que talvez não estivesse

³⁴ Maior região periférica da cidade de São Carlos.

acontecendo muita coisa interessante naqueles dias. Engraçado, antes eu ficava naquela praça para completar uma hora de almoço agora eu deito ali para ver se penso em alguma coisa, alguma estratégia para fazer a pesquisa de campo render.

Quando retornei, tinham trocado os estagiários, os da manhã já haviam ido embora, o pessoal do turno da tarde já havia chegado e ocupado todos os computadores disponíveis. Tentei ligar os outros e não consegui. Parei para conversar com Breno, ele disse que ia fazer alguma pesquisa relacionada com o *cadastro*, pois “é (era) a maior fonte de pesquisa de São Carlos”, comentou.

Sem lugar para me sentar, decidi, então, ficar prestando atenção nos papéis que ficam colados nas baias e quais seriam seus conteúdos. Calendários de recebimento do benefício, listas de bairros atendidos por cada um dos CRAS, informações sobre o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), um regulamento sobre a aplicação das penalidades sobre o descumprimento de condicionalidades e as regras de pesagem no posto de saúde e para quem elas se aplicam: crianças até 7 anos, mulher de 14 a 44 anos, não obrigatória pra mulher de 7 a 14 e com mais de 45 anos.

O tempo seguia esse ritmo, lento, ninguém para ser atendido. Um estagiário vendo notícias no uol, outra jogando paciência, outro fazendo sei lá o que e a outra conversando com alguém no skype. Me sentia perdido, e sem saber o que perguntar resolvi tomar o café da Dona Bira, que trabalhava lá como faxineira, Breno decide ir junto. Puxamos um assunto sobre música e Dona Bira começou a falar que gostava de rap. Eu lembro que um dia ela já tinha me falado isso. Daí eu perguntei se ela curtia Jorge Ben?

- Quem é esse aí?

- Ah é aquele lá, chove chuva, chove sem parar...

- Ah sim, gosto sim.

- E Tim Maia dona Bira?

- Ah esse aí é bom mesmo, é o tipo de música que a gente ouve a vida toda, o sobrinho dele se meteu a tocar também, né? Mas num durou muito, como é o nome dele?

- Ed Mota, mas ele é meio metido, a senhora não acha?

- É, depois que ele foi pra Europa voltou metidão...

- Mas e rap Dona Bira, curte o que? Racionais?

- Ah sim é muito bom!

- E o que mais?

- Ah num lembro...
- E Ndee Naldinho?
- Nossa eu era apaixonada por ele, junto com o Racionais são os que eu mais gosto!
- E os rap aqui de São Caros? Ela fez uma cara de reprovação. E Facção Centra?
- Ah é muito pesado, gosto não. Mas eu parei de ouvir rap, é coisa de jovem.
- Como assim?
- Ah, tem a idade, você fica ouvindo rap aí começa a perceber como é as coisas, a agir, a concordar.
- Sim, mas porque a senhora não pode ouvir?
- Ah, minha família, é mais coisa de molecada, né?
- Mas a senhora não ouve nunca? Ah, faz uns anos que num ouço, mas eu ainda tenho todos os cds.
- Pô daora, volta a ouvir...
- É qualquer dia eu vou trazer aqui pra nós ouvi, mas acho que nesses computadores aí num funciona MP3.
- Ah, a gente dá um jeito! Mas faz tempo que a senhora não ouve, tem que fazer a molecada escutar!?
- Ah esses tempos meus netos colocaram, falaram, lembra quando a gente ficava ouvindo essas músicas, nem me chamaram de vó, chamaram de Bira. Eles ouvem bastante.
- E a senhora ouve rap desde quando?
- Ah desde que fui morar no Gonzaga. Antes não, porque na periferia (falou como se eu e o Breno não conhecêssemos uma “quebrada”, embora eu mesmo suspeitasse que ele, de fato, não conhecia mesmo) a gente ouve rap sempre, mesmo que não ouça. Daí ela perguntou onde eu morava, falei perto da federal, só tem estudante!
- E os estudantes ouvem muito sertanejo, né?

Foi então que Breno se animou e entrou na conversa dizendo que não gostava do sertanejo universitário, preferindo o sertanejo “raiz”. Ao que ela rapidamente dispara: “ah raiz é muito chato, prefiro esses de agora, era muito meloso”. Entretida com o assunto começou a falar que o marido era roqueiro, e que também havia sido, afinal, quando mais novo todo mundo era. Amassa um copinho plástico e vai embora. Dou a última golada no café e parto de volta para o local onde são realizados os atendimentos.

Nesse dia falaram de novo do “Brasil Carinhoso”, que eu não conhecia,

programa que destinava complementar a renda até 70 reais por pessoa, por mês, nas famílias em situação de extrema pobreza. Revelador era o fato de que o programa havia sido lançado no dia 13 de maio pela presidenta Dilma. Também entraria em vigor uma tarifa social para telefones.

Ah, põe pardo, né?

Noutra ocasião cheguei ao cadastro e o Pedro estava comentando o caso de uma mulher que dizia que Deus havia liberado o bolsa família pra ela. Tinha tido uma revelação na igreja em que frequentava, e lá recebeu a notícia auspiciosa de que algo importante na vida dela iria acontecer pelo correio. O que Pedro comentou:

– “ela fez essa associação, não adianta explicar que é uma política pública”.

E perguntei: – mas ela tava dentro (dos requisitos do programa bolsa família)?

– tava, mas de que adianta... achei muito interessante essa visão”

*** **

“ temos que valorizar a Dilma, deixou isso aqui mais bonito”, dizia uma mulher da qual não soube que cargo ocupava, ao andar à vontade pelo recinto em conversa com Sônia. Exaltava as plaquinhas que chamavam a atenção para a ampliação do espaço. Entre prestar atenção à conversa entre elas e o chat, aperto o botãozinho e atendo outra pessoa.

-Como a senhora se considera em relação à cor? Preta, branca, parda, amarelo ou indígena.

-Eu sou normal

-E qual é normal?

-Ah, põe pardo, né? Eu sou morena...

Com uma certa frequência aparece aquela assistente social com a mesma expressão de desespero. Solicitando informações dos casos das famílias que estavam sob sua responsabilidade. Alguém me disse que ela foi transferida pra cá, no lugar da antiga assistente social porque estava recebendo muita reclamação e por isso queria ser

observada de perto pela secretária. Pois bem, desta vez era uma história bastante complexa. Geralmente os casos que ela traz são de pessoas que perderam o benefício e precisam de cesta básica, fraldas e outras questões emergenciais. Ela pede para consultar algumas informações e enquanto isto vai comentando sobre o caso, “-Imagina uma casa de 12x70 metros atrás da Santa Casa, todo mundo viciado em drogas, a mulher deve pesar uns 30 kg.”

As informações que ela queria eram para evitar que o imóvel fosse leiloado por um valor irrisório, o risco de perda daquele bem era iminente. A preocupação dela era conseguir isenção do IPTU no período entre 2004 e 2009, pois eles eram beneficiários do bolsa família nesta época. De alguma forma o bolsa família e outras políticas assistências servem para “pobre”, porém não para todos, somente para aqueles que de algum modo “compram” determinados valores, comportamentos e posturas diretamente atrelados ao cumprimento ou não de condicionalidades.

Já passada aquela situação de tensão, vejo Anelise conversando com Pedro: “a verba que vem [para o cadastro único] é específica, cresce ou diminui de acordo com os atendimentos, conforme vai crescendo o cadastro ganha essa verba”. Anelise comenta que “ Lá em Tambaú tem 2 pessoas que trabalham, e 1 chefe, a divisão do cadastro não precisa ser na prefeitura, lá em Tambaú fica no balcão de empregos” ”. Em algum dos atendimentos ouvi também esta frase: “Em Corumbataí algum atendimento, como a cidade é pequena a gente faz com a assistente social”.

Ambos concluem que “sem o cadastro único não tem bolsa família”. E passam então a conjecturar sobre o que pode vir a ser do *cadastro* em São Carlos: “É uma política de clientelismo do PT, mas ele pode enforçar o cadastro: pode diminuir o número de estagiários, de baias, pode mudar de prédio a secretaria”. “Mas é como o Marcelo sempre fala: eles (a nova administração municipal) vão demorar pelo menos uns 3 meses só para entender o negócio

Mais uma vez ouço alguém pedindo informações por telefone, Anelise atende e diz: “ antigamente a gente falava, hoje não pode mais fazer isso”. Realmente eu tinha percebido que antes o telefone tocava a cada instante, e hoje não, era silêncio. Em algum momento deve ter dado alguma treta e decidiram não passar mais as informações pelo telefone. “Se quiser a gente dá o passe[de ônibus], mas por telefone não podemos passar informações”.

Nesta manhã eu decidi não atender nenhuma pessoa e fui cobrado por um dos estagiários:

-Não vai atender ninguém?

-To suave!

-Tá fazendo observação participante e não participação observante?

No período da tarde apareceu lá para fazer uma visita o Jaberson, que trabalhava como aprendiz na Secretaria. Ele dava bastante trabalho e sempre alguém segurava as pontas pra ele, mas parece que não deu mais. Entrou, conversou um pouco com a Sonia e depois veio falar comigo:

-Desistiu do cabelo? (em tom de reprovação)

-Ah, desencanei (fiquei com preguiça de falar que fiz dreads e depois acabei raspando o black power)

Balançou a cabeça negativamente, e seguiu com aquela conversa de dizer onde estava trabalhando, perguntou o que eu estava fazendo lá etc. Olho para o lado e vejo a Carolina atendendo uma menina que cursava Imagem e Som na Universidade Federal de São Carlos e que estava tentando conseguir o *bolsa*.

Foi nesse dia que percebi, ali mesmo em meio à movimentação cotidiana do Cadastro, a sensível diferença entre estar em situação de pesquisa e frequentar na condição de estagiário, ainda que nessa condição eu também tomasse algumas notas. Ficar o dia todo permitia tomar ciência do que havia acontecido de manhã e à tarde, passava as instruções para aqueles que chegavam depois do almoço, comentava as situações curiosas e mesmo engraçadas e se tinha tido bastante atendimento ou não.

Voltava a assistente social com aquelas pessoas do caso que havia trazido pela manhã, a família que está ameaçada de perder a casa, que somente o terreno valia aproximadamente 250 mil reais e o leilão seria de 40 mil. Desta vez chegou bastante irritada, pois quando adentrou com as pessoas descobriu que a Sonia se ausentara, fazendo-os esperar, foi quando Maria Isabel, assistente social, disparou:

-Vocês esqueceram de avisar a Sonia! Tem que passar na frente!

A redenção da família



Figura 1. A redenção de cam. Modesto Brocos, 1895.



Figura 2. Logotipo Bolsa Família. Brasil, anos

Ainda bem que chegou alguém para atender, disse numa outra ocasião. Tratava-se de uma mulher que havia chegado da Bahia há 3 meses e o cadastro dela tinha sido bloqueado, pois “não tinha ninguém no endereço”, disse-me. Transferi para São Carlos, mas não pude desbloquear, pois entre o que se faz no cadastro único e no SIBEC (Sistemas de Benefício ao Cidadão) tem um intervalo de migração dos dados.

Atendo mais duas pessoas, mãe e filha para atualização cadastral. Nesse ínterim penso que o item cor também devesse ser atualizado no cadastro daquela mulher, pois certa vez constatei duplicidade cadastral onde a pessoa aparecia com cores diferentes nas diferentes versões. O que poderia ter acontecido, o entrevistador ter marcado sem perguntar ou a pessoa passou a se classificar de outra maneira dentro das categorias do IBGE? De qualquer modo, passei a levar em consideração perguntar novamente mesmo quando se trata de atualização, como era o caso da referida migrante.

Ao questionar sobre a filha, obtive a resposta:

No registro dela diz pardo – sou morena, então é pardo!

Aí ela começou a rir e perguntar para filha, uma menina de uns 8 anos, e você?
- filho de branco com pardo, é pardo, eu sou morena.

Mas no cadastro da menina estava marcado branco*, o resto foi só preencher

com as perguntas corriqueiras: “tá fazendo bico?³⁵ Tira quanto?³⁶ Faz pedido³⁷?” . Isso daí devia ser umas 11hs.

Em seguida fiquei do lado de fora de onde são efetuávamos os cadastros, na sala de espera [aguardando a Dona Bira terminar de passar pano no chão e retirar o lixo das baias] para poder voltar. Chegaram duas mulheres, tia e sobrinha (com uma tattoo no antebraço “amor só de pai e mãe”) e a tia falando: “ó num vai abrir a boca quando o moço tiver fazendo as perguntas pra mim hein? Ah trabalha num sei onde, fica quieta!”

Mais tarde, quase na hora que estava indo embora comentei o fato com o Breno, um dos estagiários, e me disse: “pode crer, e quando tem criança? Elas entregam tudo!” Mas você num vai trabalhar de segunda-feira? Ou então falam 500 reais. Eu digo, pode crer e o mais surreal é quando você faz uma pergunta e eles devolvem pra você, tipo, quanto você gasta no mercado? A próxima vez que me devolverem a pergunta eu vou falar 5 mil! [rimos]

Fiquei reparando que aquele banco de madeira é bem desconfortável, melhor ficar nas cadeiras... Daí olho pra dentro e vejo o cartaz do bolsa família com aqueles bonequinhos “morenos”, “mestiços”, “brancos” para usar os termos correntes. O cartaz “colorido” se contrasta com as revistas das socialytes são carlenses dispostas em cima das cadeiras de espera nas quais não se percebe uma “variação cromática”, em geral, são as pessoas classificadas como brancas que aparecem tomando champagne, ou sendo garotos propagandas e público alvo de qualquer coisa ali apresentada.

Volto para atrás da baia, atendo outra mulher que estava lá para incluir uma filha e um neto. Em relação à cor, diz branca, sem titubear ou apelidar a própria condição. Adiciono os dados e pergunto se havia mais algum residente na casa. Disse-me que tinha um filho, mas que quase não ficava por lá. Impondo uma suposta e antipática objetividade, e quase me colocando na condição de um burocrata, pergunto: Mora ou não mora?

- Ah.. as vezes, ele vai uns dias... Ele é dependente químico.

-Mas ele tá internado?

-Já tentei umas vezes internação compulsória mas não dá.

³⁵ Para conferir a renda de quem não tem carteira de trabalho assinado.

³⁶ Quanto recebe de renda. É preciso verificar pois quando os gastos são muito maiores do que a renda alguma destas informações está incompleta.

³⁷ Fazer o pedido é o mesmo que realizar a “compra do mês” ou então a pessoa “compra picado”, esta pergunta verifica os gastos com alimentação.

-Entendi. Mas então, ele vai lá, come lá e tal?

-Só falta comer a geladeira por causa das drogas, é uma situação muito complicada, mas você não deve saber nada sobre isso (drogas), graças a Deus.

A entrevista seguiu em meio aos lamentos de que o filho é quem deveria ajudá-la e não o contrário. É sempre complicado atender estes casos, e na falta do que dizer na maioria das vezes apenas ouvia. Ainda que sejam fugazes e rápidas, tais histórias fragmentadas de vida expostas naquele contexto me consternavam. É muito sofrimento que as pessoas levam para aquela situação, para receberem o cartão amarelo que dará direito ao “bolsa”. Quando perguntada sobre a renda, ao indagar se recebia ajuda de algum parente, disse que a filha contribuía, mas advertia que “era para o filho (seu irmão) me ajudar e não ela”, sustentando uma condição moral arraigada de que seria o homem que teria que exercer o papel de provedor, embora na maioria das famílias atendidas ali são justamente as mulheres é que realizam esta tarefa.

No texto “Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda³⁸ e seu Brasil branco” (SCHWARZ, 2011) discute-se a apresentação de João Baptista de Lacerda no congresso universal das raças que ocorreu em Londres no ano de 1912, no qual foram apresentadas as vantagens da importação de imigrantes europeus com a finalidade de acabar com os indivíduos da "raça negra". O Brasil era apontado como um modelo de gestão para esta problemática (o convívio entre “raças”), solução muito diversa do segregacionismo vivido, por exemplo, nos Estados Unidos. Aqui a convivência ocorria de maneira “pacífica” e, vale lembrar, no Brasil nunca foram instituídas leis segregacionistas, porém, um olhar atento deixa à mostra a existência de lugares marcados pela e para a branquitude, bem como para a negritude, visíveis tanto no cartaz do século XIX, que trouxe na abertura desse tópico, quanto no logotipo do bolsa família, denunciando uma continuidade histórica, temática e estética bastante heteróclita, mas significativa se pensarmos que raça é um tema de longa duração no imaginário intelectual e no cotidiano brasileiro.

Em alta aqui no Brasil estavam as teorias do darwinismo social que viam a

³⁸“Lacerda formara-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, era autor de pesquisas na área de fisiologia e microbiologia, tendo exercido atividades de relevo durante sua carreira. Foi ministro da Agricultura e, no Museu Nacional, chefe do Laboratório Experimental e subdiretor das seções de zoologia, antropologia e paleontologia. Boa parte de suas investigações resultou em artigos publicados na renomada Revista do Museu Nacional. Foi também diretor dessa instituição, além de presidente da Academia Nacional de Medicina.” (Schawrz, 2011)

mestiçagem e cruzamento racial como elementos degenerativos. Um dos problemas com a mestiçagem era o desafio que colocava para os modelos de comportamento vigentes para as raças em seu estado "puro". A argumentação de João Baptista de Lacerda se inicia com a apresentação da obra de Modesto Brocos, "A redenção de Cam" (Figura 1), cuja legenda do quadro trazia o seguinte argumento: "o negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças". Além desta explicação "lógica" aparece a espiritual e redentora, onde o neto embranquecido seria a salvação do país.

E não podemos nos deixar esquecer, naquele momento histórico "raça" e "civilização" eram termos com significações bastante semelhantes, se o Brasil se tornasse branco, ao mesmo tempo elevaria seu patamar civilizatório. A principal conclusão³⁹ a que se chegou é a de que acabariam negros e mestiços no Brasil:

"A população mista do Brasil deverá então ter, dentro de um século, um aspecto bem diferente do atual. As correntes de imigração europeia, que aumentam a cada dia e em maior grau o elemento branco desta população, terminarão, ao fim de certo tempo, por sufocar os elementos dentro dos quais poderiam persistir ainda alguns traços do negro. O Brasil, então, tornar-se-á um dos principais centros civilizados do mundo; este será o grande mercado da riqueza da América, explorando todas as indústrias, aproveitando todas as facilidades de transporte para o comércio exterior e intracontinental, transbordando uma população ativa, empreendedora, que preencherá as grandes cidades do litoral, e se difundirá em seguida pelas vastas planícies do interior e ao longo dos rios sinuosos da América do Sul."

Evoco as duas figuras colocadas acima para explicitar que as representações imagéticas sobre como devem ser as famílias de acordo com as políticas públicas

³⁹ ³⁹ Outros pontos enumerados pelo autor são: (1) homens brancos e negros formam duas raças, e não espécies; (2) o mestiço é um tipo étnico variável e pode retornar a uma ou outra raça que o produziu; (3) a população atual se ressentia do atraso e dos vícios que os negros trouxeram para Brasil; (4) se o mestiço é inferior ao negro em força física, rivaliza com o branco em sua capacidade intelectual; (5) os mestiços brasileiros, diferentemente do que aconteceu em outros países, ajudaram no progresso do Brasil; (6) a imigração, a seleção sexual e a inexistência de preconceito de raça levarão à desaparecimento, breve, dos mestiços no Brasil; (7) em um século a população do Brasil será provavelmente branca e no mesmo período os índios e os negros desaparecerão; (8) um futuro brilhante aguardava o Brasil, que ocuparia o mesmo papel na América.

revelam também projetos raciais em curso no Brasil. Se no século XIX acreditava-se que o país, através da mestiçagem iria se tornar “branco”, no século XXI nota-se que o ideário da mestiçagem não produziu muita coisa além de pessoas “mestiças”, que se consideram “morenas” e entram nas estatísticas como “pardas” ou “pretas” e que somadas constituem aquilo que as políticas dizem ser “negro”. E na confusão das cores, pergunta feita a todos que se submetem ao cadastro, seguem os programas sociais a recalcar velhas ideologias sobre a mestiçagem no Brasil.

As políticas de favorecimento ao estabelecimento de europeus serviram para aprofundar desigualdades sociais e raciais, e mais, praticamente sobrepor estas duas categorias, como se evidencia no cotidiano dos atendimentos feitos no cadastro único. Por mais que uma política como o bolsa família não possua um recorte racial explícito carrega em suas entrelinhas e na discursividade em seu entorno, seja na jocosidade cotidiana das conversas entre seus atendentes e na relação fugaz que estabelecem com aquelas pessoas por ele assistidas algumas dessas marcas quase que indelévels.

A ideia de que os casamentos entre indivíduos de “raças” diferentes iria resultar em uma melhora estética e moral da população brasileira está baseada em um tipo de casamento e por que não, de um sistema de parentesco que não é constituído apenas de afins e consanguíneos, mas de civilizados e não civilizados, humanos e não humanos, pretos e não pretos como regra prescritiva de casamentos. Fatores que não estão ausentes mesmo no cotidiano dos atendimentos no Cadúnico, como vimos nesse capítulo. E na forma de dramas pessoais, narrativas jocosas, experiências limites ativadas pela vivência entre quem está dentro e fora dos balcões, atendentes e população assistida, temas como classe, condições econômicas e raça se tencionam nas narrativas daqueles que procuram pelos benefícios constantes no Cadúnico.

Capítulo 2 - Os manuais de cadastramento

O Manual do Entrevistador teve sua primeira edição feita no ano de 2009, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC). Porém, além disto ele também serve como um guia sobre como devem ser as relações entre as pessoas que estão de um lado e de outro do balcão, ao qual me refiro como algo que materializa os grandes divisores. Sendo assim, nesse capítulo tentarei analisar este e os outros manuais inspirado num título/pergunta *Como se faz um grande divisor?* feito pelos autores Márcio Goldman e Tânia Stolze Lima.

No site do MDS estão disponíveis para download diversos materiais de capacitação⁴⁰ são eles Caderno de Atividades⁴¹, Guia de Cadastramento de Famílias Indígenas⁴², Cadastramento de Famílias Quilombolas⁴³, Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua⁴⁴, Manual de Preenchimento do Formulário Suplementar 1⁴⁵, Manual do Entrevistador⁴⁶, Manual do Instrutor⁴⁷, Guia dos Povos Indígenas⁴⁸. Há também um canal no Youtube⁴⁹ com vídeos sobre uma variada gama de assuntos, ações, informativos e tutoriais produzidos pelo governo federal.

⁴⁰ <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/capacitacao-cadastro-unico/arquivos/>

⁴¹ <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/capacitacao-cadastro-unico/arquivos/caderno-de-atividades.pdf/view>

⁴² <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/capacitacao-cadastro-unico/arquivos/guia-de-cadastramento-de-familias-indigenas.pdf/view>

⁴³ <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/capacitacao-cadastro-unico/arquivos/guia-de-cadastramento-de-familias-quilombolas.pdf/view>

⁴⁴ <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/capacitacao-cadastro-unico/arquivos/guia-de-cadastramento-de-pessoas-em-situacao-de-rua.pdf/view>

⁴⁵ <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/capacitacao-cadastro-unico/arquivos/manual-de-preenchimento-do-formulario-suplementar-1.pdf/view>

⁴⁶ <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/capacitacao-cadastro-unico/arquivos/manual-do-entrevistador.pdf/view>

⁴⁷ <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/capacitacao-cadastro-unico/arquivos/manual-do-instrutor.pdf/view>

⁴⁸ <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/capacitacao-cadastro-unico/arquivos/2-guia-dos-povos-mds-26x20cm-final.pdf/view>

⁴⁹ <https://www.youtube.com/user/mdscomunicacao>

O “Guia de cadastramento de famílias indígenas” se divide em 5 capítulos, seguirei esta separação nesta seção do texto e farei alguns apontamentos sobre cada uma delas, assim como o “Guia de cadastramento de famílias quilombolas”.

Neste capítulo utilizarei como fio condutor entrevistas realizadas com pessoas que trabalharam diretamente no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, posteriormente, analisarei os manuais utilizados no treinamento de *entrevistadores* e gestores do *CadÚnico* nos municípios.

Transferência de renda e condicionalidades

Amélia Cohn⁵⁰, vivenciou o Cadastro Único durante o período de outubro de 2003 a novembro de 2004. Considera que este período foi estratégico, pois é justamente nele que se estava buscando consolidar uma estrutura para o CadÚnico, que segundo ela, poderia ser encarado como fim, ou como meio:

“Você pode ver o Cadastro de duas formas. Você pode ver o cadastro como um fim em si e você pode ver o cadastro como um meio, como um instrumento, para atingir um determinado fim. Quem é que vê o cadastro como um fim em si? O cadastro é importante para eu mapear as famílias e saber como elas são e etc. No geral, é a escola mais conservadora que entende uma política social deste gabarito e de transferência condicionada de renda como uma política, eu vou usar um termo forte, punitiva isto é, trata-se de ver se o Cadastro serve para ver se o programa atinge aquela população que se quer atingir. Se essas famílias obedecem às condicionalidades ou não? E se não obedecerem têm que sair do programa. Então, é concepção de que... Qual é o grau de vazamento que o programa tem? Quem vê o Cadastro...”

Aquilo que denomina de *vazamento* ocorre quando o público-alvo da política não está adequado ao seu propósito, ou seja, quando a família recebe renda superior aos critérios oferecidos ou os filhos não estão cumprindo com a frequência escolar ou a

Socióloga formada em 1968 pela USP, instituição onde concluiu o mestrado em sociologia no ano de 1972 e o doutorado em 1980. Lecionou na referida instituição do ano de 1971 até 2009 no departamento de medicina preventiva da Faculdade de Medicina. Atuou como pesquisadora no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Lecionou no programa de Saúde Coletiva da UniSantos entre 2008 e 2013. É uma das principais referências brasileiras sobre a “questão social”.

pesagem no posto de saúde. É importante levar em consideração que o Bolsa Família e sua porta de acesso, o CadÚnico, possuem uma tripla missão: erradicar a fome via transferência de renda; possibilitar o acesso a políticas de saúde e educação; criar uma demanda de políticas complementares com objetivo de capacitação da população atendida para que se saia desta situação de vulnerabilidade social através da promoção da autonomia dos sujeitos beneficiários desta política. E segue:

Veja, para aqueles que acham que o Cadastro é um fim em si, eu tenho uma concepção de pobreza. Porque no fundo, eram duas concessões de pobreza em disputa. Uma que o pobre é pobre porque não trabalha, porque é ignorante, porque eles não falam assim, mas por qualidades próprias. E a outra que o pobre é pobre por condições histórico-sociais e econômicas. O interessante é que para esses conservadores de que o pobre é pobre porque ele tem características próprias e junto com a extrema esquerda, na época em que se formulava o Fome-Zero, o pobre não sabe usar recurso, então, o cartão Fome-Zero queria condicionar o recurso a comer determinadas coisas saudáveis. Então, danoninho não pode, porque é da Xuxa, então tem que comer, sei lá. Agora, biscoito também não pode, tem que comer carne, tem que comer... Isso, o pessoal do [? grande ano] e o pessoal mais conservador do Banco Mundial achava. O que é um paradoxo. De outro lado, já que eu quero... [A. interrompe para pedir água] dar autonomia, [pausa] eu tenho que deixar que eles mesmos administrem o dinheiro. E já numa pesquisa que havia feito antes, em São Paulo, na época da Marta, sobre fazer transferência de renda, você não encontra desvio no uso do dinheiro. Que desvio você pode encontrar, se eu for muito preconceituoso? Eu encontro um desvio, se você comprou um liquidificador, ao invés de comprar a laranja. Mas a pessoa quer comprar um liquidificador, aí você pergunta: Por que você comprou um liquidificador? Para fazer comida para as crianças. Eu comprei telha. Por que você comprou telha? Porque estava com goteira. Foi muito interessante, porque quando a Rosane⁵¹ estava, e foi no começo do livro, daquele meu livro, ela era secretária e eu estava conversando com ela, ela falou: Amélia, vamos fazer assim, porque outro dia, eu encontrei uma moça, que disse o seguinte, depois de muito anos, depois que eu fiz as compras de comida, me sobrou R\$ 2,00, eu pude comprar um batom. Se você botar isso em público, “Pobre

⁵¹ Atuou como Secretária Nacional de Renda da Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a fome (MDS).

está usando o Bolsa-Família para comprar batom”. Como se essa coisa de auto-estima, não valesse a pena. [Trecho de Entrevista]

Desta forma o cumprimento de condicionalidades serviria não (apenas) para controlar alguns parâmetros necessários para a manutenção de famílias dentro dos programas, mas provocar através do aumento da demanda uma melhoria nas estruturas já existentes.

“É, no caso dos povos indígenas a educação também é muito complicada porque eles entram no mesmo sistema, funciona do mesmo jeito, então eles mandam, tem que mandar frequência aquela coisa toda so que as escolas são muito menos estruturadas, então a lista de frequência... eu não tenho nem ideia de como é que os caras fazem em alguns lugares né, bom, tem escolas mais organizadas, escolas, mas a situação que eu conheço é uma escola que não funciona direito, não tem regularidade nenhuma, e os caras tem que mandar uma lista de frequência, isso é uma contradição bizarra, os caras tem direito a ter uma escola diferenciada com calendário diferenciado, mas pro cadastro eles tem que ter a lista de frequência nos mesmos meses que as escolas comuns “ [Trecho de entrevista]

Sobre a questão da frequência escolar é evidente um aumento na frequência entre alunos oriundos de famílias *beneficiárias*. O trabalho de Brandão; Pereira & Dalt (2010), aponta que laudos técnicos tem mostrado que em todas as regiões do país, o desempenho escolar de alunos que recebem o bolsa família tem sido superior aos alunos de que estudam na mesma e escola e não recebem o benefício. A pesquisa citada aponta que a despeito destes índices a melhora não é sentida por funcionarias, diretoras ou professoras destas escolas, e concluem, que:

Mais razoável é deduzir que, no quadro geral da pobreza e da miséria, ainda endêmicas no Brasil, um resultado melhor de um grupo de alunos pobres, quando comparado a outro grupo de alunos pobres, pode passar mesmo despercebido dos diretores, coordenadores e professores. Isto porque tal desempenho “melhor” pode ser lido na escola como “ruim” ou “insuficiente”, principalmente se lembrarmos do tipo de aluno que a escola espera (provido de algum nível de capital cultural previamente incorporado) (Brandão;

Em São Carlos entrevistei a responsável pela gestão das condicionalidades na secretaria de educação, no ano de 2013, em período posterior ao que estive em campo na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, e durante o trecho que reproduzo abaixo, ela explica brevemente como funciona a gestão destas condicionalidades:

A condicionalidade da saúde, vou começar pela saúde porque é muito simples. Eles lançam a cada seis meses, então eles fazem pesagem, medida, a cada seis meses né e, nós aqui na Secretaria de Educação, é diferente. Ele é bimestral, que a gente lança a frequência. Então o sistema, chama sistema Presença, que eu trabalho diariamente, ele tem um calendário, e aí nós temos que seguir esse calendário com afinco, não podemos perder nenhum dia, porque se não isso implica aí totalmente no cadastro das pessoas e aí pode ser até que corte, se não tiver informação nenhuma corta o benefício do assistido. Então, existe os meses de lançar e as repercussões. Agora, mês de fevereiro, quem tá saindo do cadastro agora, quem tá tendo o benefício bloqueado, ou suspenso, ou recebendo advertência, foi referente a outubro e novembro do ano passado. Aí, eu vou lançar, fevereiro e março deste ano, depois abre, abril e junho, julho é férias então eu lanço coletivo pra todo mundo, agosto e setembro, outubro e novembro. Aí existem os meses de repercussão no benefício, então se a pessoa tá com advertência, se ela vai receber um bloqueio e assim sucessivamente. E existe também a possibilidade de fazer um recurso pra que a família volte a receber o benefício. Esse recurso ele é muito minucioso, porque pode ser que venha fiscais do Governo federal conferir. Então nos guardamos todos esses recursos, quem lança essa declaração é o diretor da escola, pra que volte a receber o benefício, só se houve algum problema lá na escola, e aí a diretora nos fornece uma declaração pra gente poder mexer aqui no sistema porque se não, não há menos possibilidade. Só que existem alguns motivos que... não são todos os motivos que podem fazer voltar o benefício né, são só alguns, por isso que tem que analisar com o diretor ou com o responsável por quem lança a frequência na escola. Aí eu faço uma reunião com todos por ano e tudo mais, pra orientação, so que eles já conhecem o sistema, eu entrei aqui eles já sabiam. Quando tem dúvida pra lançar, qual o motivo e tudo mais também existe uma tabela de motivos, porque que faltou e tudo isso. São mais de 64 motivos.[Trecho de entrevista com a gestora das condicionalidades de São Carlos]

Manual do entrevistador

Então, hoje você perdeu o emprego e você está com uma renda inferior ao teto do Bolsa-Família, mas amanhã, você pode arrumar outro emprego, e vice-versa. E esse é um problema que o Cadastro traz, agora, ele pode ser atualizado, de uma forma, está na sétima ou oitava versão, de uma forma muito mais ágil. Mas depende da administração local. De ele ser capaz de captar, de uma forma mais flexível e mais rápida, a sazonalidade da situação das famílias. Bom, a segunda coisa, é que o Cadastro... O que a gente herdou? A gente herdou diferentes cadastros dos diferentes programas de transferência de renda, da Educação, da Saúde, do Gás, da época do Fernando Henrique. Então, quando falam: Não, que o Bolsa é do Lula, mas foi o Fernando Henrique que fez, não foi nem o Fernando Henrique. Já existiam muitos programas de transferência de renda municipais, inclusive, no Distrito Federal. O que é novo no Bolsa-Família? Exatamente de unificar, porque esses cadastros não conversavam entre si. Não só pela base de dados e pela tecnologia que eles usavam, como para a Educação que interessava só até três filhos, então o Cadastro só ia até três filhos, podia ter dez, mas só ia até três. Para a Saúde interessava todas as crianças menores de não sei o que. Está certo? E tecnicamente, eles não, tecnicamente, eles não conversavam entre si, eu não podia unificar. A [...] que estava no governo do Fernando Henrique, hoje, ela está no Instituto Moreira Salles, não sei se em São Paulo ou não. Ela começou a unificar o Cadastro, mas era muito, muito, muito incipiente. Então, qual foi a opção? O Bolsa-Família devia ser um programa que ia comendo por dentro quem já estava em outros cadastros, e a partir daí, a gente ia montar um cadastro único, com a UNESCO. Quando eu participei da formação do cadastro, da discussão, existiu um problema que era o seguinte, que daí, eu começo com a participação, qual é a questão do negro? Qual é a questão do índio? Qual é a questão dos quilombolas? Qual é a questão dos deficientes? E aí, você tinha uma tendência, numa discussão interna do Ministério, de cada um querer aprofundar a sua área. Bom, isso o IBGE pode fazer, está certo? Mas não um Cadastro que é um instrumento de política, que era essa a proposta. Eu acho que uma vez conversando, eu lembro que conversando com o pessoal encarregado dos deficientes, eles queriam saber o grau de autonomia das pessoas deficientes, se podiam fazer compras sozinha, se podiam não sei o que e tal. Eu falava: olha, no cadastro isso não cabe, porque se não vai ficar uma loucura. Já é muito

grande. Certo? O que cabe é saber se naquela família, eu tenho alguém que depende de uma outra pessoa tomar conta, porque eu estou tirando essa pessoa do trabalho, essa pessoa vai precisar de cuidados, e tal. Daí, vocês vão atrás. Eu sei que naquela família tem, daí vocês podem ir atrás. E a outra coisa eram as coisas, que daí, eu não entendo nada dos testes técnicos, de tecnologia, o que representa o que, qual é a variável melhor, etc. [Trecho de Entrevista com Amélia Cohn]

O manual inicia com uma “Mensagem ao Entrevistador” que aponta para a posição destacada que o MDS ocupa na implementação de políticas públicas para o combate a fome. E define a posição do cadastro neste contexto de promoção de direitos básicos para a população: “o CadÚnico possibilita que os governos federal, estadual e municipal orientem de forma mais integrada suas políticas de combate à pobreza e de redução da desigualdade e atenda a essa população”. Caracterizando o cadastro como uma “ponte que facilita o acesso de cada pessoa cadastrada a políticas públicas que melhorem suas condições de vida”. A mensagem termina com o lembrete de que o *entrevistador* é uma das figuras mais importantes neste processo, por isto este manual deve ser seguido para que os conteúdos sejam coletados de maneira padronizada.

O sumário do documento mostra além da “Apresentação” que destaca as diversas ações realizadas “para aperfeiçoar as informações do CadÚnico, entre eles, a qualificação do formulário de cadastramento, bem como a uniformização de conceitos e a padronização da forma de conduzir e registrar a entrevista com as famílias”. As 3 seções principais do manual que são subdivididas em diversos outros tópicos, **Cadastro Único para Programas Sociais, Contato com o entrevistado-iniciando, desenvolvendo e encerrando a entrevista, Como preencher os formulários?**

Cadastro Único para Programas Sociais

Esta seção é composta por 4 subtópicos, conceitos importantes para realização da entrevista: família, RF e morador; Orientações gerais ao entrevistador; Formulários de Cadastramento; Como registrar as informações nos formulários do CadÚnico.

As páginas 8 e 9 trazem uma mesma foto na qual aparece uma mulher e mais 4 filhos,

três garotos e uma garota, todos com fenótipo típico de pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas, sorrisos mais abertos nas crianças e mais contido no rosto da mãe. Atrás deles um campo de terra, uma rua asfaltada e casas bastante semelhantes umas com as outras, mais ao fundo algumas árvores e mais casas.

Na página seguinte se iniciam as instruções propriamente ditas. Em um box explicativo aparecem 3 aspectos importantes do cadastro: "Foi criado em 2001 e regulamentado pelo decreto nº 6135 de 26 de Junho de 2007, com sua gestão disciplinada pela portaria GM MDS nº 376, de 16 de outubro de 2008"; "É um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda mensal inferior ou igual a 1/2 salário mínimo por pessoa (per capita) ou renda familiar mensal de até três salários mínimos"; "Suas informações podem ser utilizadas pelos governos federal, estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades."

Estes dados serviriam para permitir uma "visão mais aprofundada de alguns dos principais fatores que caracterizam a pobreza". Que já foi definida anteriormente exclusivamente a partir de um corte econômico sendo que as famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo devem ser priorizadas.

Os municípios deverão ser os responsáveis por pelo processo de gestão do CadÚnico pois estão mais próximos da população que tem o perfil para ser cadastradas do que outros setores estatais. Os entrevistadores são os "parceiros" fundamentais para que o CadÚnico atinja seus objetivos. E é responsabilidade do município fornecer treinamento e condições adequadas para que este trabalho seja desempenhado da melhor forma. O cadastramento é feito a partir de 4 etapas 1- identificação do público-alvo a ser cadastrado; 2 Entrevista e coleta de dados; 3 Inclusão de dados no sistema do CadÚnico; 4 Manutenção das informações constantes na base do CadÚnico.

Na página 13, aparece como marca d'água aquela foto da da família e o subtítulo "Conceitos importantes para a realização da entrevista: família RF e Morador. Família: unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por ela, todas moradoras de um mesmo domicílio" O responsável pela Unidade Familiar (RF) "deve ser um dos componentes da família e morador do domicílio, com idade mínima de 16 anos. Recomenda-se que seja, preferencialmente, mulher" E morador "Tem o domicílio como loca habitual de residência e nele reside na data da entrevista ou, embora ausente

na data da entrevista tem o domicílio como residência habitual; está internada ou abrigada em hospital, casa de saúde ou em outro estabelecimento similar por período menor que 12 meses”.

Além disto o manual recomenda que as entrevistas sejam feitas *in loco*, ou seja nas casas das pessoas o que raramente acontece no contexto etnografado. Ao lado do quadro em que consta esta informação uma foto de mais uma família com fenótipo negro: mulher sendo abraçada por um homem ao lado de um garoto e uma garota sentados em uma janela, os adultos estão em pé. Todos sorrindo. Os dados para o preenchimento do cadastro devem ser fornecidos pelo “responsável familiar”. Sendo que todas as informações são autodeclaratórias, o que significa que o entrevistador “deve respeitar as respostas fornecidas pelo RF”. No caso das informações serem inverídicas a responsabilidade jurídica pelas informações equivocadas é do RF. Após a realização do cadastro, ele é assinado pelo entrevistado, pelo entrevistador e pelo responsável pelo cadastramento no município.

É responsabilidade do município realizar atualizações periódicas dos dados das famílias cadastradas, principalmente os campos relativos à sua composição familiar, renda e informações escolares. Para o MDS é fundamental estar atualizado em um prazo máximo de 24 meses, contando a partir da inclusão ou da última atualização.

No subtítulo “Orientações Gerais ao entrevistador” há de fundo aquela mesma foto da mãe e os quatro filhos. E versa sobre a precisão máxima que devem ter os dados. É recomendado que números de documentos sejam copiados e não apenas perguntados aos entrevistados. Além disso, sugere para que se consultem listas com os nomes de escolas que muitas vezes são conhecidas por apelidos, apenas quando se insere o nome real da escola aparece o código do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) referente àquela unidade escolar.

Para o cadastramento o RF deve obrigatoriamente apresentar CPF ou título de eleitor, para evitar que haja duplicidade cadastral. Para os demais membros da família é necessário que se apresente pelo menos um documento de identificação. O Número de Identificação Social (NIS) só é atribuído as pessoas que estão com dados de ao menos um documento constante no cadastro, pessoas que não possuem documentos não são contadas para o cálculo de renda *per capita*.

Novamente a foto inicial, ilustrando mais um subcapítulo “Formulários de Cadastramento”. São apenas 3 tipos de formulário o Formulário Principal de Cadastramento; Formulários Avulsos e Formulários Suplementares que devem ser utilizados de maneira combinada para cobrir da maneira mais minuciosa possível as características das famílias entrevistadas. Ainda no rodapé da página 20 a imagem de uma mulher negra de costas, sendo entrevistada por um homem negro de posse de uma carteira de trabalho atrás dele a inscrição “Unidade Móvel – Cadastro Único”.

O formulário principal de cadastramento é composto por 10 blocos: 1 Identificação e controle; 2 Características do Domicílio; 3 Família; 4 Identificação da Pessoa; 5 Documentos; 6 Pessoas com deficiência; 7 Escolaridade; 8 Trabalho e Remuneração; 9 Responsável pela unidade Familiar – RF; 10 Marcação livre para o município. Todos estes blocos deverão ser preenchidos, porém o manual destaca algumas observações “ O Bloco 2 (Características do Domicílio) e da Família **não** deve ser preenchido para pessoas em **situação de rua**. O Bloco 8 (Trabalho e Remuneração) deve ser preenchido somente para pessoas de 10 anos de idade ou mais. O bloco 10 é de **marcação livre para o município**. É de preenchimento obrigatório, mas **não** deve ser perguntado diretamente para a família” .

O bloco 10 deve ser preenchido levando em consideração as repostas recebidas durante as perguntas sobre trabalho e remuneração, além disso é preciso que o entrevistador esteja atento para conseguir perceber se há trabalho infantil ocorrendo na família entrevistada. “Considera-se trabalho infantil toda forma de trabalho, remunerada ou não exercida por crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos”. Na página 112 há um quadro explicando os procedimentos a serem tomados nestes casos:

Atenção! A contribuição do entrevistador é fundamental para ajudar a identificar as famílias com trabalho infantil. Quando você suspeitar da existência de trabalho infantil, procure, de maneira discreta, averiguar melhor a situação. Se não for possível ter certeza absoluta, mas os indícios forem bastante fortes, você deve preencher “SIM” no quesito 10.01 (Há trabalho infantil na família?) e fazer uma observação recomendando ao gestor uma visita domiciliar por um(a) assistente social para averiguações mais precisas. Essa orientação é válida, também, quando a entrevista não for feita no domicílio da família.

De acordo com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente trabalhador de 2004 trabalho infantil é “aquelas atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir de 14 anos”. A condição de aprendiz é um tipo de trabalho com contrato de prazo pré determinado, no qual o jovem é inscrito em programa de aprendizagem e formação técnico profissional compatíveis com sua idade.

Os formulários avulsos são dois, ambos reproduzem partes do Formulário Principal e servem para quando há mais de 12 pessoas compondo uma família e o cadastramento está sendo feito com a versão em papel do cadastro. Na página 119 do manual, na seção em que se está discutindo sobre o preenchimento dos formulários avulsos, há no rodapé da página a inscrição “O comprovante de prestação de informações deve ser totalmente preenchido e entregue ao RF sempre que houver inclusão ou atualização de dados da família.”.

Já os formulários suplementares “devem ser utilizados para identificar situações específicas” com informações que torne mais completo o cadastro da família. Os formulários suplementares são 1 Vinculação a Programas e Serviços oferecidos pelo Governo Federal são eles “Programa do Leite”; 2 Pessoa em situação de rua. Há manuais específicos para o uso destes outros formulários⁵². Na página 26 atrás de uma gaveta de arquivos, sentada à frente de uma mesa com muitos papeis está uma mulher branca, ao lado dela a inscrição “A qualidade do registro das informações coletadas na entrevista, depende, fundamentalmente do correto preenchimento dos formulários do CadÚnico”.

Contato com entrevistado

A.: Você tem que aplicar, assim, deste jeito. Mas ninguém te explica porque você tem que aplicar deste jeito e não de outro jeito. Agora, isso... Veja bem. Eu acho que não é de menosprezar, na época da Rosane Cunha [*Pausa*], o IGD. O IGD é um índice, você já deve ter trombado com ele, não é isso? De incentivar a boa aplicação do Cadastro.

⁵² Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/capacitacao-cadastro-unico/arquivos/manual-de-preenchimento-do-formulario-suplementar-1.pdf>

Então, os municípios recebem um dinheiro a mais a depender da qualidade, da consistência do Cadastro. Por quê? Porque a grande questão é envolver os Estados e os municípios. [*Ruído de moto*] E os Estados, até hoje nas políticas públicas, eles estão ausentes. E os municípios, resta você [*Pausa*] ficar... Como uma política nacional, eu tenho que ter diretrizes uniformes. Qual é o espaço, que nacionalmente, eu tenho que dar, para as especificidades locais? E este é um equilíbrio muito difícil. Você fala: aqui tem um quilombola. Mas, se eu for para a Bahia têm vários. Eu vou fazer um instrumento para... um Cadastro para cá e um Cadastro para lá? Não vai satisfazer. A não ser que eu faça 1670, 5670 cadastros.

D.: *Aí, também não vai ser Cadastro Único.*

A.: Não vai ser único, vai ser outra coisa, vai ser um censo do IBGE. Ou uma PINAT. Sei lá! Dos pobres. E sem o envolvimento do município, sobretudo, e do Estado, você não consegue implementar o Bolsa-Família. E qual é a dificuldade? Que é a única política que o dinheiro não vai para o governo local, vai direto para o beneficiário. O gestor municipal não está acostumado com isso. A Saúde vai para o governo local, a Educação vai para o governo local. O PAC vai para o governo local, o Bolsa-Família não, vai direto para o beneficiário. Então, o próprio gestor local, ele tende a não ver a concretude do programa. Eu lembro que quando estava lá, eu recebia vários prefeitos: e por acaso, o que eu ganho com isso? E não é nem pessoalmente, o que eu ganho com isso em termos de gestão. Então, você tem que falar que isso tem impacto sobre a economia do município, que vai melhorar a qualidade de vida, dos munícipes. Para ele é muito teórico. É muito abstrato. Ele não está acostumado com este tipo de gestão. De outro lado, eu acho que chama a atenção, o fato de você, sei lá, naquelas 1370 cartas que li para o Lula, só uma foi para o Conselho. Quer dizer, as instâncias de participação, eu acho que elas estão numa crise relativa. Você pensar... Eu acho que isso não é só... A Saúde é mais tradicional, ela tem mais essa cultura do Conselho. Mas, eu acho que você tem um problema da participação, do envolvimento. Agora, eu acho, antes que você faça as outras perguntas, que tem uma coisa que é muito interessante, que a população se apropriou do Bolsa-Família. E ela é capaz de ver que o meu vizinho foi cadastrado e eu não fui. E algum problema tem aí. Mas ela é capaz de ver mais, que o vizinho foi cadastrado, eu não fui e o outro, do outro lado da rua também não foi. Então, tem muita gente na mesma situação que eu. [*Trecho de entrevista com Amélia Cohn*]

Capítulo que se abre com uma foto em página dupla em que aparece na página da esquerda uma mulher negra sentada amamentando uma criança, ao seu lado outra criança, sentada de frente pra eles há uma mulher preenchendo o formulário do CadÚnico em papel, ainda há mais duas pessoas em pé atrás desta mulher, uma criança e um adulto, não aparecem seus rostos.

Este capítulo do manual é dividido em três partes iniciando a entrevista, desenvolvendo a entrevista e encerrando a entrevista. Na primeira parte, apresentam-se “alguns cuidados iniciais”: Usar crachá de identificação, estar com material necessário; vestir-se de maneira adequada e confortável; tratar o entrevistado com atenção; usar linguagem apropriada e respeitosa; quando a entrevista for realizada no domicílio, você deve apresentar-se e explicar que está representando o município e falar brevemente, sobre o objetivo da visita; quando a entrevista for realizada nos postos de coeta o município deve providenciar as condições necessárias para à realização da entrevista; verificar se o entrevistado é o RF; verificar se o RF está de posse de algum documento da escola, caso existam componentes da família que frequente a escola.

A segunda parte alerta para a manutenção de um clima de “cordialidade” também afirma que o entrevistador “não deve realizar nenhum juízo de valor”. As instruções para a coleta de boas informações são: participar ativamente do treinamento; estudar com muita atenção este manual; entrevistar, sempre, a pessoa indicada como RF; seguir rigorosamente todas as instruções constantes deste manual; ler, integra e pausadamente os quesitos do formulário, respeitando a ordem em que aparecem e a sequencia da entrevista; observar que alguns quesitos têm indicação de salto; Caso o entrevistado tenha alguma dificuldade para entender algum quesito, você deve ajudá-lo a compreender a questão, mas sem induzir a resposta; observar que o bloco 10 trata de trabalho infantil e é de marcação livre para o município.

No final da página 33 que contém as informações do parágrafo anterior, mais uma imagem, uma mulher branca segurando uma bolsa que contém a inscrição “Ô de casa! O bolsa família chama” está conversando na porta de uma casa com uma mulher negra e uma garota que sorri.

Para o encerramento da entrevista recomenda-se: Verificar se os formulários

estão devidamente preenchidos; Ler para o RF a declaração contida no Bloco 9 e no comprovante de prestação de informações; Informar ao entrevistado que a) é necessário atualizar as informações prestadas sempre que houver alterações nos dados da família, tais como mudança de endereço, renda, composição da família, entre outros, no prazo máximo de 24 meses contados da data da entrevista ou da última atualização b) a inscrição no CadÚnico não garante a inclusão automática da família em qualquer dos programas sociais que fazem uso de suas informações; c) caso seja necessário completar algumas informações, a família deve ser orientada a retornar ao local responsável pelo cadastramento para continuar a entrevista d) a família pode contatar o gestor do CadÚnico no município, caso tenha mais perguntas ou queira saber sobre a situação de seu cadastro. Para facilitar esse contato, informe que o telefone do órgão responsável estará no comprovante de prestação de informações; agradecer ao entrevistado; coletar obrigatoriamente, a assinatura do RF e registrar o número de telefone de contato da família; Preencher cuidadosamente o comprovante de prestação de informações, destacá-lo e entregá-lo ao RF; Ler ao RF o termo de adesão da CAIXA para recebimento de mensagens via celular em caso de aceite, fornecer o formulário. Nos casos em que a pessoa entrevistada não sabe escrever o entrevistador deve escrever a expressão “A rogo” seguida do nome completo da pessoa cadastrada.

Como preencher os formulários

Abrindo este capítulo, a imagem de uma assistente social branca sentada atrás de uma mesa, à sua frente duas mulheres negras, uma com um bebê no colo, sobre a mesa alguns documentos e o cartão do bolsa família. E a inscrição: “Nesta seção serão apresentados, por bloco os conceitos, as definições e as regras de preenchimento válidos tanto para o Formulário Principal, quanto para os formulários avulsos”.

No bloco 1 identificação e controle, são pedidas informações relativas ao controle dos formulários, a identificação da residência da família e a identificação do entrevistador. A partir do endereço colocado o programa atribui automaticamente o estado, o município, distrito ou subdistrito. Além disso, ao iniciar o cadastramento é gerado o Código Familiar que é uma “sequência numérica atribuída a cada família cadastrada, que faz a vinculação entre o domicílio, a família e o NIS (Número de

Identificação Social) das pessoas que compõe a família.

Neste primeiro bloco é onde se marca se os dados que estão sendo digitados são de uma inclusão, ou seja, um novo cadastramento ou uma alteração de dados de famílias já cadastradas. Também é preciso identificar se a entrevista foi feita com ou sem visita domiciliar. Também é necessário indicar se formulários avulsos ou suplementares farão parte daquele cadastro. Na página 41, onde constam estas informações uma foto de uma mulher com um guarda-sol e um bebê no colo e mais duas crianças também negras, ao fundo casas de madeira e árvores. E a inscrição “Localizar uma família é essencial para o CadÚnico. Por isso as informações de endereço devem ser preenchidas com a máxima atenção”. Nos casos de pessoas em situação de rua, os campos relativos ao endereço devem ser preenchidos com os endereços de: Albergue, abrigo, ou instituição de abrigo; CRAS (Centro de Referência e Assistência Social)/CREAS (Centro de Referência Especializado de Atenção às Pessoas em situação de rua) ou serviço especializado de atenção às pessoas em situação de rua ou qualquer outra instituição de acolhimento.

O segundo bloco “tem por finalidade identificar a espécie do domicílio da família cadastrada e levantar suas características, tais como número de cômodos, forma de abastecimento de água, coleta de lixo e etc” (p.53). Na página 56 a inscrição “Domicílio particular permanente é o domicílio de residência habitual da família e que foi construído exclusivamente para servir como moradia a uma ou mais pessoas”. Texto ilustrado pela foto de uma casa de madeira, com chão de terra, ao lado da casa uma mulher negra sorrindo. Outras características questionadas são: a quantidade de cômodos; se o domicílio é localizado em zona rural ou urbana, se é “domicílio particular permanente”, “particular improvisado” ou “Domicílio coletivo”; quantidade de dormitórios; material predominante no piso; material predominante na construção das paredes externas; existência de água encanada; forma de abastecimento de água; Existência de banheiro ou sanitário e a forma de escoamento do banheiro ou cômodo sanitário; tratamento dado ao lixo; forma de iluminação utilizada; existência de calçamento/pavimentação no “trecho logradouro” em frente ao domicílio.

O terceiro bloco “família” alerta para que sejam considerados os conceitos de morador (“pessoa que tem o domicílio como local de residência habitual), família (unidade composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que

contribuam para o rendimento ou auxílio em despesas desde que morem em um mesmo domicílio) e famílias conviventes (famílias compostas de duas ou mais unidades nucleares, parentes ou não parentes que residam em um mesmo domicílio, podem dividir as despesas mas não dividem outros gastos e nem os rendimentos). Na página 66 a imagem de uma mulher negra de cabelos brancos em primeiro plano, ao fundo um garoto também negro debruçado sobre uma mureta, acompanhada da inscrição: As pessoas da família que estão internadas ou abrigadas em hospital ou em outro estabelecimento similar por menos de 12 meses também são consideradas moradoras do domicílio”. Isto porque, para o preenchimento dos rendimentos são considerados 12 meses para o cálculo da renda bruta e *per capita*.

Na página 68 um portão aberto, duas mulheres negras saindo, uma delas carrega uma bicicleta. A legenda diz “Ao completar a lista de componentes da família, certifique-se junto ao entrevistado de que todas as pessoas listadas são moradoras do mesmo domicílio e fazem parte da mesma família”. Este bloco também pede que sejam descritas as despesas da família com (energia elétrica, água e esgoto, gás, carvão e lenha, alimentação, higiene e limpeza, transporte, aluguel ou medicamentos de uso regular). Pede-se também o nome e o código do estabelecimento de saúde e dos centros de assistência sócia que possivelmente a família frequente.

O quarto bloco, “identificação da pessoa” pede um número de ordem em que a pessoa está constante no CadÚnico, sendo que a pessoa que for indicada como RF deve ser a primeira a ser cadastrada. Na sequência, o nome completo, Identificação através do NIS que é gerado automaticamente pela Caixa Econômica Federal. Deve constar também apelido, sexo, data de nascimento, relação de parentesco com RF, Cor ou raça, Nome completo da mãe e do pai (podendo ser preenchido com “Não sabe”), local de nascimento, estado de nascimento ou país em caso estrangeiro, registro em cartório civil.

Os documentos necessários para a realização do cadastro são: Certidão de Nascimento, CPF, Certidão de casamento, Documento de Identidade, Título de Eleitor, Carteira de trabalho e previdência social, título de eleitor e Certidão administrativa de nascimento indígena. Na página 82 a foto de uma mão segurando um RG à frente de um monitor de computador, seguida da legenda “O NIS só será atribuído às pessoas que apresentarem ao menos um dos documentos indicados no Bloco 5”.

No sexto bloco pede-se as informações sobre pessoas com deficiência estão previstas: Cegueira, Baixa Visão, Surdez severa/ profunda, Surdez leve/moderada, deficiência mental ou intelectual, Síndrome de Down, Transtorno ou doença mental. Para que se possa saber se esta pessoa recebe cuidados de terceiros.

O sétimo bloco pede as informações escolares, de quem já cursou ou está cursando. Na página 99 a imagem de um garoto negro com lápis e caderno na mão e a legenda: “Entende-se que ensino especial é uma modalidade de educação escolar votada para o campo da aprendizagem que se destina às pessoas com necessidades especiais de qualquer ordem.

O oitavo bloco é composto pelas informações de trabalho (remunerado ou não) e renda. Na página 101 a foto de um homem negro utilizando chapéu de palha, com a legenda “É considerado trabalho tanto o exercício de atividades remuneradas quanto o exercício de atividades não remuneradas”. Na página 105 dentro de uma sala residencial uma mulher negra com uma máquina de costura e a legenda “Considere trabalhador por conta própria a pessoa que trabalha explorando seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado”. Na página 106 a foto de um homem negro carregando uma carroça de coleta de recicláveis, ele está vestido com boné e camiseta do MNCR⁵³ (Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável) a legenda é “Considere trabalho principal aquele de maior número de horas normalmente trabalhadas por semana”. Na página 108 uma mulher negra em uma cozinha abrindo o forno, a legenda “Não considere trabalho não remunerado as tarefas domésticas da dona de casa”. O loco nove fala sobre o RF, e o décimo, de marcação livre para o município é sobre a existência de trabalho infantil na família.

Guia de cadastramento de famílias indígenas

Exatamente e é muito diferente um índio que vive no mato grosso do sul, que vive num acampamento, que tá todo zuado e assim, um índio do alto xinguano, literalmente os caras vivem muito bem, tem muita terra, tem comida e se uma das justificativas do benefício é inclusive a segurança alimentar, ela gera muitas vezes insegurança alimentar nesses casos porque os caras tão consumindo muito mais comida industrializada, porque se tem dinheiro eles compram comida, eles não

⁵³ <http://www.mnrc.org.br/>

precisam de comida mas se eles tem dinheiro eles compram comida e o que eles compram é da pior qualidade possível , excesso de açúcar, diabetes, hipertensão, todas essas coisas, então você gera, o benefício tem gerado um quadro de insegurança alimentar importante entre os indígenas um pouco menos entre os quilombolas, eu acho, mas também um pouco. [Trecho de Entrevista com Ex-pesquisadora do MDS]

-“Apresentação – A quem se destina este guia?”

Após o sumário, lê-se o texto de abertura “A que se destina este guia”, trata-se de um pequeno texto dizendo que “para o trabalho junto aos povos indígenas apresentam-se algumas dificuldades” (p.5), e de que o objetivo principal do guia é a inclusão de famílias⁵⁴ indígenas no CadÚnico fazendo, é claro, o devido acompanhamento da demanda daqueles que se adequam aos critérios de *elegibilidade* dos programas sociais do governo federal, de um modo em que os indígenas também possam acesso as políticas de *proteção social*.

-“Qual é a realidade dos povos indígenas no Brasil”

Na sequência, uma foto que ocupa duas páginas do livreto com uma fila de indivíduos adornados com indumentária típicas de povos xinguanos, reconhecíveis no corte do cabelo (tigelinha), pinturas e adornos também típicos da região. Nota-se ainda que a foto aparece sem que haja a identificação de contexto ou etnônimo daqueles que a compõe, referindo-se apenas créditos à “Agencia Brasil”. Abaixo dela a inscrição “Qual a realidade dos povos indígenas do Brasil?”, dando a impressão de que a diversidade de “povos indígenas” ocupantes do território nacional está devidamente representada. Além de deixar nas entrelinhas que indígena seria aquele que possui determinados traços fenotípicos e “se veste” de determinada maneira específica. Essa imagem de um índio genérico traz a marca essencializada alcançada por esses programas sociais, tais como as categorias de cor estancas constantes do CadÚnico.

De acordo com esta publicação datada do ano de 2009, existem aproximadamente “224 povos indígenas no Brasil⁵⁵” (p.8), apontando que existe uma

⁵⁴Como dito na introdução, o modelo de assistência social aplicado contemporaneamente no Brasil é centrado na “Família”.

⁵⁵O anexo 2 do volume é intitulado “Povos indígenas por unidade da federação e população total”.

grande diversidade entre as etnias devido a características específicas de contextos históricos particulares: “de acordo com fatores geográficos, políticos, econômicos e de organização social interna durante o processo de contato com os não índios”.

O manual constata a crescente diminuição das populações indígenas desde o processo de colonização e recebe destaque ao centro da página um quadro com informações relativas ao uso do termo índio que foi usado genericamente para toda população habitante das Américas, fazendo a ressalva de que tal denominação foi feita pelos colonizadores europeus. Seguido de um importante aviso “ Ser Kaingang, Ticuna, Tapeba ou Macuxi tem significados concretos diferentes, pois implica participar de culturas distintas. Porém, significa compartilhar uma condição comum: a de povos indígenas”. O tempo todo o texto aponta para a questão da diversidade linguística, artística, filosófica e etc existente entre os diferentes grupos.

Além disso há a definição sobre o que é ser indígena: dizendo que são todos aqueles que possuem algum tipo de continuidade histórica com grupos pré-colombianos e que se consideram distintos da sociedade nacional, tornando a definição capaz de abarcar aqueles que vivem em contexto urbano, os que possuem contato permanente ou intermitente e em situação de isolamento frente a sociedade nacional.

Em mais um sub-tópico, outra pergunta “Quais são os direitos dos povos indígenas?” A resposta é um alerta para a existência de “direitos específicos, garantidos pela Constituição Federal de 1988 e legislações complementares. Elas reconhecem que os povos indígenas possuem organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” e expressam por meio de “suas línguas materna e processos próprios de aprendizagem”, apontando ainda para o reconhecimento da posse sobre as terras ocupadas tradicionalmente. Além disso há uma normativa global da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que garante direitos para as populações indígenas em todo o globo (pelo menos em teoria - apenas?- todos estes direitos são respeitos).

[D. Bom, e aproveitando que você falou que tá pesquisando isso, vai pra campo agora, como é que você vê a entrada disso, no contexto indígena?

Cara, os caras adoram né, pra muitas famílias é a única fonte de renda, de fato, mas é um problema, priorizar uma família indígena.

D. e eu sei que você nem foi pra campo ainda.

Não fui pra campo mas conheço a realidade (?) porque eu fiz campo lá no mestrado, então, não fui pra campo agora especificamente pra isso, então eu tô falando de uma forma mais genérica, assim, o que eu acho estranho nessa coisa, eu acho que eles tem que ser priorizados, tem que dar dinheiro mesmo, eles querem, eles querem ter acesso às tecnologias e aos confortos e tem mais é que ter mesmo, mas o problema desse formato que ficou mudado é que você prioriza povos indígenas simplesmente por serem índios e aí no fim das contas tá dizendo que um índio só porque é índio é mais pobre ou tá num situação necessariamente pior do que uma pessoa que não é índio e tá na cidade, por exemplo, então tem famílias que são na cidade que não são contempladas porque são fora da cota, não tem renda, não sei o que, mas tá fora da cota, e um índio que vive muito bem, que tem comida que tem terra, tem o benefício, então eu acho que isso pode gerar algum tipo de distorção em algum momento, não sei exatamente como é que resolve isso também porque simplesmente não ser prioridade e aí se fode com a família dos caras porque os gestores não tem nenhum interesse nesse tipo de população e querem mais é que se exploda mesmo, então não priorizar também pode ser prejudicial pros caras, mas priorizando você acaba prejudicando, a meu ver, um certo grupo da população muito pobre urbana, ou rural, mas enfim, tá fora. não quero que pareça que ah e aí, você tá dizendo que não tem que ser priorizado...

D. mas é a forma de e a justificativa dessa

É porque é índio, é. [Trecho de Entrevista com Ex-pesquisadora do MDS]

Ao final desta seção são apresentadas as atribuições, em relação aos indígenas da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), do MEC (Ministério da Educação) e MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome).

O texto segue com mais informações estatísticas em relação aos povos e baseado em publicação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) consta que existiam no ano de 2009, “cerca de 750.000 indígenas” (p.13), espalhados em 656 terras indígenas localizadas em 530 municípios de 24 estados⁵⁶. Há a constatação de que a

⁵⁶Não há terras indígenas no Rio grande do Norte, Piauí e Distrito Federal. A publicação destaca a existência de indígenas por todo território nacional. E Que mesmo os que residem em cidades grandes ainda possuem “vínculos com seus parentes” e a noção de “pertencimento cultural”

população indígena vem aumentando nos últimos anos, apresentando taxas de natalidade superiores às medias nacionais. Algumas páginas à frente há um mapa que traz as terras indígenas demarcadas no Brasil.

-“O que é a auto-identificação e a auto-determinação?”

“D. lendo aqueles manuais do entrevistador, manuais de não sei que, fala dos processos de como deve ser atribuição de benefícios em aldeia indígena, por exemplo, ce chegou a participar disso, desse processo de atribuição em algum lugar?”

Atribuição de bolsa eu cheguei a participar disso mas eu tenho acompanhando, inclusive agora o meu projeto de doutorado é sobre isso, o bolsa família e povos indígenas

D. então ce vai virar referência bibliográfica...

Eu espero que sim né... exatamente já por causa dessa minha experiência com os (?) anterior e por causa da experiência no ministério acabei juntando as duas coisas e os índios e os quilombolas são prioritários então eles ficam fora das cotas dos municípios, então basicamente se o cara se cadastra, diz que é índio e não tem renda, ele recebe o bolsa família, independente de condição em que viva, sendo índio do mato grosso do sul acampado, sendo lá do Xinguano que vivem muito bem, obrigado, todos eles estão exatamente na mesma categoria, da mesma forma..

D. pode crer..

É um grande problema quando implementaram o bolsa família, isso eu não tava no ministério, isso me contaram, né, mas parece que teve uma grande discussão sobre essa coisa de povos indígenas, se inclui, não inclui, e ai chegaram a consultar FUNAI pedindo pra FUNAI, então tá, então vamo fazer, manda pra gente então os povos prioritários, quem é que precisa de fato, a FUNAI nunca mandou e ai, o ministério também não tinha muito que fazer ai entrou so como prioritário índio, mas existe uma grande resistência nos municípios, isso a gente também sabe através de algumas pesquisas, de cadastrar os índios, obviamente depende do município, depende da situação mas existe essa barreira, tem muita gente que se recusa a marcar, porque é índio , não quer marcar quilombola, então é uma briga... agora tão rolando essas

campanhas de divulgação então que os próprios indígenas e quilombolas estão sabendo que se marcam que eles são eles recebem automaticamente.

D. É tem sei lá, essa prioridade, digamos assim...

É prioridade, literalmente essa a palavra.

D. prioridade, ai tem desconto na luz, sei lá, tem umas coisas que vão junto com o benefício mesmo ali né..

É, exatamente, mas aí por isso que o cadastro é super importante pra essas populações. O cadastro inclusive tá sendo mais aprimorado pra detalhar a situação dessas famílias né, então eles agora, fizeram aquela lista maluca de povos e comunidades tradicionais pra concluir o cadastro, que é uma lista que não vai ter fim, obviamente, mas ai eles nem entram como prioritários dessas outras categorias” [Trecho de Entrevista com Ex-pesquisadora do MDS]

Esta seção se inicia com mais uma daquelas fotos de duas páginas na qual aparece a figura de um indígena com uma câmera de filmagens profissional apontando a câmera para alguma coisa que não está na imagem, ao fundo, um bonito céu azulado. De acordo com o texto, para uma pessoa ser considerada indígena ela tem de se “auto-identificar e ser reconhecida pela sua comunidade como pertencente aquele grupo”(p.20). Sendo que a principal característica do CadÚnico seja a auto-determinação. O texto ressalta a obrigatoriedade⁵⁷ de que para haver a implementação de políticas públicas como as de “transferência de renda”, há que se fazer uma “consulta prévia” que forneça informações para que os próprios grupos decidam a respeito de sua inclusão no CadÚnico “seus impactos e possíveis benefícios”.

Em um “evento público” deve-se contar com a participação de “toda comunidade”. Assim, as “famílias indígenas estarão aptas a decidir o que é melhor para elas de acordo com os projetos de futuro” (p.20). Para tais empreendimentos deve-se contar com o apoio das “organizações e associações indígenas” bem como o apoio dos “professores indígenas” sendo estes últimos uma posição estratégica para o contato, de acordo com o texto os direitos são de natureza coletiva, deste modo “qualquer decisão que tenha impacto na comunidade deve ser tomada com a participação de todos,

⁵⁷Mais uma vez, se apoiando em uma normativa da Organização Internacional do Trabalho.

incluindo lideranças tradicionais e comunitárias, homens, mulheres, jovens e crianças.” (p.23) assim, de acordo com o texto supera-se o “maior desafio para o atendimento às famílias indígenas” que é o respeito as diferenças e especificidades de cada povo. Uma vez que a “proteção social” é um direito dos povos indígenas brasileiros.

-O que é o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)?

“É obvio. Sim, e é isso assim, o cadastro é uma fonte que é considerável muito confiável, muito confiável, as pessoas acreditam demais no que tá ali. Lógico, algumas informações muito mais qualificadas do que outras mas é isso assim, o cadastro é uma base que é usada pra tudo atualmente no governo, pra fazer estatística nacional e pra fazer política e pra fazer isso. E toda base, quando você tá dentro do governo descobre essas coisas, toda base de dados sempre te problema. O IBGE, é impressionante assim, o tanto de problema que tem no senso, e é uma estatística oficial que todo mundo confia tanto num sei o que, não é isso assim, estatística na verdade é uma coisa que é tão humana quanto as ciências humanas, e todo mundo sabe mas lidam sem nenhum problema” [Trecho de Entrevista com Ex-pesquisadora do MDS]

Para indígenas ou não, o CadÚnico é uma “ferramenta de identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda” que: - tenham rendimento mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou toda família receba até 3 salários mínimos.”(p.26). O CadÚnico é usado para a seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal.

As razões apontadas pelo manual para que hajam direitos específicos para os indígenas remetem ao “passado colonial da sociedade brasileira” (p.26). E por conta disso deve haver “participação direta do Estado brasileiro”, gradativamente os programas sociais vem “adquirindo importância para os povos indígenas, na medida em que esses buscam meios para a superação que lhes foram historicamente impostas”.

Avançando no texto, aparece a o seguinte questionamento: todas as famílias indígenas devem ser cadastradas? Em negrito, a resposta, não. Estão aptas apenas as famílias que “passam por situações de insegurança alimentar e vulnerabilidade social.” (p.27). Para isso, alerta, há que se conhecer a realidade destas famílias, como estão organizados, como estão divididos os grupos familiares, quais são suas atividades

produtivas e como estão inseridos no mercado de consumo:

“Atenção! O impacto da colonização e o ingresso de famílias indígenas em uma economia de mercado não ocorreram da mesma maneira em todos os lugares. Por conta disso, é importante conhecer esses grupos. Muitas vezes, os critérios utilizados para definição de situações de pobreza e extrema pobreza nos programas sociais não se aplicam a esses povos. A inclusão equivocada de famílias indígenas em programas sociais pode trazer consequências desagregadoras na organização social desses povos.” (p.27).

A intenção do cadastramento de famílias indígenas só é recomendável para aqueles que necessitam de políticas públicas para a sobrevivência “física e cultural”. Os critérios utilizados para determinar tais necessidades são: situação de insegurança alimentar e nutricional, ou seja, não ter a alimentação diária garantida; apresentar altos índices de desnutrição e mortalidade infantil; apresentar altos índices de problemas de saúde entre jovens adultos e idosos

-“Como realizar o cadastramento das famílias indígenas?”

No contexto urbano da cidade de São Carlos, para que o CadÚnico seja efetuado, basta que a família se desloque até a SMCAS (Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social) que fica localizada no centro da cidade. Para comunidades indígenas o procedimento é mais delicado e detalhado, dividindo-se em 8 etapas: diagnóstico da situação; planejamento do cadastramento e identificação dos recursos disponíveis; estabelecimento de parcerias; consulta prévia, capacitação, preenchimento de formulários; avaliação de resultados. O material não recomenda o cadastramento de famílias indígenas sem o acompanhamento da FUNAI e de outras organizações políticas indígenas. Mesmo nos casos em que os próprios indígenas fazem a requisição é necessário haver diálogo com a FUNAI. Exceção feita aos casos cujas famílias moram em cidades.

Além da FUNAI, sugerem-se parcerias com outras entidades que possuem maior proximidade com as questões relativas aos povos indígenas e aos seus direitos, sendo as sugestões: Funasa (Fundação Nacional de Saúde), Universidades ou centros de pesquisa

relacionados à temática, MPU (Ministério Público da União) e o próprio MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome) no fornecimento de infraestrutura, veículos e recursos financeiros específicos pois a responsabilidade de cadastramento é municipal, porém, há casos em que se recomenda estabelecer parcerias com os governos estaduais e federais, além é claro, das Organizações e lideranças indígenas.

Após estas a realização destas parcerias conforme necessidades, os gestores municipais e técnicos responsáveis pelos cadastramentos devem passar por cursos de capacitação para o trabalho em áreas indígenas. Ressaltando mais uma vez as “particularidades culturais que precisam ser respeitadas e tratadas de forma adequada” (p.39). Formação esta com o papel de “sensibilizar” os entrevistadores empreendidas “por profissionais das ciências humanas e sociais” com a intenção de reforçar a ideia do “respeito aos costumes dos povos indígenas: nenhuma cultura é superior ou inferior à outra. Lembre-se de que a Constituição assegurou aos índios o direito de serem diferentes e viverem conforme suas crenças e tradições.”(p.43).

O *Responsável Familiar* indígena é isento de possuir os CPF (Cadastrado de Pessoa Física) e Título de Eleitor devidamente regularizados, qualquer documento com validade nacional como certidões de casamento ou nascimento são aceitos. Caso não possua nenhum documento há que se fazer o registro. A Certidão Rani (Registro Administrativo de Nascimento do Indígena) implica na obrigatoriedade na marcação “indígena” no quesito “cor ou raça”.

Guia de cadastramento de famílias quilombolas

Os quilombolas, as comunidades quilombolas, dos que eu vi, das pesquisas que eu acompanhei, eu senti que rola menos um deslumbramento ainda sabe? Não é uma fissura por, eu preciso comer biscoito, eu preciso comer pirulito, tem esse consumo também, é alto, mais do que devia ser, mas isso é só uma impressão, vou falar bem livremente, mas ei tenho a impressão de que entre os povos indígenas ainda é mais exagerado, eles saem do peixe com beiju pra almoçar chiclete sei lá, tipo o cara sai com 90 reais do bolsa família e gasta tudo em balinha e isso é agravado nos indígenas e não nos quilombolas porque os quilombolas as vezes dependem de comprar coisas, então eles dependem desse dinheiro muito mais pra comer, pra comprar todo tipo de coisa, e como os indígenas não dependem eles acabam gastando só em bobagem sei lá eles comprar chuteira de 500 reais com bolsa família, não que não deva comprar, compra, mas é diferente da situação de uma família pobre quilombola urbana, ou quilombola rural, uma família que depende do dinheiro pra viver, os caras não dependem.

D. eu acompanhei uma discussão de implementação, isso era uma coisa que ficou em debate durante um tempo, o cara que recebe, quando era, acho que era auxílio escola ou gás, sei lá

Era tudo isso, eram todos eles.

D. Mas eles tinham restrições sobre o que você podia comprar, ce podia ir ao mercado e podia comprar arroz e feijão mas não podia comprar bolacha e ai aparece uma discussão sobre, bom, a gente vai ter que tutelar as pessoas e dizer o que elas podem consumir ou a gente vai trabalhar com essa questão de transferir o recurso e cada um faz...

Mas isso foi um grande avanço do bolsa família no meu ver e internamente lá no ministério isso é super elogiado, ninguém nem questiona, quer dizer, ninguém não né, ainda tem gente que acha que pobre não pode consumir luxo. Mas eu acho que é super interessante, acho que eles tem que, as pessoas tem mais é decidir o que vão fazer com seu próprio dinheiro, so que é isso assim, se o ministério, a minha critica na verdade, a minha preocupação é que existe uma diretriz pro programa, que é, enfim, acabar com a

pobreza, na verdade o meu problema é, como é que se caracteriza pobreza. O ministério tem toda essa onda de ah não, é um programa multi coisas, a gente presta atenção em muitas áreas não é só dinheiro, mas na hora de caracterizar pobreza é so renda. É a renda que faz o corte e ai me desculpa, nesses casos não é a renda que a tem a ver, então o fundamental ai é isso[Trecho de Entrevista com Ex-pesquisadora do MDS]

O guia de cadastramento de famílias quilombolas possui uma estrutura bastante semelhante ao de famílias indígenas. O guia possui a seguinte estrutura de tópicos abordados: **Quem são as comunidades quilombolas?; Como é feita a identificação de uma pessoa de origem quilombola?; A terra quilombola Identificação e localização de comunidades quilombolas; Relações de trabalho e rendimento nas comunidades quilombolas; Quais as principais dificuldades encontradas pelos municípios para realização do cadastramento das famílias quilombolas?; Diante das dificuldades listadas, como é possível planejar o cadastramento?**

O primeiro capítulo "Quem são as comunidades quilombolas" se inicia com uma definição do que seriam comunidades quilombolas:

"As comunidades quilombolas são grupos com identidade cultural própria e se formaram por meio de um processo histórico que começou nos tempos da escravidão no Brasil. Elas simbolizam a resistência a diferentes formas de dominação. Essas comunidades mantêm forte ligação com sua história e trajetória, preservando costumes e cultura trazidos por seus antepassados. As comunidades quilombolas compõem um conjunto maior de grupos sociais, o dos povos e comunidades tradicionais". (p.7)

Além de comunidades quilombolas, dentro da categoria povos tradicionais também estão indígenas, ciganos, comunidades de terreiro, seringueiros, pescadores artesanais e outros. Apenas famílias indígenas e quilombolas possuem campos específicos de identificação no formulário principal do CadÚnico. Na página 7 a imagem de um garoto quilombola jogando bola, com a legenda: "As comunidades quilombolas simbolizam a resistência a diferentes formas de dominação."

Como é feita a identificação de uma pessoa de origem quilombola?

É considerado quilombola a pessoa que se autodetermina enquanto tal. É parte de um processo de construção identitária de pessoas que reivindicam ligação com seus ancestrais que no passado eram parte destas comunidades. Há o decreto 4.887/2003 que diz: “Consideram-se remanescentes das comunidades de quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico--raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica.”. É importante ressaltar a existência de comunidades quilombolas em praticamente todos os estados do país, a exceção de Acre e Roraima. Também a existência de Quilombos em zonas urbanas como o retratado no já citado trabalho de Cassal (2013), sobre o Quilombo do Areal em Porto Alegre, RS.

A terra quilombola

Esta sessão indica a importância da demarcação das terras quilombolas, e descreve o processo realizado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). As etapas para o processo são identificação; reconhecimento; delimitação; demarcação; titulação.

Identificação e Localização de Famílias Quilombolas

Regularmente o MDS busca os órgãos que possuem contato direto com comunidades quilombolas e consulta os gestores estaduais e municipais a cerca da existência de comunidades. A estimativa do MDS é de aproximadamente 100 mil famílias quilombolas distribuídas em 3 mi comunidades, aproximadamente um terço das comunidades está inserida no CadÚnico. A manutenção de cadastro atualizado das famílias quilombolas é fundamental para o planejamento de políticas públicas e ações específicas para este segmento da população.

Assim como as demais famílias, as quilombolas devem se enquadrar nos parâmetros de renda para acessar os benefícios provenientes do cadastro único. Rendimento mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou até três salários mínimos por família. Prevalece o princípio da autodeclaração, não sendo exigido nenhum tipo de

documento para se "comprovar" que é remanescente de comunidades de quilombo. Independente de viver em comunidades já regularizadas ou ainda em processo de regularização. No caso das famílias residentes em áreas urbanas, o cadastro é preenchido da mesma maneira que das famílias não quilombolas.

Relações de trabalho e rendimento nas famílias quilombolas

Na página 26 a foto de uma garota quilombola com a legenda: "As comunidades quilombolas viveram as transformações próprias da realidade social brasileira e que apesar de passarem por essas mudanças elas não abandonaram a referência que tem de seus antepassados. Reforça-se a característica de sazonalidade existente no trabalho das famílias residentes em áreas rurais que garantem sua subsistência por meio de atividades agrícolas, é preciso levar em consideração as médias anuais de renda para se efetuar os cálculos de maneira mais precisa. O manual aponta para uma divisão sexual do trabalho entre as famílias quilombolas, sendo os homens mais propensos ao roçado e as mulheres às tarefas domésticas.

Quais as principais dificuldades encontradas pelos municípios para realização do cadastramento das famílias quilombolas?

Este capítulo do guia se inicia com a imagem de um garoto fazendo embaixadinhas com uma bola de futebol e a inscrição: "O desconhecimento da existência de comunidades com identidade quilombola também é um fator que leva ao não cadastramento, ao cadastramento incorreto ou incompleto das famílias quilombolas". As principais dificuldades apontadas pelo MDS são: desconhecimento a respeito do que são comunidades quilombolas; desconhecimento sobre a localização das comunidades quilombolas; dificuldade de acesso às comunidades devido a distância destas das sedes dos municípios e às características geográficas da região; conflitos fundiários que podem interferir no contato com as comunidades; falta de documentação civil básica por parte das famílias quilombolas.

Diante das dificuldades listadas, como é possível planejar o cadastramento?

Para a realização dos cadastros destas famílias, o guia propõe oito passos: 1 Diagnóstico. Conhecer a situação das famílias quilombolas no seu município para definir formas adequadas de atuação; 2 Planejamento das ações de cadastramento e levantamento dos recursos necessários 3 Parcerias – quem pode contribuir para o processo de cadastramento?; 4 Mobilização local; 5 Capacitações. Elas devem ocorrer quando os técnicos municipais e estaduais do Cadastro Único necessitarem de orientações específicas a respeito do tema. 6 Preenchimento do formulário. Este é um trabalho que exige muita atenção do entrevistador; 7 Digitação dos dados. O cadastramento das famílias quilombolas não se encerra com o preenchimento do formulário. 8 Avaliação dos resultados. É importante avaliar os resultados da ação de cadastramento.

Sobre os manuais

Da leitura dos manuais, nota-se que há uma preocupação em uniformizar da a implementação do Cadastro Único nos mais diferentes contextos existentes no país. Enquanto banco de dados que alimenta a existência de diversos programas sociais, ele é formulado com o intuito de preencher necessidades básicas da população pobre. Para dar conta da diversidade de contextos existentes no país, é preciso uniformizar os processos de implementação e manutenção desta política, pois uma gestão eficiente pode facilitar o acesso aos benefícios para as pessoas que se encaixam no perfil das políticas.

Porém, há uma linha tênue entre prescrever comportamentos e condutas para os entrevistadores do CadÚnico e a perpetuação de imagens e estereótipos e lugares específicos para determinados segmentos da população. Como apontado por uma das entrevistadas, no caso dos indígenas existem situações muito diversas e heterogêneas em relação à composição, acesso a renda, alimentos, água e qualidade da moradia entre as diferentes comunidades indígenas contempladas pelo cadastro único. Ou seja, para algumas talvez ele seja necessário, para outras não. Sobre as comunidades quilombolas, o manual cita a existência, por exemplo, de Quilombos em zonas urbanas, porém não se adensa muito sobre isto e nem mostra imagens desta população quilombola que habita as cidades. Tal maneira de proceder pode significar não apenas um auxílio, mas também de que sem aquele auxílio do grupo dominante, outros segmentos da população são

“incapazes” e, portanto, precisam ser tutelados:

"A preocupação constantemente afirmada de "respeitar a cultura das populações autóctones" não significa, portanto, que se considerem os valores veiculados pela cultura, encarnados pelos homens. Bem depressa se advinha, antes, nesta tentativa uma vontade de objectivar, de encaixar, de aprisionar, de enquistar. Frases como: "eu conheço-os", "eles são assim", traduzem esta objectivação levada ao máximo. Assim, conheço os gestos, os pensamentos que definem estes homens" (Fanon.p.39, 1956)

No manual feito para a população das cidades, aparecem repetidas vezes na posição de potenciais beneficiários a imagem de mulheres negras e suas famílias. No entanto não há no material reflexão alguma sobre as causas desta conformação, como se a pobreza tivesse uma cara específica, “No caso do brasileiro, nossa pobreza, de modo geral tem cor, é mulata, negra. E isso remete imediatamente à experiência da escravidão, instituição fundamental para a acumulação econômica no Brasil por 300 anos” (Rego & Pinzani, 2013). Os autores também reconhecem que as pesquisas não colocam como foco principal nos estudos sobre a “pobreza” a questão da assimetria racial existente “No Brasil, como no restante da América Latina a mencionada tradição de pesquisa sociológica sobre a pobreza colocou ênfase dos estudos em sua maioria na questão de classes sociais, especialmente nos casos inspirados no marxismo”. (Idem, p13)

Ao mesmo tempo em que do lado de dentro do balcão não há nenhuma pessoa com o fenótipo semelhante aos daquelas mulheres que estão sendo mostradas como as potenciais beneficiárias. É parte constituindo do ideário de uma “democracia racial” que um manual demonstre a evidente desigualdade econômica e racial existente em nosso país que não mencione em uma linha sequer a existência de um racismo que estrutura as relações sociais de modo em que a ilustração, a imagem da pobreza seja apresentada sob a forma de uma família negra. Parte do chamado “Racismo Institucional”, que é parte constituinte do *modus operandi* das mais diversas instituições brasileiras:

O argumento central deste artigo consiste em que, no Brasil, negros sofrem não só a discriminação racial devida ao preconceito racial e operada no plano privado, mas também e, sobretudo o racismo institucional, que inspira as políticas estatais que lhes são dirigidas e se materializa nelas. Trata-se de discriminação racial praticada pelo

Estado ao atuar de forma diferenciada em relação a esses segmentos populacionais, introduzindo em nossas cidades e em nossa sociedade, pela via das políticas públicas, “um corte entre o que deve viver e o que deve morrer”, a faxina étnica. (Márcia Pereira Leite, 2012, disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1202>)

A negação desta estrutura socioeconômica extremamente racializada existente no país é parte dos mecanismos que alimentam esta mesma estrutura. Como citado na introdução deste trabalho, até meados da década de 1940 se acreditava na convivência harmoniosa entre as “3 raças” formadoras da nação. Tanto é que o “Projeto Unesco” do qual saíram os trabalhos também já citados de Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Virginia Leone Bicudo, entre outros. Que de acordo com Maio(2000) acabaram por comprovar o contrário do que previam seus projetos, o Brasil retratado por aquelas pesquisas se demonstrou extremamente dividido e hierárquico e alteraram a agenda das ciências sociais brasileiras nas décadas subsequentes, no que se refere ao estatuto e a qualidade das pesquisas sobre relações raciais (Maio, 1999).

Neste capítulo, foi discutida a partir da perspectiva de pessoas que participaram do processo de formação do cadastro único, que trabalharam diretamente no MDS, além dos próprios manuais que prescrevem os comportamentos e conceitos a serem praticados pelos operadores municipais no CadÚnico. No próximo capítulo de uma perspectiva mais local, veremos como se deu o processo de implementação, consolidação e ampliação do CadÚnico no município de São Carlos localizado no interior do estado de São Paulo. Além dos desdobramentos ocorridos após a troca da gestão municipal ocorridos após a chegada do carro e da inauguração da nova sede descrita na apresentação desta dissertação.

CAPITULO 3 – Entrevistando os *entrevistadores*

[imagem no estúdio apresentador fala] “E moradores que precisam de serviços do cadastro único em São Carlos reclamam da falta de profissionais responsáveis por resolver os problemas, eles dizem que no local os estagiários estão trabalhando sem chefes. A chefe de divisão foi exonerada e o auxiliar administrativo que supervisiona o trabalho está de férias. [corta a imagem, voz feminina, mostra uma mulher ajudando um idoso a levantar da cama] Seu Antonio precisa tomar vários remédios [câmera focaliza uma mesa com várias cartelas semi-vazias] todos eram comprados com o

benefício que recebia do governo federal [seu Antonio está agora sentado, a neta olhando-o enquanto toma um copo d'água] o renda cidadã idoso, mas há quatro meses a família não consegue sacar o benefício [agora a mulher está cobrindo o seu Antonio, em plena luz do dia]. O genro foi ao cadastro único da prefeitura [aparece o genro falando e gesticulando com uma camiseta da seleção brasileira, enquanto ao fundo está sua mulher, filha de seu Antonio com uma criança no colo] mas não conseguiu resolver o problema [close no rosto do genro com uma barba crescente]. A estagiária falou que não tinha como fazer nada [Elton Moreira, montador de máquina aparece escrito embaixo], que era estagiária e não tinha chefe no momento. [corta a imagem pra uma mulher] Dona Cristiane teve o benefício do bolsa família cortado [uma imagem exibe o cartão amarelo e seu NIS] e não consegue ser atendida por quem poderia resolver a situação. [Dona Cristiane fala] “Só tem estagiária e não tinha ninguém pra atender no momento”. [Corta para o local da secretaria onde são realizadas as entrevistas em um das baias uma estagiária está balançando a cabeça negativamente enquanto diz alguma coisa]. Dona Ivete foi ao cadastro único e lá ficou sabendo porque o problema dela não poderia ser resolvido. [Close em dona Ivete] “Pedi pra renovar o meu tarifa social [Dona Ivete – Doméstica, lê-se na legenda] que é um desconto que a gente tem sobre a conta de água e como tá sem chefe, a menina me disse que eles não vão poder fornecer esse documento porque não tem quem assine. [A repórter pergunta] “O que a senhora acha disso? [resposta] “Bagunça, muita bagunça, né?. [A repórter em frente as grades verdes do lado de fora da secretaria]. A lei dos estagiários diz que eles precisam ser supervisionados, mas a chefe de divisão pediu exoneração, quem deveria estar no lugar dela acompanhando o trabalho dos estudantes é um auxiliar administrativo que está de férias. [Dentro da secretaria onde antes eram realizados os cadastros e após a ampliação e reinauguração da sede se transformou em uma sala de reunião, a repórter entrevista a atual secretária de cidadania e assistência social, ao fundo, nota-se que vai do chão ao teto, e ocupa mais de 2 de comprimento na parede da sala e mais de um de largura o arquivo no qual estão armazenados os cadastros feitos em papel, das versões antigas do cadastro único que tem de ficar armazenados para possíveis verificações durante um determinado tempo] A secretária de cidadania e assistência social diz que nenhum processo está atrasado por causa da ausência do auxiliar administrativo [Wiviane Tibert, ao fundo uma mesinha com um pequeno vaso] O que acontece é que eles estão aguardando a volta do Oswaldo na quinta-feira, que ele já retorna que é ele quem faz a emissão desse documento e me transmite e então eu

faço a assinatura desses documentos. “É o Oswaldo que passa esses documentos pra senhora, então, o Oswaldo não chegou, num tem como passar pra senhora?” [Com uma camisa de oncinha, ela responde] Bom, de forma nenhuma, o que tem acontecido é assim: quando chega ao SAAE e que precisa dessa documentação eles entram em contato comigo e a gente com os dados consegue fazer o levantamento aqui, imprimir o documento e eu mesma assino, o acompanhamento é feito tanto pela diretora como por mim, eu estou na secretaria quase que 12 horas por dia então não vejo como não tem acompanhamento, qualquer tipo de dúvida que eles tenham, eles vem a mim. [close nas unhas pintadas de marrom sobre a mesa de madeira] De acordo com ela a chefe de divisão deixou o cargo no dia primeiro de outubro [a imagem da câmera vai andando e exibindo as oito baias de atendimento, na sala em que há um placar eletrônico que avisa quem é o próximo a ser chamado e possui ar-condicionado, fato que foi muito comemorado e diversas vezes reiterado na inauguração pelo ex-prefeito ao proferir diversas vezes a frase: “pobre agora é atendido no ar condicionado”], por enquanto ainda não há previsão de quando o cargo será preenchido. [Volta para a conversa com a secretária] “Eu já recebi vários currículos, já conversei com várias pessoas, mas ainda não achei a pessoa que tem o perfil pra assumir esse tipo de cargo. Apesar do que disse a secretária, quem precisou do atendimento garante que a falta [novamente a imagem de uma pessoa sendo atendida com uma expressão de frustração/raiva] de um responsável causou prejuízo. [Volta a imagem da mulher que apareceu pela primeira vez sendo atendida e identificada como Dona Ivete – Doméstica, agora aparece com o nome da Dona Cristiane, aquela que exibiu seu cartão do PBF] “É um benefício, 50% na minha conta de água, infelizmente, é Brasil, né?” [Corta a imagem pra “verdadeira” Dona Cristiane] “Eu acho que é uma falta de respeito, quando você sai ou vai ter umas férias você tem que ter alguém responsável, e cadê as pessoas responsáveis? Porque eu não vi uma. [volta para o âncora com o fundo azul e 3 folhas de papel e um tablet sobre a bancada] A secretária também negou que o Cad esteja sem responsável há quatro meses, o centro atende de 20 a 100 pessoas por dia dependendo do período do mês.”

Tomei conhecimento sobre a reportagem que transcrevi acima durante o período em que estava realizando as minhas entrevistas com os estagiários do CadÚnico, no ano de 2013 já após a troca de gestão municipal do CadÚnico. Ela foi exibida pela EPTV filial da Rede Globo na região de São Carlos. Poucos dias após a veiculação desta

reportagem feita a partir de uma denúncia foi anunciada uma nova secretária para o Cadastro Único. Nos primeiros seis meses após a troca de gestão passaram 3 pessoas no cargo de chefe de divisão do CadÚnico em São Carlos. O que de certa forma confirma as “previsões” de alguns membros da gestão anterior que diriam que no começo, até obter os conhecimentos necessários para uma boa gestão, os novos gestores enfrentariam algumas dificuldades, mesmo com a permanência de boa parte da equipe de estagiários e do auxiliar administrativo.

Além de ratificar o que me foi dito por uma das entrevistadas que trabalha no MDS, em Brasília, durante a transição do governo Lula para o governo Dilma e apesar do mesmo sendo partido:

(...) já tava tudo rolando, foram 8 anos de governo Lula, as coisas já estavam muito maduras, pro bem ou pro mal, funcionando ou não, já estavam muito maduras e tal, e aí foi tipo, para tudo e começa tudo do zero, foi um negócio muito estranho. Foram momentos muito diferentes um do outro, mas definitivamente no governo Lula foi melhor para trabalhar, acho que inclusive pelo momento, bom, não só pelo momento, mas pela conjuntura toda, né? É isso no governo Lula você via as pessoas lá, via os movimentos sociais sentados lá discutindo, você tinha debate, as pessoas participavam mais, as pessoas tinham mais espaço. Com o Governo Dilma acabou...Na reunião da comissão de comunidades e povos tradicionais os caras dizendo ” olha, segundo ano do governo Dilma a gente não conseguiu sentar com ela até hoje”[...]são duas facções do PT, diferentes, são duas mentalidades, nem acho que são duas mentalidades tão diferentes, mas tem uma coisa do carisma do Lula, o Lula figura, que era uma coisa peculiar, e essa coisa de ser muito aberto. Mas é isso, a Dilma se armou de uma equipe que tem essa cara. Então quem assumiu Casa Civil, quem assumiu os ministérios são pessoas que pegam essa cara da Dilma, a Dilma é uma presidenta com o pensamento desenvolvimentista. O Lula já tinha essa visão né, não sou ingênuo também de achar que ele não tinha. A gente não pode esquecer o PT, o PT é um partido da periferia dos trabalhadores urbanos de São Bernardo do Campo, é uma mentalidade muito específica, muito “sãopaulocentrada”, então, o modelo de desenvolvimento é São Paulo, eu sempre soube disso. Só que a Dilma levou isso ao extremo, e toda a coisa da campanha assim, isso a meu ver foi muito crítico, a coisa de que ela teve que vender a alma a todos os diabos, quem manda agora no governo são as empreiteiras, são as

construtoras, quem toma as decisões basicamente são esses caras, e para as políticas sociais isso fez muita diferença. E era um negócio bizarro você ir pra campo e ouvir as pessoas falarem do Lula cara, era um negócio surreal, você ia pro interior, do interior, do interior da Paraíba e as pessoas falavam do Lula com uma paixão assim, e a Dilma não, as pessoas não gostam da Dilma ela não tem esse carisma não é a mesma coisa e mudou de fato a relação com as pessoas. É uma questão de política de governo. Mas que, por causa do Lula, dessa coisa da figura do Lula, é o carisma, né? O Lula que era pobre, chegou à presidência, as pessoas se sentiam muito representadas nele, falavam nele como se fosse um amigo muito íntimo, um negócio muito engraçado, chegava até a arrepiar, um negócio muito louco [...] Ir pra campo no governo Lula foi uma coisa, ir pra campo no governo Dilma foi completamente diferente. A gente quase apanhou numa reunião que a gente teve com os quilombolas no Maranhão, as pessoas estavam com mil pedras na mão: “Porque é governo, a gente não quer saber de vocês, porque todo mundo vem aqui faz pesquisa e não volta, porque não quero, não quero mais, todo mundo fala, fala, fala e a nossa situação continua uma merda” e agravado por isso, a Dilma nem senta pra conversar com a gente, então, a situação tava bem crítica...

Então, na verdade, muitas pessoas indignadas, incomodadas, mas, conjuntura da vida, tem filho pra criar, porque eu tava numa situação muito fácil que era, eu não tinha filho, a minha família nem tava mais em Brasília, já tinha voltado pro sudeste então pra mim foi muito fácil me desvincilhar do ministério, eu podia simplesmente falar eu não quero mais e pronto, mesmo sem ter bolsa, sem nada, eu tinha dinheiro guardado e fui viver até sair a minha bolsa, aí mas, e muita gente agora continua incomodada mas não tem muito o que fazer assim, mas é isso, quando aparece oportunidade as pessoas saem, isso independente até da situação do governo, as pessoas saem, os contratos não muito precários e os efetivos, o setor efetivo do governo federal de nível superior entra ganhando 2.300 reais, pra morar em Brasília, isso não é nada...[Trecho de entrevista, M.]

Em São Carlos, as turbulências foram potencializadas, pois também ocorreu, como apontamos anteriormente, uma troca de partido e projeto político na cidade . Ou seja, houve mudanças bastante sensíveis na forma de gestão e nas práticas cotidianas:

E é isso sem contar todos os problemas de gestão municipal do tipo muda a gestão, a gente acompanhou isso na última eleição, não nessa eleição agora, a outra eleição municipal que teve, tava lá e gente dizendo, ah fulaninho perdeu a eleição

queimou todos os arquivos que a gente tinha, jogou fora os computadores e tal, muito comum assim, o município começando do zero, o gestor tava lá a um ano, o gestor do bolsa e não tinha a menor ideia do que tava acontecendo no município porque não tinha a informação. As pessoas no município não sabem nem pra quem perguntar, não sabem nem o que fazer a respeito disso, por isso que o ministério acaba sendo uma coisa muito importante mesmo, e de fato funcionam muito bem.[trecho de entrevista]

Neste capítulo, farei uma reconstituição do processo de implementação do *cadastro* através das narrativas das pessoas entrevistadas que trabalharam em algum momento como *entrevistadores* ou *gestores municipais*.

Implantação em São Carlos

César trabalhou no CadÚnico de 2002 a 2011, neste período ocupou diversas funções, iniciou como digitador ainda durante a criação do mapa da pobreza feito pela professora dr^a Maria Inês Mancuso, lotada no departamento de Ciências Sociais da UFSCar. Os estudantes orientados pela referida professora fizeram os primeiros cadastros e o pessoal da SMCAS (Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social) fazia a digitação dos dados coletados e a transmissão para o Governo Federal, durante este período 4 mil famílias da cidade foram cadastradas. Nesta época César possuía o cargo de auxiliar administrativo, ao término da pesquisa ele foi promovido a supervisor de unidade no ano de 2004.

Em dezembro de 2005 o governo federal lançou uma campanha de cadastro para a população, o que aumentou de maneira expressiva a demanda, curioso é que esta campanha saiu primeiro na mídia, e em um segundo momento os detalhes técnicos foram passados para as pessoas que trabalhavam no CadÚnico. Por conta desta demanda foi necessário aumentar a equipe, foram contratados 6 estagiários para trabalhar como digitadores ou entrevistadores, saltou-se de 10 a 20 cadastramentos por dia para aproximadamente 70, neste momento em que se passou a realizar cadastramento nos CRAS da cidade. É também neste momento que o cadastro passa a receber também atualizações mais sistemáticas, tornando-se mais dinâmico.

No ano de 2007, César passa a ocupar o cargo de chefe de divisão, que é o cargo responsável pela gestão municipal do CadÚnico, cujo papel não se limita ao acompanhamento da equipe de cadastradores, é também atribuição deste cargo a responsabilidade sobre o Cartão Alimentação, que é um programa municipal. Além disso as famílias beneficiárias destes programas sociais também têm direito à isenção no IPTU, também é atribuição o contato com o Governo Estadual por conta dos programas sociais existentes em São Paulo, como o denominado “renda cidadã”. Em 2011, César sai do cadastro único após alguns problemas políticos internos à secretaria, período em que se afastou por problemas de saúde:

Aí quando eu voltei fiquei como assessor de gabinete que era a função dela. Então quando eu voltei eu pensei "puxa como eu já não tava dando muita conta de participar das reuniões e de viagem essas coisas" me propus a toda a parte técnica, tenho conhecimento do programa e eu assumo. Mas ficaria ela como chefe de divisão tomando conta dessas partes mais burocráticas mesmo. Mas não foi isso que aconteceu, ela me excluiu de todas as tarefas com medo de que eu voltasse a chefe de divisão. A diferença de salário nem era assim gritante, mas assim, pra ela era um status ser chefe de divisão. Pra mim era uma continuidade do trabalho que estava sendo feito desde o começo, fui supervisor depois chefe de divisão. Mas pra ela, uma pessoa muito política, não tinha conhecimento técnico suficiente. Tanto que ela se apoiou em dois estagiários que foram contratados pra continuar fazer o trabalho técnico que ela não sabia fazer. Então, por medo mesmo, por receio de perder essa posição ela me excluiu, ela fez acordos lá com a diretoria. A secretaria ficou dividida em 2. Tinha o time da secretária, onde eu me encaixava e o time da diretora que era onde ela se encaixava. Secretária e diretora se digladiavam e no fim das contas quando a secretária conseguiu um emprego no governo federal eu falei pra ela "ah eu não quero ficar aqui não, quero sair daqui" E aí ela sugeriu a comunicação, porque eu também fazia a maior parte do marketing do bolsa família, então, toda campanha de recadastramento, material municipal eu que fazia, material de treinamento eu que fazia. [trecho de entrevista com César]

Após este período vai trabalhar no setor de comunicação da prefeitura, onde permanece até 2013, pelo menos, quando foi realizada a entrevista. Sobre o período final de sua atuação no CadÚnico ele comenta:

Quem pegou o negócio [depois dele], pegou um filé. Tava certinho, eu pelo menos imagino que os estagiários devem considerar o mesmo, né? Todos os eles viram que assim, só não era mais criterioso por falta de pessoal pra operar mesmo. O Cadastro ele sempre foi criterioso, só que assim, tínhamos 2 problemas sérios: o primeiro, é o pessoal mentir, isso é uma coisa inevitável em se tratando de se ganhar um dinheiro, pô, a pessoa vai fazer qualquer coisa pra ganhar um dinheiro. Então existia muito caso de informação incorreta, isso é um tipo de responsabilidade que ficava com a pessoa que tava declarando os dados. Ela assinava se responsabilizando pelos dados fornecidos, porque, infelizmente não tinha detector de mentiras pra por lá e saber que a pessoa tá mentindo ou não. O entrevistador ele é isento dessa responsabilidade, mas assim, tinham ferramentas que poderiam e foram usadas - só que só uma vez. O tribunal de contas da união e a controladoria geral da união uma vez fizeram um cruzamento de dados gigantesco no país pra avaliar mesmo a fidedignidade dos dados do cadastro único. Então cruzaram os dados do cadastro com os dados do DETRAN, pra saber quem tinha veículo e quais os veículos que tinham com o cadastro de óbitos pra saber quem tinha falecido também. Porque o sujeito falece a mulher dele num vai atualizar o cadastro por medo de perder o benefício, ou se a família unipessoal o cara morre e não vai lá atualizar o cadastramento. Então existia bastante dessa insegurança das famílias quando ouvia falecimento e omissão dos dados mesmo. Uma prática, por exemplo, que acontecia era a pessoa que trabalhava registrado, ela podia ir no ministério do trabalho e pedia uma outra carteira. Quando na verdade a pessoa tinha trabalho registrado e isso o tribunal de contas também fez esse grande levantamento com o ministério do trabalho e com o INSS pra saber se tinha gente recebendo benefício de aposentaria, de afastamento e tal né que tivesse sido omitido do cadastro. Isso identificou bastante casos e tal, até aqui em São Carlos não foram muitos. Lembro que tinham 5 mil famílias beneficiadas, eram 900 casos que a gente teve que buscar pra visitar e desses confirmados eu acho que não chegou a 200, 200 e pouco. [trecho de entrevista com César]

Quando perguntei sobre a época em que ele fazia entrevistas, sobre alguma pergunta que ele não gostava de fazer ou achava diferente ele respondeu que era o quesito cor/raça:

Cesar: Uma coisa, isso é bem engraçado que era um negócio que a gente tinha que, quase todo estagiário. Eu mesmo demorei pra me sentir tranquilo em perguntar, mas

tinha que acalmar os estagiários a ponto de não se sentirem constrangidos a perguntar a cor da pessoa. Porque como o cadastro é totalmente autodeclaratório, a cor também é autodeclaratoria. Então, poxa vida, o estagiário falava: mas eu tô entrevistando um sujeito que é nitidamente branco, tem que perguntar pra ele qual é a cor dele? Tem, que perguntar tal. E no começo o pessoal ficava sem jeito pra perguntar, quase pedia licença pra pessoa. Aí depois com o tempo você acaba pegando o jeito de dizer "olha, tá escrito aqui, qual é a sua cor?".

Daniel: Pra você também isso foi um obstáculo?

Cesar: No começo foi, é... Engraçado a gente, até as próprias famílias achavam estranho essa pergunta. Por exemplo, a gente perguntava pra mãe, a mãe trazia o documento do filho e tal. "Ai, o Joãozinho é de que cor? a mãe falava na certidão de nascimento tava escrito branco, quer dizer, é um negócio que confunde mesmo, né?. É... por ser autodeclaratório, às vezes a gente estranhava a resposta da pessoa. A pessoa, ela tinha...muitas tinham a pele bem escura e falavam que eram branca. Negavam a própria descendência, vamos assim dizer. E o contrário também. Tinham pessoas brancas que se declaravam negras, tinha uma moça que trabalhava com a gente, ela era loira de olho claro, mas ela se declarava, negra. Aliás, desculpe, parda porque na família dela em algum ponto tinha predominância negra. Então era um negócio que acabava confundindo um pouco. Então, a partir do momento que você entende que é só um dado que precisa colocar lá... causava uma impressão de julgamento, é esquisito isso, né? Num sei porque ao certo, mas causava.

Daniel: E pra você? Você se considera preto, branco, pardo, amarelo ou indígena?

Cesar: Eu me considero branco.

Nos documentos de certidão de nascimento mais novos, não há mais a identificação por cor/raça, está pratica está proibida desde 1973, porém, em sua pesquisa no início dos anos 2000 Corossacz (2009) ainda encontrou pessoas jovens que diziam que a cor que eles se reconheciam era diferente da expressa nos documentos oficiais atribuída por médico ou escrivão na hora do registro em cartório da criança. Tais experiências fornecem elementos para a compreensão de que tal qual renda, endereço e grau de escolaridade durante os processos de atualização cadastral a categoria cor também é algo passível de sofrer atualizações.

Em “O corpo da nação” Corossacz (2009) etnografa os processos de registros de recém nascidos. Em sua pesquisa busca identificar a relação entre racismo, reprodução e identidade nacional. Um dos documentos-chave para sua pesquisa é o DNV, preenchido pelo médico imediatamente após o parto, constam neste documento informações de caráter sociológico e sanitário, como: filiação, escolaridade da mãe, número de consultas pré-natais, atividade profissional, tipo de parto, peso, **cor** e etc. Este é o único documento que ainda possui a categoria “cor” como parte integrante e a autora explica que há uma tendência das crianças nascidas de relacionamentos interracializados nascerem com a pele clara e com o passar dos anos ir ficando mais escura, esta é uma das explicações para o descompasso existente entre a “marcação oficial” e a autoidentificação das pessoas:

“Segundo casos coletados encontramos-nos diante de uma situação na qual os instrumentos elaborados – no saber popular e talvez também no científico – para reconhecer a cor que virá limita-se a uma só cor e portanto, a cor a ser classificada e apreendida é uma só: preta. De todas as cores possíveis e celebradas na história brasileiras, apenas uma é identificada “com certeza” e corresponde ao grupo historicamente dominado, explorado, diferenciado, distinto. É como se, no momento de maior indiscutível igualdade entre os seres humanos – o nascimento como origem, no qual a carne e os corpos são indiferenciados, são uma coisa só – fosse possível isolar, a partir desse estado de igualdade inicial, um princípio de diversificação, um elemento que indica como, a partir desse momento, da unidade inicial, se destacará alguma coisa: mas quem permanece na unidade inicial e quem se tornará algo diferente, algo distinto? Esse mecanismo de classificação da cor, de diversificação, não é um ano inato, neutro; ele implica que aquilo que não é classificável não tem cor nem matriz: o branco.” (Corossacz, 2009, p70-71).

Ao longo destes 10 anos em que César trabalhou no CadÚnico, sua visão sobre os benefícios sociais se alterou, no início enxergava com os olhos de quem não estava “ensinando a pescar”, porém, com o passar do tempo e os eventos de formação pelos quais passou, acabou por transformar este posicionamento e enxergar as políticas sociais como algo positivo:

No começo, por exemplo, do cartão alimentação, era frequente o pessoal reclamar "olha meu vizinho tá recebendo e tá gastando tudo com álcool, tá gastando

tudo com cigarro" mas isso era nos primeiros meses, sabe? Pessoas, se empolgavam de ter um dinheiro, mas depois via que tô com cigarro, mas tá faltando a comida aí então ela começavam a se educar pra isso. Então logo eu achei que seria interessante sim, uma coisa que ajudava a família a se ajudar e se educar sem mencionar o dinheiro.
[trecho de entrevista]

Após o final da gestão do PT, Cesar teve contato com a primeira pessoa a assumir o cargo de chefe de divisão, segundo ele, recebeu a informação de que no final da gestão anterior o cadastro ficou um pouco “bagunçado”. Além disso, no início da gestão PSDB ficou uma pessoa como chefe de divisão durante 1 mês e pediu demissão por não se encaixar no perfil para o trabalho com o tipo de público do cadastro. Após este período foram 4 meses sem chefia ocupada, fato que só veio a se reverter após a repercussão na mídia com a veiculação da reportagem transcrita na abertura deste capítulo.

Neste período em que o cargo ficou vago ele foi sondado para ser transferido como auxiliar administrativo e gerir o cadastro, não aceitou porque isso configuraria desvio de função. Ocorreu então uma conversa que não foi para frente para ele assumir efetivamente o cargo, porém, acredita que não deu certo pelo fato de ter ocupado cargo de confiança durante o governo no PT, partido ao qual não é filiado. Comentou que no início da atual gestão algumas pessoas foram demitidas por conta de sua participação na gestão anterior.

Mesmo tendo nascido em São Carlos não tinha contato com os bairros periféricos da cidade até trabalhar no CadÚnico:

Acho que sim, eu não tenho muito como dizer porquê como eu disse, foram só 2 bairros que eu conheci. Eu não conhecia Cidade Aracy, Santa Felícia. Antes do trabalho a impressão que eu tinha era de que meus pais passavam que por lá só tem bandido, e se você for lá, realmente, eles vão olhar pra tua cara e te dar uma surra. Pois é, eles faziam terrorismo, mas melhorou, suavizou bastante e me criou essa visão de respeito mesmo, quando a pessoa fala olha, eu sou do Antenor Garcia, prazer eu sou do Pq Primavera e o Pq primavera também tem tráfico, também tem violência, não em tamanho volume como seu bairro, mas não muda nada.

Entrevistas

Nesta seção, apresentarei alguns pontos levantados durante a realização das entrevistas com os entrevistadores do CadÚnico. Foi interessante pois a princípio imaginei que este grupo em particular seria muito mais homogêneo em relação às concepções sobre a cidade, mas também em relação aos beneficiários, o dinheiro do estágio e as posições em relação aos benefícios sociais. Igualmente me surpreendi, tal como já havia percebido nas respostas das pessoas cadastradas no CadÚnico, certa confusão em relação aos descritores de cor/raça.

Cristiano trabalhou como entrevistador durante dois anos, do final do primeiro semestre de 2009 ao final do primeiro semestre de 2011. Ficou o máximo de tempo possível. Trabalhou no período em que haviam as funções de digitador e entrevistador, que posteriormente com a digitalização dos cadastros foram fundidas na figura do entrevistador. Neste período o César era o responsável pela gestão municipal do CadÚnico. Tendo sido entrevistador no CRAS não enfrentou dificuldades técnicas, diferente de outras pessoas que trabalhavam em outros CRAS em sua época. Considerava muito mais funcional atuar diretamente no Cidade Aracy:

Eu vi que não tinha nada a ver com o que as pessoas falavam, é evidente que a galera daqui acha que todo mundo da Cidade Aracy é tudo bandido, é tudo sujo, não tem nada a ver cara, não tem nada a ver, é uma população carente, evidentemente, mas não é nesses moldes que a galera pinta, nunca é. E tanto é que eu achei tão de boa lá, ah, isso é uma das dificuldades as vezes o pessoal falava que aparecia pessoas mais "tensas" nos outros. Lá nunca aconteceu anda, a única coisa foi um bêbado que apareceu lá mas num deu trabalho nenhum. E nunca tive problema com nada dessas coisas lá, achei o pessoal de lá bastante simpático. Muitas pessoas que iam lá eram bastante conscientes de questões políticas que envolvia tudo que tava acontecendo lá, eram bem mais engajadas. E também tinha uma galera que não tava nem aí também, isso é fato. Eu cheguei a conhecer mães que nem sabiam que escola o filho estudava, você acaba encontrando de tudo. [Trecho de entrevista]

Quando perguntado sobre as dificuldades de preencher o questionário, apontou a “questão da etnia” :

Às vezes rolava até umas piadinhas o pessoal falava "ah mas você se considera"... Eu não fazia a pergunta, eu não lia a pergunta eu meio que perguntava: você se considera branco, negro, pardo, num sei o quê. Ou alguma coisa, e a pessoa:

branco, né? lógico e dava risada, tipo, rolava essas coisas. Mas acho que era essa a mais tensa, não lembro se tinha questão de orientação sexual. Tipo assim, eu não queria... é diferente pra gente [estudantes de ciências sociais] você falar, questão de negro, branco, pardo... Talvez pra eles não, tanto que pra eles rolava essas piadinhas, "sou branco, lógico" e tanto fazia o que eu achava. Assim, era o que a pessoa declarava, tipo assim, o que que você se declara? Branco, negro, pardo? E muitas vezes as pessoas nem sabiam isso direito. Como assim? "Eu sou branco, como assim? que que eu sou?" Pouquíssimas pessoas falavam "eu sou pardo". Amarelo acho que não teve nenhum. Cara eu não vi um asiático, lá, isso é uma coisa que eu achava interessante.

Daniel: E você, Cristiano? Você tem esse problema? Você se considera, branco, preto, pardo, amarelo, indígena?

Cristiano: Cara eu me considero pardo, eu acho. Na real, eu nunca parei pra pensar nisso, mas tava rolando essa discussão hoje em casa. Que meu irmão lá na Austrália, ele é considerado tudo, menos branco e tipo ele é mais branco que eu de tom de pele. Aí começou a surgir essa discussão que no Brasil não tem branco só branco europeu. Porque meu avô era negro, então, eu não me considero branco, mas me considero pardo, sei lá.

Daniel: Cê nunca pensou nisso? Primeira vez, tirando o almoço de hoje.

Cris: Eu nunca cheguei na conclusão, saca? Perguntar essas coisas pra antropólogo é uma merda, cara. "Ah, tá, mas o que vai definir são as coisas que eu vou fazer? ou é a questão biológica? Mas se for a questão biológica eu posso ser negro, então, fudeu, negro com latino que meu vô...

Daniel: Mas e aí, quando você que tem que preencher o formuláriozinho lá, cê vai se inscrever no vestibular?

Cris: Pardo.

Daniel: Desde sempre, sem crise?

Cris: Não, quando eu era mais moleque eu botava branco, mais adolescente assim.

Edmundo trabalhou no cadastro único em março de 2011, e permaneceu como estagiário durante um ano aproximadamente por ser estudante de administração, diferentemente da maioria dos estagiários, oriundos das Ciências Sociais. Em maio de 2012 foi transferido para a Secretaria da Fazenda. Durante o período em que atuou no CadÚnico chegou a fazer um dos cursos de formação, que utilizam os Manuais discutidos no capítulo anterior. Segundo ele o curso e os manuais serviram para entender apenas como preencher o cadastro. O trato com o “público” foi sendo aprimorado pela própria prática, uma vez que os materiais não tratam sobre isto, sobretudo questões relacionadas ao “salário” e a “cor da pele”:

Então, essa era a parte mais difícil do cadastro, porque, às vezes, a pessoa não conseguia falar um valor, né? E você também não podia colocar um valor também ali qualquer, né? Então, você tentava ao máximo investigar o quanto que ela recebia, você tentava chutar uns números, até ela falar não, é mais que isso, é bem mais, ou às vezes, não, é bem menos que isso. Você começava a nortear mais ou menos onde que a pessoa estava querendo dizer, né? Porque cada um tinha um parâmetro. Mas, assim, eu sentia uma dificuldade, porque assim, a gente vê as assistentes sociais, às vezes, têm um treinamento para isso, uma experiência que eu acho que melhora para fazer essa avaliação, né? Tanto que elas que liberam o cartão alimentação, a cesta básica, e elas vão visitar a casa da pessoa. Eu acho que talvez, quando a gente fazia o Cadastro que era no bairro. [Trecho de entrevista]

Segundo ele, o constrangimento e a capacidade de obter respostas mais pertinentes às vivências das pessoas entrevistadas era realizando as visitas nos bairros para o cadastramento ou realizar os cadastramentos no CRAS do Santa Felícia, onde atuou durante alguns meses antes da centralização. Quando perguntado sobre sua cor, respondeu que quando mais novo se considerava branco, porque em todos os lugares era classificado como tal. Porém, após fazer esta pergunta diversas vezes enquanto trabalhava como entrevistador, percebeu nas pessoas uma vontade de não se diferenciar, e somado a algumas leituras passou a se considerar pardo:

Uma vez eu ouvi um jornalista ou filósofo, eu não lembro o nome dele e ele falou assim, cara: que as pessoas... eu fui reparar isso, já estava trabalhando no Bolsa Família, que as pessoas falavam isso, que os negros se falavam pardos e o branco falavam pardos, porque ele queria dizer com isso que as pessoas não estavam querendo dizer cor nenhuma, que elas não tinham cor de raça, etnia, então eu também acho que

comecei a pensar mais ou menos desse jeito, tá ligado? De realmente, me considerar um pardo não pela etnia, cor ou raça, qualquer coisa, mas por não me considerar numa segregação, assim desse tipo de segregação, que já é feita historicamente.

David ficou aproximadamente um ano como *entrevistador* do final de 2010 até mais ou menos setembro de 2011, quando começou a trabalhar no SIM:

Quando eu entrei o chefe era o Cesar. No cadastro especificamente trabalhava o Cesar, que era o chefe, o Rodrigo, que fazia os atendimentos e tal, é... tinha... não sei se tinha outras pessoas, tinha o Fábio já, só que o Fábio eu nunca encontrava, a gente fazia horários diferentes, é... ai a Sonia tava de férias, mas eu conheci ela, quando ela voltou de férias já foi meio assim, ela voltando e eles, o Cesar com aqueles problemas de saúde e tal, e ela meio que já substituindo ele, na minha cabeça foi quase que instantâneo, ela voltar de férias e eles trocarem de posição, que ai rolou uma reunião com a secretaria que isso ai foi formado e tal, porque ai o Cesar tinha ficado, nesse período que a Sonia não tava ele passava dias sem aparecer porque ele tinha uns problemas sérios de insônia, tinha um problema de apneia do sono, era fudido assim de saúde, não conseguia descansar a noite, o sono dele era problemático . Ai quando ela voltou, rolou essa reunião e eles trocaram de posição, eu nem lembro que que o Cesar foi fazer cara, eu acho que ele foi trabalhar no CPD, processamento de dados, e eu acho que não tinha mais ninguém nessa época e era na São Joaquim.

Amanda, estudante de pedagogia foi entrevistadora de outubro de 2011 até dezembro de 2012. Com a mudança na prefeitura mudou para a Divisão do Idoso. No período em que ficou lá como estagiária o Chefe de Divisão era a Sonia, em um primeiro momento, após isto houve um período sem chefe, e entrou Edna, que segundo a entrevistada “já entrou com um pé atrás”:

Não sei se era com a gente ou se era porque muito tempo o PT ficou e aí mudou pro PSDB e eu acho que ela ficava, meio assim, de ser... de ter sido escolhida pra chefiar ali e tal e não conhecer ninguém... enfim, ela entrou meio receosa. Mas depois ela foi até pegando o jeito, eu percebia que ela se esforçava bastante, sabe? Mas não é o perfil dela, eu acho que não é o que ela gostaria de fazer, diferente da Sonia, né? Que sempre gostou de fazer aquilo. Então ela acabou saindo... Eu ouvi dizer que ela saiu

por motivos de doença... na família dela, mas eu não sei se foi mesmo isso. E agora eu nem sei como que tá lá, se veio um chefe novo, se não veio... Eu sei que estava o maior bafafá lá.

Sobre o formulário apontou as mesmas perguntas que outros entrevistados já haviam assinalado como sendo as mais complicadas, a renda e a cor. E sobre a própria classificação também apresentou argumentos semelhantes aos de Edmundo e Cristiano:

Amanda: *Eu mudava a pergunta. Eu falava assim: “Agora vou te perguntar uma coisa que é um pouco chato de responder”, eu falava, “mas eu tenho que perguntar”, aí eu perguntava, “qual a cor que você considera que você tem?”, aí a pessoa falava qual era a cor que ela considerava que ela tinha. As vezes uma pessoa que era morena, assim, não chegava a ser negra de tom de pele, falava pra mim que se considerava negra, sabe? Ou ao contrário. Uma pessoa mais negra se considerava branca, enfim. Então eu achava importante eu perguntar pra pessoa como ela considerava que era a raça dela, entendeu? Ai eu mudei a pergunta e aí eu fiquei tranquila quando eu fazia assim...*

Daniel: *Mas aí quando tinha lá, tinha lá, preto, branco, pardo, amarelo, indígena, quando a pessoa falava “morena”, você fazia o que?*

Amanda: *Aí eu perguntava: “O moreno que você tá falando é pardo?”, eu falava, “ou é mais pro branco?”. Aí eu ajudava um pouco, digamos assim, entendeu? E eu sempre lia as opções também.*

Daniel: *E você? Você se considera preta, branca, amarelo, pardo ou indígena?*

Amanda: *Acho que branca, né? Não tem muito como fugir disso, né?*

Daniel: *Não sei, é autodeclaração, né?*

Amanda: *Autodeclaração. É, não, eu me considero branca. Mas eu tenho minha mãe, né? Tem bastante descendência negra, meu vô, tinha... a mãe dele era negra... então... digamos que, eu sou branca no tom de pele, mas na raça eu me considero uma mistura, porque tem mistura de negro, tem mistura de italiano, de espanhol, então eu sou uma mistura assim.*

Durante o trabalho como entrevistadora, diversas vezes ouviu relatos sobre violência doméstica, já em sua primeira semana passou por uma situação bastante complicada:

Logo na primeira semana, ou na segunda semana, no comecinho que eu estava fazendo o cadastro, eu já estava fazendo direto no sistema, apareceu uma mulher querendo fazer cadastro lá, só que estava um calor enorme e a mulher de blusa de frio, e eu falei: “Pô”, achei estranho, né? Aí eu falei: “Oi, boa tarde, o que a senhora precisa”, e tal, que nem a gente fazia, e ela estava muito nervosa aí ela: “Aí, eu quero, eu quero fazer o cadastro”, ela falava assim, sabe? Daí perdia o ar. Aí falava: “Mas está tudo bem com a senhora, você está passando mal? Quer uma água?”, ela: “Ah, eu quero”. Aí eu fui e peguei a água pra ela, aí ela tomou, se acalmou um pouco... aí o casaco que ela estava, estava só por cima, ela não tinha vestido ele, caiu. E quando o casaco caiu, eu percebi uma coisa, o ombro dela estava totalmente deslocado, estava aqui atrás assim, o ombro da mulher. Aí eu falei: “Nossa, o que aconteceu com a senhora? Pelo amor de Deus, caiu? O que que aconteceu”, e aí eu não pensei nada de mal, né? Ela: “Não... porque...” chorando, desesperada: “Meu ex-marido foi na minha casa, me bateu, me xingou, tal... e eu estou aqui agora”, e eu falei: “Nossa, mas a senhora precisa ir pro médico, abrir uma denúncia, sei lá!” eu falei pra ela, fiquei desesperada, porque pra mim aquilo não era normal aquilo, eu nunca tinha me deparado diretamente com aquilo, e... sei lá... eu acho a violência contra a mulher... não tem o que falar... muito ruim, sei lá. E aí eu vi aquilo, falei “Nossa...”. E aí eu chamei, na época era a Maria Isabel que estava ali com a gente trabalhando e ela cuidava disso, e ela que trabalha até hoje com isso, com a violência contra a mulher e tal e aí Sonia falou: “Chama a Maria Isabel que eu vou ficar conversando com a moça aqui”. Aí gente chamou e aí a Maria Isabel foi falar com ela, aí ela já não quis falar mais nada, ela só falou pra mim só, sabe cara? Aí não quis abrir denúncia, não quis fazer boletim de ocorrência, não quis ir pro médico, não quis nada. Aí no fim a Sonia deu um passe pra ela voltar pra casa, e o cadastro dela estava todo certo... e foi isso. E eu lembro que eu fiquei muito impactada com isso, muito.

Amanda considera positivo os cadastros serem realizados no centro da cidade por conta da infraestrutura e do acesso a pessoas de diferentes bairros. Também achou importante a aquisição do carro para a realização da “Busca Ativa”:

Um pouco antes da Sonia sair, teve uma inauguração do carro e tal, o prefeito antigo chamou todo mundo da cidade, foi uma convocação, várias pessoas que eram usuárias foram, teve um café da manhã e eu achei muito legal. E eu ajudei a servir (risos). Eu curti, eu achei da hora.

Daniel: *E você lembra o que o prefeito falou no dia?*

Amanda: *Ah, eu lembro de pouca coisa, mas eu lembro que ele falou que foi um ganho ter conseguido carro, que ia ajudar muito pra fazer o trabalho de buscativa e tal, que ia ser um carro novo e ia ser um carro só pra isso, e eu lembro que o discurso dele foi nessa linha aí. Realmente se tivesse sido usado pra isso, teria de fato sido bom. Só que depois que mudou, não foi usado pra isso o carro, foi usado pra tudo menos pra isso, sabe?*

Daniel: *Depois apareceu mais vezes essa questão da violência?*

Amanda: *Muitas vezes. Muitas. Inclusive uma vez eu até fiquei com medo de ser agredida porque a moça, ela foi fazer o cadastro dela, conversando comigo ela acabou falando que o marido dela, ex-marido, sei lá, era ex-marido mas ela tinha voltado com ele fazia umas semanas e ela falou: “Ah, mas meu ex-marido já tentou me matar uma vez, ele enfiou uma faca na minha barriga”. Aí eu falei: “Nossa, mas... como assim?” aí fui conversando e tal, e ela: “Ah, esses dias mesmo ele tentou me bater de novo”, eu falei: “E você voltou com ele?”, falei, “porque você não tenta, sei lá, sair fora” e aí, conforme você vai conversando com a mulher você vai percebendo que é um círculo vicioso mesmo esse lance da violência, sabe? Porque o cara vai, bate, aí o cara vem, pede desculpas, chora e como a mulher ama aquele cara, ela perdoa, e aí assim vai seguindo, sabe? Sempre esse ciclo: perdando, apanhando de novo, perdando, enfim, é uma coisa que precisa de ajuda mesmo, sozinha a pessoa não consegue. E aí o cara estava lá, e eu falei: “Nossa, eu acho que você devia ficar esperta”, falei pra ela, aí eu falei: “Eu vou anotar pra você o telefone do lugar aonde você pode procurar, pra estar pedindo ajuda se você precisar” que, por acaso, é a unidade que eu fui trabalhar depois, lá embaixo tem a divisão do idoso, da mulher e da criança, e aí eu passei o*

telefone de lá, do XXX e falei pra ela: “Guarda e não fala que fui eu que passei”, de repente, quando eu olho pra ela, aquela janelinha que tinha, o cara só de olho ouvindo o que eu tinha falado e fazendo uma cara de bravo assim, tipo: “Eu vou te pegar na saída porque você falou isso pra minha mulher”, sabe? Eu falei pronto, agora tô lascada. Aí eu avisei a Soninha, a Soninha chamou a guarda e tal... mas não rolou nada, o cara foi embora e de boa, não aconteceu nada, o cara não me perseguiu nem nada, mas eu fiquei com medo porque... é ameaçador, a cara que ele fez. E foi isso. é recorrente, recorrente.

Daniel: *E no geral como surgia esse assunto? As pessoas que colocavam ou...*

Amanda: *As pessoas contavam. Uma outra coisa que a Sonia me falou logo que ela me contratou, que eu estava trabalhando e tal... eu falei: “Nossa Soninha, o povo chega, as vezes eu nem pergunto nada e o povo vai falando”, aí ela falou: “Normal. As pessoas escolhem pra quem elas querem contar as coisas”, ela falou, eu falei: “É?”, ela falou: “É. Isso acontece comigo também e pelo jeito está acontecendo com você também, você escuta e o que você puder ajudar você ajuda”, ela falou. “Isso é bom”. E eu não esqueço que ela falou isso também. Isso foi uma coisa que marcou, que ela falou. E às vezes as pessoas contavam, conforme você ia contando as coisas a pessoa ia puxando um assunto, outro assunto, e acabava falando.*

Ana trabalhou no cadastro único de março de 2012 à janeiro de 2013 quando recebeu bolsa de pesquisa de Mestrado em Engenharia Ambiental na USP de São Carlos, após se formar em Ciências Sociais . Além da ampliação do espaço da sede, Ana também acompanhou o trabalho de chefes diferentes do CadÚnico, Sonia e Edna:

Só peguei a Soninha e a Edna. É claro que meu, a Soninha como ela mesma dizia ela gostava e, portanto pra ela não era sacrificio nenhum. Então a transição eu peguei, saiu a Soninha que tinha uma grande facilidade de lidar com a situação, sabe? De ir lá e conversar com o povo ela tinha essa dinâmica bem legal com a galera levava a galera pra sala dela, conversava as vezes ajudava até além do que o programa permitia, encaminhava pra outros lugares e tal. A Edna entrou ali naquele momento de transição de governo, muita coisa mudando, sabe? A galera pegava no nosso pé com horário, tipo, banco de horas. A galera pegava muito mais firme pra gente cumprir o

horário e ela é engenheira agrônoma mesmo sempre fez pesquisa a vida inteira. Eu acho que ela não sabia como funcionava a situação ela num sabia como lidar ali. Eu nunca vi ela atendendo ninguém, nem levando pra sala conversando e tal. Na época que eu estava ali, ela tava mais preocupada em aprender como funcionava e deixar as coisas funcionando certinho. Ela deixou as coisas mais em ordem do que estava antes.

Ao longo da entrevista fez alguma críticas sobre os programas de transferência de renda e a qualidade das informações contidas no *cadastro*. Principalmente as informações relativas a renda das pessoas, que segundo ela, deveriam ter maior rigidez no trato das informações autodeclaratorias que são recebidas. Fato que poderia ser melhorado a partir de mais cadastros serem realizados nas residências das pessoas, como em algumas vezes em que participou da *Busca Ativa* e teve a oportunidade de conhecer pelo menos superficialmente bairros periféricos:

Ah, eu sentia, eu ficava muito mais sensibilizada com a situação, eu fazia muito com a vontade de "nossa espero que dê certo" em alguns aspectos eu gostava bastante de fazer lá que eu sentia a necessidade da pessoa receber aquele benefício. Fazia com maior atenção, escutava quando a gente fazia ali no busca ativa a gente dava maior atenção, sabe? Escutava. Porque às vezes, a pessoa além de fazer o cadastro ela quer comunicar da situação que ela tá vivendo. Então a gente sentia que a gente fazia, sei lá, conversava dava mais atenção. Acaba até fazendo um cadastro mais completo, sabe?

Mário, também estudante de Ciências Sociais, trabalhou no CadÚnico em 2013 e quando encerrei a etapa das entrevistas ele ainda estava por lá, bastante crítico em relação à definição economicista de pobreza e alguns posturas de alguns companheiros de trabalho. Ao final da entrevista fez um relato completamente diferente de todos os outros:

Mario: Tem uma coisa muito interessante, eu já fui beneficiário do bolsa família. Eu tinha 17 anos, parei de receber o bolsa família com 14. Minha mãe deve ter recebido até eu ter uns 14, 16 anos. É que eu trabalhei com 13 anos de idade, por isso que não lembro. Mas eu achei o fato de eu tá aqui hoje, e aí é por isso que eu sempre falo, é por isso que eu fico pirado na questão da educação, é um mecanismo que muda pra caramba assim e sei lá, cara. É emocionante assim.

Daniel: E agora me coloca pra pensar outras coisas que a gente tava falando.

Mario: Essa semana por exemplo, eu escutei de uma menina lá do cadastro que nunca tinha trabalhado, então, eu trabalho desde os 13 anos de idade, sempre trabalhei, tenho 25 anos, 26 anos. Eu trabalho a quase 12 anos, eu passei quase metade da minha vida trabalhando, então, assim, a minha relação com aquelas pessoas ali, até porque eu vivenciei muita coisa, eu vim de uma realidade social frágil, de fragilidade social, socioeconômica. Apesar da minha mãe trabalhar e ganhar um dinheirinho dela, ainda assim era uma situação difícil. Hoje em dia a econômica é muito mais dinâmica então você consegue resolver as coisas principalmente quando você tem educação, antigamente era um pouquinho mais lento e quem não tinha tava fadado a isso. Percebia muito minha mãe, minha mãe era fadada à faxina, até hoje trabalha com isso, meu tio que já tinha o ensino médio conseguia circular em várias funções e ganhar um pouco mais, minha tia que também não tinha estudo também estava fadada à faxina e tudo mais. Então é por isso que eu acho que o fato de pessoas hoje que recebem o bolsa família, mãe de família RF que tem ensino médio completo são pessoas que no cálculo deveria ser diferente de uma pessoa que não tem, porque o nível de fragilidade social daquela pessoa que é menor do que da outra.

Suprimi nesta seção alguns trechos e argumentos que apareceram repetidas vezes como o fato de praticamente todas as pessoas entrevistadas por mim utilizarem o dinheiro recebido pelo estágio para se manter em São Carlos e a preferência pela localização do cadastro único na região central da cidade. Também foi interessante notar como na maioria dos casos, as pessoas não tinham tido nenhum contato com regiões periféricas tanto em sua cidade de origem, quanto em São Carlos. Do mesmo modo que passaram a considerar, após o trabalho como entrevistador, o *cadúnico* como algo essencial na vida das pessoas beneficiárias.

Considerações Finais

Do primeiro capítulo, considero importante a experiência pessoal da qual suscitei as questões que acabaram orientando esse trabalho. Minimamente, ele serviu como uma ponte ou uma passagem para as questões históricas, teóricas e políticas que

descrevi ao longo da minha exposição. É também nele em que se evidencia a capilaridade e a força de algumas práticas sociais produzidas e atualmente reproduzidas nas atitudes sociais mais corriqueiras. Desde a maneira acolhedora ao receber as pessoas para o cadastro às suspeitas sobre a veracidade ou não das informações colhidas, dos julgamentos que se faz a partir de alguns pequenos bens materiais ou símbolos que as pessoas carregam com elas, e que muitas vezes de maneira equivocada são utilizadas para enquadrá-las dentro de algum perfil generalizante.

Se a escolha de ficar atrás do balcão tem algo de positivo foi justamente a possibilidade de que no contato, mesmo que rápido, com centenas de pessoas em uma situação muito semelhante, pode-se perceber uma série de recorrências que de maneira isolada pouco teriam a dizer e quando confrontadas a outras interações em um “mesmo” cenário ganham relevância e potência analítica que apostei e tentei explorar. Na contramão de boa parte das etnografias sobre este tema, neste trabalho não tive como intuito “dar voz” para nenhuma demanda ou grupo específico. Também não pretendi sobre-representar ou valorizar em demasia narrativas elaboradas por pessoas que já estão de alguma forma bastante representadas pelo simples fato de serem parte daquilo que chamamos Estado.

No segundo capítulo optei por registrar as informações e princípios existentes nos manuais, pois foi interessante observar o grau de burocratização existentes nos procedimentos que são componentes do cotidiano do trabalho de entrevistador. Estes manuais revelam como os comportamentos das pessoas são padronizados, pelo menos em tese. Eles também mostram a existência de alguns termos como a “cordialidade” que se deve manter com as pessoas entrevistadas. Cordialidade, por exemplo, é um dos traços colocados por Sergio Buarque de Holanda (2004) quando está explicando o que seria o Homem Cordial brasileiro, propenso a cultivar as relações harmoniosas com todo tipo de pessoas, isto do ponto de vista de quem habitou a Casa Grande. Pois para quem vive “da ponte pra lá”, ou está do lado de fora dos balcões esta cordialidade não é nada mais que um artifício retórico para justificar comportamentos excludentes e uma falsa democracia racial, em um ambiente intelectual composto majoritariamente por homens brancos pouco dispostos a rever seus privilégios construídos sobre o sangue, suor e lágrimas de pessoas racialmente diversas e sobre os “mestiços” que compõe a paisagem populacional brasileira. A análise dos manuais revelou também outros maneirismos por onde se escoia a desigualdade e apesar de quase todas as pessoas que

aparecem ilustrando a figura de RF sejam mulheres negras, os textos sempre se referem a um possível entrevistado masculino.

Para o terceiro capítulo, o plano inicial foi confrontar os entrevistadores com o questionário que eles aplicam nas pessoas que buscam o cadastro como mecanismo de auferir benefícios das políticas públicas. Porém, logo percebi que o tipo de resposta que as pessoas dão para estas perguntas não supria a necessidade analítica que as perguntas sobre o trabalho dos entrevistadores puderam elucidar.

Procurei ainda levar em consideração as ponderações de Ramos (2003) no que diz respeito ao trato recebido pelos “imigrantes” europeus e o modo como a formação e a legitimação do estado brasileiro está diretamente relacionado com algumas políticas voltadas para as famílias utilizadas para “povoar” ou em uma outra leitura “embranquecer o país”⁵⁸, nas palavras do autor, “as políticas públicas devem ser concebidas não como mera aplicação de projetos por meio de estruturas preexistentes, mas como lócus de construção dessas estruturas e, conseqüentemente, de autoridade pública” (p.17).

Ao passo que outra dinâmica parte deste mesmo processo colonial, apontada por Rufino (1985) foi a sistemática desumanização da população oriunda do continente africano: “Para ter o africano como escravo, era preciso lhe suprimir a cultura – a alma – transformando-o em bicho ou coisa. Tiravam-lhe o nome tribal, impunham-lhe outro, português; proibiam-lhe a religião ancestral, forçavam-no a aceitar a de Cristo. Como isso não bastasse, os escravistas completavam o serviço com a pauleira” (Joel Rufino dos Santos. 1985, p8).

Em “O lugar do negro na força de trabalho” (IBGE, 1981) podem-se encontrar pistas para elucidar alguns dos elementos que foram discutidos ao longo desta dissertação. A obra citada buscou discutir a relação entre “raça” e a estratificação social através de uma comparação em relação a inserção de brancos e negros no mercado de trabalho, mostrando um abismo existente entre a quantidade de pessoas negras e brancas em relação as possibilidades de ocupação de empregos com remuneração mais alta. E mesmo nos empregos de menor remuneração há uma preferência por trabalhadores não negros. A questão da classificação por cor/raça em documentos oficiais também é tratada pelo texto, ela esteve presente nos censos de 1872, 1890, 1946, 1950, 1960 e 1976: “Em 1872 a população foi subdividida em população livre e população escrava

⁵⁸ “Esse branqueamento começou pelo esupro da mulher negra e originou os produtos de sangue misto, o mulato, o pardo, o moreno, o pardavasco o homem de cor” (Munanga, 1999. p.93)

(...) a declaração da cor foi deixada ao recenseado livre que definia não somente sua cor mas a de seus escravos” (IBGE, 1981. P.9).

Vale ressaltar que as pessoas livres poderiam ser classificadas como “Branco, pardo, preto ou caboclo” e as não livres em “pardos e pretos”. No censo de 1940 haviam as opções “preto, branco e amarelo” qualquer outra declaração deveria ser enquadrada na categoria “pardo”⁵⁹: “Em vários momentos estaremos reunindo pretos e pardos com a designação de “negros” já que consideramos os indivíduos que se auto classificam nesta categoria compartilham de situação socioeconômica semelhante.” Ou seja, mesmo em uma “sociedade de classes” a “raça” ainda é um fator fundamental na divisão de ocupações, ou no caso desta dissertação, sobre a posição em relação ao grande divisor, materializado na imagem do balcão.

Por fim, retomo a argumentação de Munanga (1999) que afirma que em nenhum momento se considerou a consolidação de uma identidade plural, já que o Brasil tem o pluralismo como marca indelével de suas origens. Em lugar disto sempre buscou-se obliterar os componentes não europeus de nossa formação através da domesticação e docilização das práticas consideradas exóticas.

Referências Bibliográficas

Asad, Talal. 1991. “Afterword: from the history of colonial anthropology to the anthropology of western hegemony”. In: Stocking Jr., George W. (Ed.). *Colonial*

⁵⁹ No censo de 1960, indígenas também foram incluídos nesta categoria

situations: Essays on the contextualization of ethnographic knowledge. Madison: The University of Wisconsin Press, pp. 314-324.

ÁVILA, M. P. . "Periferia é periferia em qualquer lugar?" Antenor Garcia: estudo de uma Periferia Interiorana. São Carlos: Gráfica UFSCar, 2006 (Dissertação de Mestrado).

ÁVILA, M. P. Que pensam as beneficiárias do Bolsa Família? *Revista de Ciências Sociais*, n. 38, Abril de 2013, pp. 105-122

BEGNAMI, P. S. . Pelos olhos das crianças: uma etnografia da favela do Gonzaga 2008 (Dissertação de mestrado).

BEVILAQUA, Ciméa & LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. *Rev. Antropol.* [online]. 2000, vol.43, n.2, pp. 105-140. ISSN 0034-7701.

BEVILAQUA, Ciméa e Piero de Camargo Leirner. 2000. "Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro". *Revista de Antropologia* 43(2): 105-140.

BICUDO, Virginia Leone. *Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo – São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010;*

Birman, Patricia Pesquisadores em cena e diálogos. In: afro-acadêmicos *REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2002, V. 45 N o 1.*

BROCOS, Modesto. *A Redenção de Cam*, 1895 óleo sobre tela, c.i.d. 199 x 166 cm Museu Nacional de Belas Artes - IBRAM/MinC (Rio de Janeiro, RJ) Reprodução fotográfica César Barreto

BREDA, Roselene. *Entre recursos e escolhas: Limites e possibilidades em torno das rotinas de atendimento de um CRAS*. Monografia de conclusão de curso, São Carlos, 2013.

Britto, Luciana de Araújo, *Bolsa Família e as múltiplas faces da pobreza: econômica, social e política*, Rio de Janeiro, 2007.

BRANDÃO, A.; PEREIRA, R. C.; DALT, S. Programa Bolsa Família: percepções no cotidiano da escola. *Revista de Ciências Sociais*, n. 38, Abril de 2013, pp. 215-232

Cohn A. *Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais*. Rio de Janeiro:

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. O corpo da nação: classificação racial e gestão social da reprodução em hospitais da rede pública do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro editora UFRJ, 2009 (Coleção etnologia, v.6);

Clifford, James Introduction: partial truths In: James Clifford & Geroge Marcus, Writing Culture. The poetics and politics of ethnography. University of California Press, 1986

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento In: ESTUDOS AVANÇADOS 17 (49), 2003.

CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 88-103, dezembro/fevereiro 2005-2006.

DELEUZE, G *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: Conversações, editora 34. 1991(2008).

_____ Controle e devir In: Conversações, editora 34. 1991(2008).

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

FANON, F. Pele negra, mascarás brancas. EDUFBA, 2008. Salvador.

FELTRAN, Gabriel. **Sobre anjos e irmãos**. Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n. 56, p. 43-72, jun. 2013

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Introdução**. Lua Nova [online]. 2010, n.79, pp. 9-13. ISSN 0102-6445.

FONSECA, Cláudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. In: Saúde e Sociedade v.14, n.2, p.50-59, maio-ago 2005.

_____ “Da família ao parentesco em sociedades complexas”. Participação na Mesa Redonda “O lugar da família na ciência contemporânea: desafios e tendências na pesquisa”. Congresso Internacional Pesquisando a Família, Florianópolis 24-26 de abril, 2002. Publicado em Pesquisando a família: olhares contemporâneos (Coleta Rinaldi Althoff, Ingrid Elsen, Rosane G. Nitschke, orgs.). Florianópolis: Papa-livro editora.

_____ Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002.

GOLDMAN, M.; LIMA, T. S. Como se faz um grande divisor? In: GOLDMAN, M. *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999, p. 83-92.

_____. 2003. “Os Tambores dos Mortos e os Tambores dos Vivos.

Etnografia, Antropologia e Política em Ilhéus, Bahia”. Revista de Antropologia, vol. 46, n. 2, São Paulo, USP

Gomes, Janaina Damaceno. Os Segredos de Virgínia: Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955) Tese de Doutorado Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas 2013

GONZALES. L. “The Black Woman’s Place in the Brazilian Society” In: “1985 and Beyond: A National Conference Morgan State, 1984

HUBINGER, Gangolf. Max Weber e a história cultural da modernidade. *Tempo soc.* [online]. 2012, vol.24, n.1, pp. 119-136. ISSN 0103-2070.

IBGE, O Lugar do negro na força de trabalho – Rio de Janeiro IBGE, 1981;

Jordão, Patricia. A antropologia pós-moderna: uma nova concepção da etnografia e seus sujeitos Revista de Iniciação Científica da FFC, Vol. 4, No 1 (2004)

LACERDA, João Baptista de. “Sur le métis au Brésil” (Premier Congrès Universel des Races: 26-29 juillet 1911, Paris, Devouge, 1911.); tradutores, Eduardo Dimitrov, Íris Morais Araújo, Rafaela de Andrade Deiab. N.E.

Latour, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Editora 34. 1994.

LUI, G.H.; MOLINA, S.M.G. BENEFÍCIOS SOCIAIS E TRANSIÇÃO DE MODOS DE VIDA RURAIS: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia. Revista de Ciências Sociais, n. 38, Abril de 2013, pp. 137-155.

MAIO, Marcos Chor. **O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50**. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 1999, vol.14, n.41, pp. 141-158. ISSN 0102-6909.

Martins, Valter & Simionato. O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM FLORIANÓPOLIS. PELOTAS-RS online. 2011

MARTINEZ, Mariana. 2011. Andando e parando pelos trechos: uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS).

Guia de cadastramento de famílias indígenas. 2009

_____ Manual do entrevistador, 2009.

MUNAGA, K. Entrevista: A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. In: ESTUDOS AVANÇADOS 18 (50), 2004.

_____ Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.

_____ Rediscutindo a mestiçagem no Brasil, 1999.

Nogueira, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem, pp. 287-308 Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1

OLIVEIRA, L. M. F. Circulação e fixação: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2012.

PEREIRA, L. F. P. No labirinto da gestão: notas sobre moradores de rua e trabalhadores da Assistência Social. 2013. 108 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2013.

PEREIRA, M.C.; RIBEIRO, [F.B.NO](#) AREAL DAS MULHERES: um benefício em família. Revista de Ciências Sociais, n. 38, Abril de 2013, pp. 87-104.

Pires, Flávia. “O Programa Bolsa Família e o consumo das meninas e dos meninos no semiárido nordestino”. Texto apresentado no IX Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis.

_____ (2013), “Comida de criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semiárido”. Política & Trabalho, 38: 123-135.

PINTO, M. L. O PÚBLICO E O PRIVADO: o ‘baralhamento’ no cotidiano das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Revista de Ciências Sociais, n. 38, Abril de 2013, pp. 157-170

PINTO, D.C.S. Homenagens do legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado. Dissertação de mestrado, UFSCAR, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco. *Revista Estudos Feministas*, vol. 6, n.2, 1998, p. 305-321.

Romero, Paulo Rogerio Pelegrin. Aplicação do cadastro único à gestão de políticas sociais. Londrina. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social), 2010.

RAMOS, J. S. . Enredando Famílias: Estado e Família no Povoamento do Solo Nacional. Campos (UFPR), v. 5, p. 25-43, 2004.

RAMOS, J. S. . O Poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar nas políticas de imigração e colonização do Serviço de Povoamento do Solo Nacional. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. ano 9, n.19, p. 15-48, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2005.

REGO, W. L.; PINZANI, A Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. (2013). São Paulo: Unesp, 2013, 249p

Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : il.
Romero, Paulo Rogério Pelegrin & Duarte, Evaristo.APLICAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO À GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA/PR.PELOTAS-RS online.2011

SANTOS, Geovanilda. Relações Raciais e desigualdade no Brasil- São Paulo: Selo Negro, 2009; DOS SANTOS, Joel Rufino. O que é Racismo? - São Paulo: Editora Brasiliense 1980;

_____ Zumbi

SANTOS, T. Malunga – Thereza Santos. EDUFSCar, 2008, 218p. São Carlos.

Silva, Vagner Gonçalves. A crítica antropológica pós moderna e a construção textual da etnografia religiosa afro-brasileira. In: Cadernos de Campo nº1 1991.

SOARES, S. A trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa dos negros no Brasil In: As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil – 120 anos após a abolição – 120 ANOS APÓS A ABOLIÇÃO IPEA, Mário Theodoro (org.) Brasília, 2008. [on-line]

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira – São Paulo: Claro Enigma, 2012

SCHWARCZ. Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.225-242.

THEODORO, M A Formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil In:

As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil – 120 anos após a abolição – 120 ANOS APÓS A ABOLIÇÃO IPEA, Mário Theodoro (org.) Brasília, 2008. [on-line]
VIEIROS de CASTRO, E. O campo na selva visto da praia. Estudos Históricos, Rio de Janeiro Vol. 5, Número 10, 1992 P. 170-190.

_____ “ O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”
Revista de antropologia. São Paulo, USP, 1992, v.35.p21-74

Wagner, Roy. 1981 (1975). *The invention of culture*. Chicago: Chicago University Press, (“Introduction”, pp. xi-xx).

Waiselfisz, J. Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil – Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.